



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR - CAMPUS LITORAL NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS REGIONAIS E
DESENVOLVIMENTO – PGDREDES**

**DA COLÔNIA DA BORÚSSIA À ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)
MORRO DE OSÓRIO – TRAJETÓRIA, HABITUS E ESTRATÉGIAS PARA O USO
DAS PROPRIEDADES**

MARCELO XAVIER TOZZI

Tramandaí/RS

2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR – CAMPUS LITORAL NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS REGIONAIS E
DESENVOLVIMENTO – PGDREDES**

**DA COLÔNIA DA BORÚSSIA À ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)
MORRO DE OSÓRIO – TRAJETÓRIA, HABITUS E ESTRATÉGIAS PARA O USO
DAS PROPRIEDADES**

MARCELO XAVIER TOZZI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – PGDEREDES da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Silvia Lima de Aquino
Coorientador: Prof. Dr. Alex Alexandre Mengel

Tramandaí/RS

2025

MARCELO XAVIER TOZZI

**DA COLÔNIA DA BORÚSSIA À ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)
MORRO DE OSÓRIO – TRAJETÓRIA, HABITUS E ESTRATÉGIAS PARA O USO
DAS PROPRIEDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – PGDEREDES da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Silvia Lima de Aquino
Coorientador: Alex Alexandre Mengel

BANCA EXAMINADORA

Prof.^o Dr.^o Valdemar João Wesz Junior – U. F. da Integração Latino-Americana

Prof.^a Dr.^a Manuela Souza Siqueira Cordeiro – U. F. DE RORAIMA

Prof.^o Dr.^o Jonas José Seminotti – PGDREDES – UFRGS

Tramandaí/RS

2025

CIP - Catalogação na Publicação

TOZZI, MARCELO
DA COLÔNIA DA BORÚSSIA À ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
(APA) MORRO DE OSÓRIO - TRAJETÓRIA, HABITUS E
ESTRATÉGIAS PARA O USO DAS PROPRIEDADES / MARCELO
TOZZI. -- 2025.

157 f.

Orientador: Silvia Lima de Aquino.

Coorientador: Alex Alexandre Mengel.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Programa de
Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e
Desenvolvimento, Tramandai, BR-RS, 2025.

1. Trajetória . 2. Habitus. 3. Uso do solo em
unidades de conservação. 4. Conflitos ambientais . I.
Lima de Aquino, Silvia, orient. II. Mengel, Alex
Alexandre, coorient. III. Título.

AGRADECIMENTOS

É fundamental agradecer a todos que colaboraram de diferentes formas com a realização desta dissertação. Desde o início, compreendi que tinha a oportunidade de viajar por um mundo conhecido, mas que se revela diferente a cada visita. Sempre aprendi muito sobre o mundo e as pessoas, nessas experiências, ocorridas em outros momentos da minha trajetória, como na graduação ou na especialização.

Agradeço a Deus por, agora, aos sessenta e dois anos, aposentado, voltar à academia para uma nova jornada. Deixo aqui meu reconhecimento e agradecimento aos idealizadores deste curso, que me possibilitaram diversos passeios, já que considero que cada disciplina foi uma oportunidade de visitar conteúdos, discutir ideias e aprender sobre mundos diferentes. Por essas oportunidades, agradeço muito aos colegas pelos intensos debates, longas conversas e pela oportunidade de conhecer pessoas incríveis. Agradeço aos professores que atuaram como guias nessas viagens e, como em qualquer viagem, apresentaram novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, cuidaram dos prazos, mantendo-se sempre atentos para que ninguém se perdesse no caminho.

Nesta viagem por diferentes conteúdos, tive sempre a companhia dos meus orientadores Sílvia e Alex, dois guias fundamentais. Eu estava desorientado o tempo todo; era muita coisa para observar e aprender; sentia-me como se estivesse visitando um lugar com língua e costumes muito diferentes. O auxílio desses guias foi fundamental para não me perder. Agradeço muito pelo envolvimento, pela dedicação que demonstraram e pela confiança. Aprendi com eles a importância da paciência, entendida como a capacidade de reconhecer que as pessoas têm, cada uma, o seu tempo; por isso, é fundamental acreditar nelas e respeitar esse tempo. Eles tiveram muita paciência comigo, foram excelentes guias, orientadores, professores e, principalmente, amigos, sempre tentando ajudar-me a encontrar o caminho.

Realizei passeios muito interessantes em cada entrevista com os técnicos, o gestor da APA e com as famílias de agricultores, operadores de turismo e o empresário da indústria. Tive a oportunidade de conhecer várias famílias que me ajudaram muito. Algumas eu já conhecia de outros momentos da minha trajetória. Todos tiveram muita paciência comigo e aceitaram compartilhar comigo informações sobre suas experiências no trabalho e na vida. Agradeço a todas as pessoas que dedicaram o seu tempo para me ajudar nessa caminhada.

No final desta caminhada, devo apresentar esta dissertação como um relatório de viagem. Agradeço aos integrantes da banca por dedicarem o seu tempo para me ajudar, a fim

de que este relatório cumpra sua função de ajudar novos viajantes que se aventurem por este caminho.

Agradeço especialmente a Anne Andréa, minha companheira de muitas aventuras e viagens por trinta e cinco anos, que, apesar de não entender os motivos desta viagem, nem a língua ou os costumes que eu vinha aprendendo, aceitou acompanhar-me por perceber que estou feliz, o que representa uma grande demonstração de amor e respeito.

DEDICATÓRIA

Este trabalho dedico aos meus pais (*in memoriam*)

RESUMO: Em 1994 foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) Morro de Osório no município de Osório/ RS com objetivo de garantir a adequada proteção ambiental e ordenar as atividades humanas na área de Mata Atlântica. Os proprietários existentes na área desenvolvem atividades de agricultura (produção de hortaliças, grama e madeira), indústria (derivados de cana de açúcar e abate e processamento de carne suína) e turismo (pousadas, restaurantes e locação de casas pelo AIRBNB). O objetivo desta dissertação é colaborar na compreensão da trajetória das famílias de proprietários envolvidas nestas atividades na APA e relacionar as mudanças nestas trajetórias com a conformação do habitus dos proprietários e a definição das atividades desenvolvidas nas propriedades. Os conceitos de trajetória, habitus e estratégia propostos por Pierre Bourdieu são utilizados como suporte teórico. Foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas com proprietários que desenvolvem atividades relacionadas à agricultura, turismo e indústria em suas propriedades e com o gestor da APA, presidentes de associações e técnicos com atividade na unidade de conservação. A partir da análise das entrevistas e pesquisa documental foi possível evidenciar as trajetórias das famílias envolvidas com as atividades de agricultura, indústria e turismo na APA Morro de Osório e entender como os diferentes pontos das trajetórias das famílias ajudaram a conformar o seu habitus determinando as escolhas de estratégias de uso das propriedades e a percepção das famílias sobre os conflitos pelo uso do solo na APA. Mudanças importantes ocorridas na APA desde o final do século XX como a eletrificação rural, o encerramento das atividades da usina de açúcar da AGASA, a instalação de dois frigoríficos, a criação da APA, e o aumento no número de turistas influenciaram nas trajetórias das famílias. Para entender as mudanças no habitus das famílias foram analisadas as estratégias para o uso das propriedades e as suas percepções sobre conflitos referentes ao parcelamento solo e o uso de recursos naturais. As famílias que desenvolvem atividades relacionadas à agropecuária demonstraram preocupação com a permanência da propriedade na família e a diminuição significativa no número de propriedades envolvidas com agropecuária. As famílias envolvidas com atividades relacionadas ao turismo acreditam no crescimento da atividade e preocupação com o impacto da atividade no uso dos recursos naturais. Os frigoríficos instalados antes da criação da APA estão envolvidos nos conflitos sobre o uso das propriedades, especialmente pelo uso da água e têm importância reconhecida pelas famílias como geração de trabalho e renda, especialmente para os jovens.

Palavras-chave: Trajetória, Habitus, Estratégia, Uso do solo em Unidades de Conservação, Conflitos Ambientais.

ABSTRACT: In 1994, the Environmental Protection Area (EPA) Morro de Osório was established in the municipality of Osório, in the state of Rio Grande do Sul, with the aim of ensuring proper environmental protection and regulating human activities in an area of the Atlantic Forest. Property owners within the area are engaged in activities related to agriculture (such as the production of vegetables, grass, and timber), industry (products derived from sugarcane and the slaughtering and processing of pork), and tourism (inns, restaurants, and house rentals through Airbnb). The objective of this dissertation is to contribute to the understanding of the life paths of the families who own property and are involved in these activities within the EPA, and to relate the changes in these trajectories to the shaping of their habitus and the determination of the activities carried out on their properties. The theoretical framework is based on the concepts of trajectory, habitus, and strategy as proposed by Pierre Bourdieu. Twenty semi-structured interviews were conducted with property owners engaged in agriculture, tourism, and industry on their properties, as well as with the EPA manager, association presidents, and technical experts working in the conservation unit. Through the analysis of these interviews and documentary research, it was possible to highlight the trajectories of the families involved in agriculture, industry, and tourism activities in the EPA Morro de Osório and to understand how different points along these families' paths helped shape their habitus, thereby influencing their strategic choices regarding land use and their perceptions of land-use conflicts within the EPA. Significant changes that have occurred in the EPA since the late 20th century—such as rural electrification, the closure of AGASA's sugar mill, the establishment of two slaughterhouses, the creation of the EPA, and the increase in tourist numbers—have all influenced the trajectories of the families. To understand the changes in the families' habitus, the study analyzed their strategies for land use and their perceptions of conflicts related to land subdivision and the use of natural resources. Families involved in farming and livestock expressed concern about keeping the property in the family and noted a significant decrease in the number of farms involved in agriculture. Families involved in tourism activities believe in the sector's growth and express concern about its impact on natural resource use. The slaughterhouses, established before the EPA's creation, are involved in property-use conflicts, particularly regarding water use, but are also recognized by families as important sources of employment and income, especially for young people.

Key-words: Trajectory, Habitus, Strategy, Land use in Conservation Units, Environmental Conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização da APA Morro de Osório.....	21
Figura 2: Localização dos logradouros.....	25
Figura 3: Localização das entrevistas.....	31
Figura 4: Localização da APA Morro de Osório nas províncias geológicas do RS.....	45
Figura 5: Localização aproximada da Colônia Borússia.....	48
Figura 6: Mapa da Colônia Borússia elaborado em 1915.....	49
Figura 7: Mapa do Cadastro Ambiental Rural.....	63
Figura 8: APA Morro de Osório no Mapa geral do Plano diretor de Osório.....	68
Figura 9: Mapa do Zoneamento da APA Morro de Osório.....	70
Figura 10: Registro de imagem da Usina Santa Marta.....	87
Figura 11: Localização da APA Morro de Osório, Colônia Borússia (aproximada), Usina Santa Marta, AGASA e Estação Experimental de Cana de Açúcar.....	88
Figura 12: Relatório da safra de 1974/1975 – AGASA.....	100
Figura 13: Relatório da safra de 1985/1986 – AGASA.....	100
Figura 14: Fotografia do carregamento manual de cana: momento da subida na prancha.....	102
Figura 15: Frigorífico Dalpiaz – FRIGODAL.....	113
Figura 16: Restaurante no Morro da Borússia.....	115
Figura 17: Cascata da Borússia.....	115
Figura 18: Pousadas no Morro da Borússia.....	117
Figura 19: Pesquisa realizada sobre disponibilidade de casas no site https://www.airbnb.com.br/	119
Figura 20: Esquema da trajetória das famílias que detêm a propriedade ou posse de terra na APA Morro de Osório.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de produtores rurais cadastrados na Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul por Logradouro.....	24
Tabela 2: Número de produtores rurais cadastrados na Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul por principal atividade econômica na propriedade.....	25
Tabela 3: Número de produtores rurais cadastrados na Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul por período de inscrição.....	26
Tabela 4: Relação das datas e realização das entrevistas.....	29
Tabela 5: Número de Colônias no Rio Grande do Sul (1824-1897).....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Reunião de conceitos mais gerais encontrados sobre a terra.....	34
Quadro 2: População de Conceição do Arroio no final do século XVII e início do século XVIII.....	80
Quadro 3: Empreendimentos relacionados à produção e beneficiamento de cana de açúcar no litoral norte do Rio Grande do Sul durante o século XX.....	92
Quadro 4: Área de cultivo de cana de açúcar no Brasil e RS nos anos 1934-1938.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGASA	Açúcar Gaúcho Sociedade Anônima
AMASB	Associação dos Moradores e Amigos da Serra da Borússia
AMB	Associação dos Amigos e Moradores do Morro da Borússia
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento Econômico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Econômica
COMAM	Conselho Municipal de Agropecuária de Osório
CONDEMA	Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Osório
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FATEC	Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
PCMA/RS	Programa de Conservação da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul
RBIO	Reserva da Biosfera
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural

SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UC	Unidade de Conservação
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
ZCVS	Zona de Conservação da Vida Silvestre
ZPA	Zona de Produção Agropecuária
ZPAT	Zona de Produção – Agro/Turístico
ZPEU	Zona Populacional – Expansão Urbana
ZPU	Zona Populacional – Urbana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
1.1 LOCAL DA PESQUISA.....	18
1.2 FERRAMENTAS PARA COLETA DE DADOS.....	22
1.3 DEFINIÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	23
1.4 ROTEIROS DAS ENTREVISTAS.....	28
1.5 CONTATO COM OS PARTICIPANTES.....	29
1.6 PERÍODO DAS ENTREVISTAS.....	30
2. HABITUS E TRAJETÓRIA: CONTRIBUIÇÃO PARA ENTENDER OS CONFLITOS.....	32
2.1 USO DA TERRA E OS CONFLITOS DECORRENTES.....	33
2.2 TEORIA DOS CAMPOS DE BOURDIEU.....	39
3. DA COLÔNIA BORÚSSIA ATÉ A APA MORRO DE OSÓRIO: CONTRIBUIÇÃO PARA ENTENDER O CONFLITO SOBRE A OCUPAÇÃO E O PARCELAMENTO DO SOLO.....	45
3.1 A COLÔNIA BORÚSSIA.....	48
3.2 A “TERRA PROMETIDA”.....	54
3.3 TERRA E FAMÍLIA.....	57
3.4 TODO MUNDO É POSSEIRO DA PRÓPRIA TERRA.....	61
3.5 A SITUAÇÃO DOS DOIS HECTARES.....	63
3.6 NÃO PODE FAZER MAIS NADA SEM LICENCIAMENTO.....	66
3.7 OBRIGAÇÃO “IMPOSSÍVEL”.....	68
3.8 NÃO VEJO NINGUÉM VENDENDO TERRA.....	71
4. DA AGASA ATÉ O TURISMO: CONTRIBUIÇÃO PARA ENTENDER O USO DAS TERRAS E OS CONFLITOS DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E TURISMO NAS PROPRIEDADES LOCALIZADAS NA APA MORRO DE OSÓRIO.....	76
4.1 AGRICULTURA.....	77
4.1.1 Terras de Mato.....	77
4.1.2 Só tinha uma trilha.....	84
4.1.3 A Cana de Açúcar.....	86
4.1.5 Apareceu a "tal" AGASA.....	96
4.1.6 Na Borússia tudo era cana.....	100
4.1.7 “Chegou uma hora, acabou a AGASA”.....	107
4.2 INDÚSTRIA.....	110
4.3 TURISMO.....	115
4.4 DAQUI PARA FRENTE VAI SER DIFERENTE?.....	122
4.4.1 Agropecuária.....	124
4.4.2 Turismo.....	127
4.4.3 Indústria.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136
APÊNDICE A.....	141
ANEXOS.....	152

INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável¹ têm como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos moradores da área, buscando conciliar as atividades realizadas por eles e a preservação dos “recursos” naturais. O artigo 14 da Lei 9.985 de 2000 prevê as seguintes UC's de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental (APA); Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista; Reserva da Fauna; Reserva de Desenvolvimento sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Levantamentos da Fundação SOS Mata Atlântica² (2023) demonstram a importância da APA municipal, como unidade de uso sustentável, mais especificamente no bioma Mata Atlântica. O estudo apresenta “uma estimativa das UCs municipais sobre os 3.429 municípios inseridos no bioma. Os dados revelaram a existência de, pelo menos, 733 APAs municipais com área de 4,8 milhões de hectares” (p. 2-3). Segundo o mesmo estudo (2023), o Estado do Rio Grande do Sul possui 21 unidades de conservação de uso sustentável com área de 60.514,77 ha (p. 40).

A gestão destas APAs é caracterizada pelos conflitos resultantes das diferentes formas de apropriação dos recursos de uso comum³ pelos moradores, e pelos mecanismos de fiscalização e controle adotados para regular tais usos. São exemplos destes conflitos os problemas resultantes do uso das propriedades como o parcelamento irregular, a extração de vegetação (coleta e desmatamento), captura de animais, (pesca, caça, coleta, etc.) e pela extração de solo e água.

¹ Conforme o art 2º da Lei do SNUC (Nº 9.985, de 18 de julho de 2000) uma **unidade de conservação** é definida como um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Bem como, **uso sustentável**: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (conf. art 2º, XI).

² Panorama das Unidades de Conservação Municipais da Mata Atlântica: Uma visão geral sobre os 3.429 municípios do bioma. Disponível em https://cms.sosma.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Relato%CC%81rio_UCs-Municipais_2023.pdf acessado em 22/07/2024

³ Os recursos de uso comum apresentam duas características essenciais: por um lado, torna-se difícil excluir seus usuários potenciais; e por outro, o uso feito por um indivíduo ou grupo implica necessariamente a subtração daquilo que pertence a todos os demais. Este é o caso dos recursos pesqueiros, da vida selvagem, das águas superficiais e subterrâneas, das pastagens, florestas e zonas costeiras, entre outros. Tais recursos podem ser geridos com base em quatro regimes de apropriação – entendidos como tipos ideais: livre acesso, apropriação privada, apropriação estatal e apropriação comunitária (Feeny et al., 2001; Berkes, 1996 *In*: Vivacqua 2005, p. 141-142).

A presente dissertação busca contribuir para o entendimento de como a trajetória de vida dos proprietários de áreas de terra em APAs conformou o seu *habitus* influenciando as escolhas de uso das propriedades e nos conflitos. Esta compreensão dos conflitos como o resultado de escolhas realizadas pelos proprietários, é importante para a gestão de Unidades de Conservação como a APA Morro de Osório.

Acompanho os debates sobre a APA do Morro de Osório desde 1994, ano da sua criação. Trabalhei como professor no curso de técnico em agropecuária na Escola Estadual Ildefonso Simões Lopes, conhecida como Escola Rural, no período 1994 a 2000. Nesta época participei do Conselho Municipal de Agropecuária, como representante da escola, acompanhando os debates sobre a implantação da APA e as políticas públicas aplicadas junto às propriedades rurais localizadas na APA.

Atuei como extensionista no escritório municipal da Emater de Osório no período de 2016 a 2022. Durante esse período, participei, como representante da Emater, de conselhos como o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA), o Conselho Municipal de Agropecuária (COMAM) e o Conselho Municipal do Plano Diretor. Nesses espaços, acompanhei debates sobre a gestão da APA e a aplicação de políticas públicas em sua área, em especial sobre os conflitos decorrentes, como os fundiários.

Durante meu trabalho de assistência técnica e extensão rural, acompanhei famílias de produtores rurais em propriedades localizadas na APA. Participei do processo de revisão do Plano de Manejo da APA em 2022, com destaque para o acompanhamento de reuniões realizadas nas comunidades situadas em seu território, destinadas ao debate sobre o Plano de Manejo. Nessas reuniões, estive presente em discussões sobre diversos conflitos, tais como aqueles decorrentes das restrições de uso das propriedades, da legislação ambiental e do parcelamento do solo.

Sempre me intrigou a dificuldade de motivação dos proprietários para os debates sobre a legislação referente à propriedade da terra e suas restrições, como as estabelecidas pela legislação ambiental. Os debates sobre a regularização fundiária ou o zoneamento da APA, embora despertem muitas paixões, encontram dificuldades em mobilizar os proprietários e em construir caminhos que colaborem para a gestão da unidade.

As atividades ou formas de uso das propriedades — como agricultura, turismo e indústria — podem ser compreendidas como estratégias de uso do território, que envolvem um conjunto variável de fatores e, como afirma Bourdieu (2004), são sempre “ajustadas à situação”. Entender como as trajetórias das famílias conformaram o *habitus* que orienta essas estratégias é fundamental para buscar formas de gestão dos conflitos.

O objetivo geral da dissertação é compreender as estratégias de uso das propriedades em uma APA, analisando as trajetórias e o *habitus* dos proprietários. Na busca desse objetivo, foram formuladas as seguintes perguntas de pesquisa: A) Quais são as principais atividades nas propriedades localizadas na APA? B) Quais são as trajetórias dos proprietários dessas áreas? C) Quais são os conflitos?

Assim, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- A. Identificar as principais formas de ocupação (estratégias de uso da terra e atividades produtivas) da terra nas propriedades localizadas na zona rural da APA Morro de Osório
- B. . Identificar as trajetórias de proprietários de terra na APA do Morro de Osório
- C. Compreender os conflitos decorrentes das diferentes formas de ocupação da terra na área rural da APA Morro de Osório.

A hipótese desta pesquisa é que as diferentes trajetórias dos proprietários conformaram um *habitus* que influencia as estratégias de uso das propriedades e os conflitos relacionados ao uso das terras na Unidade de Conservação APA Morro de Osório.

Dessa forma, após a presente introdução, no Capítulo 1 são apresentados de forma detalhada os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. No Capítulo 2 são expostos os conceitos fundamentais da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, que oferecem a base conceitual para a análise da trajetória dos proprietários, considerando as principais atividades econômicas desenvolvidas em suas propriedades. A análise considera que a escolha da atividade é definida pelos proprietários, em cada momento, a partir de seus conhecimentos sobre a realidade. Bourdieu demonstra que essa capacidade de avaliar as mudanças e tomar decisões é determinada pelo *habitus*, conceituado como uma “espécie de programa” conformado de acordo com a “experiência biográfica” de cada indivíduo.

A análise da “experiência biográfica” deve buscar compreender a trajetória desses indivíduos. Segundo Bourdieu, trata-se de compreendê-la “nas particularidades de histórias coletivas diferentes” (Bourdieu, 1996, p. 15). Bourdieu conceitua o termo trajetória como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço em constante construção e sujeito a transformações incessantes” (Bourdieu, 1996).

A atividade econômica desenvolvida na propriedade, ou forma de uso, é uma estratégia definida a cada momento. Essa definição leva em conta a forma como cada um se

relaciona com a terra, com os outros agentes e com os seus valores. De qualquer forma, deve adaptar-se constantemente às mudanças da realidade e, como em um jogo, não tem a razão como princípio único e, talvez, em alguns momentos, nem como o principal.

As análises de Reydon (2017) e Polanyi (2012) sobre o significado das diferentes conceituações de terra auxiliam no entendimento dos critérios de definição das formas de uso das propriedades. Os estudos de Acsegrad (2004) sobre conflitos ambientais contribuem para a análise dos conflitos entre as diferentes formas de uso das propriedades e o interesse comum na promoção do desenvolvimento sustentável.

No terceiro capítulo, apresenta-se a trajetória da aquisição de terras pelas famílias e analisa-se o conflito resultante do parcelamento do solo nas propriedades da APA Morro de Osório. Busca-se colaborar para a compreensão do porquê os lotes de terra adquiridos no início do século XX por imigrantes e nacionais estão sendo parcelados atualmente (muitos de forma irregular) e quais são os conflitos resultantes.

Já no Capítulo 4, analisam-se os principais usos ou atividades desenvolvidas nas propriedades (agropecuária, indústria e turismo), apresentando as trajetórias das famílias em relação a cada um desses usos. O escopo é conhecer a trajetória, o *habitus* e as estratégias das famílias em cada uso, bem como os conflitos por elas apontados, além de compreender como ocorreu a decisão de utilizar a propriedade para a produção agropecuária, para a instalação de indústria ou para atividades relacionadas ao turismo.

Por fim, busca-se em Bourdieu (1983, 1996, 2002, 2004, 2014) a base conceitual para demonstrar que a decisão do proprietário quanto ao uso da propriedade pode ser entendida como uma estratégia e que, apesar de ser livre — já que a propriedade é particular —, está sujeita a restrições, como a legislação, e sempre ocorre em função das trajetórias, conformando um *habitus* que determina a maneira de pensar e as possibilidades de uso das propriedades.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1 LOCAL DA PESQUISA

Antes de tratar especificamente do local da pesquisa, é necessário esclarecer algumas questões sobre os nomes utilizados na região, tais como Borússia, Borússia e Morro de Osório. Inicialmente, a primeira denominação do morro foi Morro da Borússia, em razão da venda de lotes da Colônia Borússia (nome de uma região da Prússia), realizada por João Enett

no final do século XIX. Além disso, o mesmo nome (Borússia) é utilizado para denominar uma das comunidades, localizada na estrada da **Borússia** (denominação do logradouro), onde ocorreu o início da colonização e está situada a Igreja de São Sebastião. Posteriormente, em 1994, foi criada a APA Morro de Osório, localizada no Morro da Borússia.

A pesquisa foi realizada na Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro de Osório, “criada pela Lei Municipal nº2665, de 27 de setembro de 1994” (Plano de Manejo da APA Morro de Osório 2022, Vol 1 , p. 28). Com efeito, esta APA, com 6.064,07 ha, localizados no município e Osório/RS, é uma das 175 APAs municipais cadastradas no SNUC no Brasil sendo 3⁴ no Rio Grande do Sul.

O Plano de Manejo da APA (2022) apresenta o histórico da unidade e informa os motivos que justificaram sua criação como o estudo resultado de convênio entre a Prefeitura de Osório e a Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência (FATEC) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com o objetivo de orientar a “preservação do Morro da Borússia, na sua parte frontal à cidade, totalizando inicialmente 617,50 ha. Este documento foi elaborado nos moldes de um Plano de Manejo definindo inclusive o zoneamento” (Plano de Manejo da APA Morro de Osório, 2022 p. 28).

Outro motivo apresentado para a criação da APA, no Plano de Manejo da APA Morro de Osório (2022), foi “se constituir em medida compensatória à implantação de um teleférico no morro, fato que acabou não se consumando” (Plano de Manejo da APA Morro de Osório, 2022, p. 28). Essa afirmação encontra-se na exposição de motivos enviada à Câmara de Vereadores para o projeto de lei nº 83/94, que criou a APA Morro de Osório. Nesse sentido, o texto destaca a devastação da área em função da cultura da cana-de-açúcar e aponta que a criação da APA “disciplinará as estruturas turísticas a serem implantadas no morro, as vias de acesso como o teleférico e eventuais loteamentos de lazer, beneficiando a economia e o desenvolvimento do município em consonância com o respeito ao meio ambiente” (Exposição de Motivos do Projeto nº 83/94 – ANEXO) (grifo do autor).

Ademais, a elaboração do primeiro Plano de Manejo da APA Morro de Osório ocorreu apenas em 2006 (doze anos após a sua criação), como resultado de um convênio de cooperação financeira entre Brasil e Alemanha, que previa a aplicação de recursos financeiros nas áreas de Unidades de Conservação do Bioma Mata Atlântica, por meio do Programa de

⁴ Relatório do Painel Unidades de Conservação Brasileiras disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGNmMGY3NGMtNWZlOC00ZmRmLWExZWItNTNiNDhkZDg0MmY4IiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBlNyJ9&pageName=ReportSection0a112a2a9e0cf52a827>, acessado em 23/08/2023.

Conservação da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul (PCMA/RS). Em decorrência deste convênio, foram elaborados os planos de manejo de diversas unidades de conservação na região, entre elas: Estação Ecológica da Aratinga, Parque Estadual de Itapeva, Parque Estadual do Tainhas, Reserva Biológica da Serra Geral, Reserva Biológica Estadual da Mata Paludosa, APA do Caraá e APA Morro de Osório⁵.

Posteriormente, o Plano de Manejo revisado em 2022, com recursos financeiros oriundos da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) Transmissão de Energia Sul II Ltda., passou a fornecer informações sobre os objetivos e diretrizes da APA, as características da população, do solo, do clima e da vegetação presente, bem como sobre o uso atual do solo e a percepção dos moradores a respeito dos conflitos existentes. Tais informações mostraram-se fundamentais para a realização desta pesquisa.

Por fim, constam no Plano de Manejo (2022) da APA Morro de Osório dados sobre a população atual e a taxa de crescimento:

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, a população que residia no município e na APA era respectivamente de 40.906 pessoas e 1.049 pessoas (2,6% do total). Estimativas (IBGE 2021) dimensionam o total de 46.815 pessoas e 1.201 pessoas residentes na APA, ou seja, acréscimo geral de 14,44% (taxa de crescimento). (Plano de Manejo da APA Morro de Osório, 2022, p. 115).

O mapa abaixo (Figura 1) apresenta a localização da APA Morro de Osório no Estado do Rio Grande do Sul, mostrando todo o perímetro da unidade, a qual se encontra no município de Osório, fazendo divisa com os municípios vizinhos do Caraá e Santo Antônio da Patrulha.

⁵ O Projeto Conservação Mata Atlântica RS (PCMARS) concentrou-se no que restou da Mata Atlântica na Região Nordeste do RS (parte do Litoral Norte e parte da região da Serra), ou 10% deste bioma no Estado. O acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Execução de Projetos, visando a Preservação das Florestas Tropicais (Decreto n.º. 4684, de 28/4/2003), inclui a Doação a Fundo Perdido da Alemanha/KfW no valor de EUR 6.135.000 (58%), sendo a contrapartida do Governo do Estado do RS de EUR 4.430.000 (42%), totalizando EUR 10.565.000. Fonte : R585m Rio Grande do Sul. Secretaria do Meio Ambiente. Mata Atlântica Sul: Projeto de Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, PCMARS/ 2004-2009 / Rio Grande do Sul. Secretaria do Meio Ambiente. - Porto Alegre: SEMA, 2009, disponível em <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201804/11120354-20165010-revista-projeto-conservacao-mata-atlantica-rs-2004-2009.pdf>, acessado em 14/10/2024).

Figura 1: Localização da APA Morro de Osório.



Fonte: Elaboração do autor.

Dados sobre o gênero:

[...] quanto ao sexo das pessoas residentes, a proporção no município de homens e mulheres, apresenta equilíbrio com pequena diferença a maior de mulheres (50,7%) para homens (49,3%). Os comportamentos nos setores da APA, considerando 2010 e as estimativas de 2021, apresentam diferentes variações (...) sendo a média de (53,5%) homens e (46,5%) mulheres, inverso a proporção de Osório. (Plano de Manejo da APA Morro de Osório, 2022, p. 116).

Quanto à idade:

[...] o perfil amostral domiciliar apontou a idade média de 50 anos, sendo o mais jovem com 19 anos e o mais idoso com 87 anos de idade. Quanto aos intervalos, as escalas de maior representatividade são inversas às estimativas 2021, ou seja, mais de 60 anos (33,7%); de 50 a 59 anos (21,8%); de 30 a 39 anos (19,8%); de 40 a 49 anos (16,8%) e de 25 a 29 anos e 19 a 24 anos (4,0% cada). (Plano de Manejo da APA Morro de Osório, 2022, p. 117).

O Plano de Manejo da APA Morro de Osório (2022) apresenta dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), referentes a 20/09/2021, nos quais consta a identificação de “425 registros autodeclarados, sendo 99,3% da área privada” (p. 180). Essas declarações informaram a “área total de uso consolidado (49,9%) e a área total de remanescentes de vegetação nativa (34,5%)” (p. 180).

Dessa forma, os dados apresentados no Plano de Manejo evidenciam a complexidade da APA Morro de Osório, considerando a diversidade ambiental e social. Além disso, a escolha da área levou em conta sua importância para a preservação ambiental deste território representativo da Mata Atlântica e a disponibilidade de informações atualizadas em função da revisão do Plano de Manejo em 2022.

1.2 FERRAMENTAS PARA COLETA DE DADOS

Para a presente dissertação, foram coletados dados sobre as atividades desenvolvidas na zona rural da APA Morro de Osório, a partir da técnica de pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas. Tim (2004) chama a atenção para a importância da seleção dos documentos e afirma que “os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais” (Tim, 2004, p. 205).

Entre os documentos analisados, encontram-se os Planos de Manejo da APA (2006 e 2022), a legislação e as normas sobre a utilização do solo em APA, bem como os dados do Censo Demográfico de 2022 e do Censo Agropecuário de 2017, os quais auxiliaram no entendimento do perfil (idade, sexo, gênero, escolaridade e renda) dos moradores e das principais atividades agropecuárias desenvolvidas dentro da APA.

As informações sobre os usos das propriedades foram obtidas com auxílio da Prefeitura Municipal de Osório, Emater e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o objetivo de buscar compreender a percepção de moradores, representantes do setor público e privado com atuação na APA Morro de Osório, sobre o uso do solo na APA.

Essa técnica foi definida por Colognese e Melo (1999) como “aquela em que o entrevistador tem maior participação, mas deve respeitar um roteiro de questões pré-definido” (Colognese e Melo, 1999, p. 144). Desse modo, as entrevistas buscaram informações sobre as

diferentes percepções dos atores a respeito dos usos da terra na zona rural da APA Morro de Osório e sobre os conflitos decorrentes desses usos.

Assim, as entrevistas foram gravadas e transcritas com o auxílio do programa *Turboscribe*. As transcrições foram identificadas, paginadas e armazenadas.

1.3 DEFINIÇÃO DOS PARTICIPANTES

As formas de uso ou atividades foram obtidas por meio da análise do Plano de Manejo da APA Morro de Osório (2022). O documento fornece informações importantes para a identificação das principais atividades. De acordo com estimativas do IBGE (2021), o documento supracitado apresenta a população de “1.201 pessoas residentes na APA” (p. 115), distribuídas em 357 casas (IBGE, 2010, p. 119). No que se refere à fonte de renda dessas famílias, o Plano de Manejo da APA Morro de Osório (2022) informa que “a origem principal, conforme os segmentos econômicos, apresenta: serviços (30,7%); aposentadoria (27,7%); agropecuária (11,0%); comércio (11,0%); indústria (10,0%); outras (7,6%); outros benefícios públicos (2,0%).” (p. 170).

Considerando esses dados e a opinião de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Osório, do escritório municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, foram definidas as atividades de agropecuária, indústria e turismo como objetos desta pesquisa.

Foram entrevistados 15 proprietários e 5 informantes-chave. Os proprietários entrevistados foram selecionados com o propósito de representar atividades importantes desenvolvidas nas propriedades localizadas na APA Morro de Osório. Esses proprietários desenvolvem a produção agropecuária (hortaliças, frutas, grama, grãos, madeira, peixe e abelha), atuam como operadores do turismo (alimentação, trilhas, hospedagem) ou como empresários da indústria (matadouros de suínos). Os informantes-chave foram o gestor da APA, técnicos com atuação na unidade e representantes de associações de moradores.

No que se refere à agropecuária, para a compreensão dessa atividade, foi realizada pesquisa documental junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, com o objetivo de relacionar as propriedades localizadas na APA de acordo com o seu principal uso ou atividade econômica. As informações sobre os produtores rurais foram obtidas a partir de

uma lista com 267 produtores cadastrados na Secretaria da Fazenda do Estado, bem como de listas de produtores cadastrados por logradouro.

O cadastro informa o nome do produtor, o logradouro da propriedade, as três principais atividades agropecuárias desenvolvidas e o ano do cadastramento. Com o auxílio da responsável pelo cadastro na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e da responsável pelo cadastro no Incra no município, foi elaborada a lista de produtores por logradouro (Tabela 1).

Tabela 1: Número de produtores rurais cadastrados na Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul por Logradouro.

LOGRADOURO	PRODUTORES
ESTRADA BORÚSSIA	110
VILA BORÚSSIA	54
ESTRADA FIGUEIRA GRANDE	35
LINHA GOIABEIRA	26
ESTRADA MARMELEIRO	18
BAIXADA	11
LINHA 15 DE NOVEMBRO	5
LINHA PADRE VIEIRA	4
ESTRADA DA BAIXADA	2
LINHA MANEQUINHA	2
TOTAL	267

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Para obter a inscrição na Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul, os produtores devem declarar até três atividades produtivas, utilizando o Cadastro Nacional de Atividade Econômica (CNAE), fornecido pela Receita Federal do Brasil. Com base nisso, analisamos os dados das inscrições estaduais e elaboramos uma tabela com as principais atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades localizadas na APA Morro de Osório.

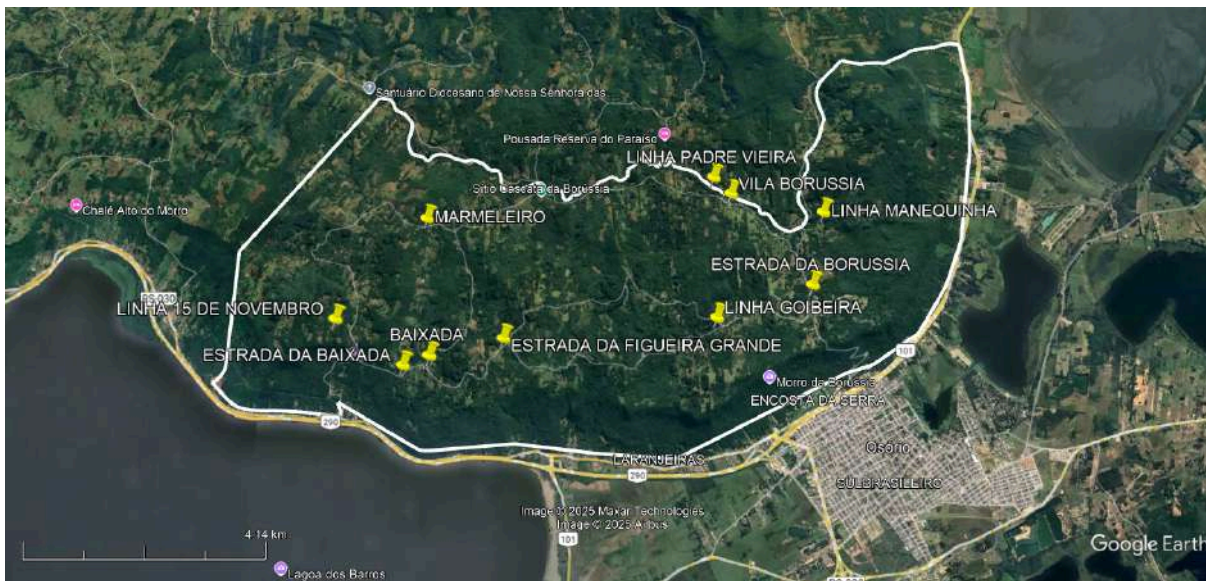
Entre as atividades cadastradas, destacam-se a produção de grãos, cana, hortaliças, cereais e flores, seguida por propriedades que trabalham com a produção animal (aves, bovinos, peixes, abelhas) e com a produção florestal (acácia e eucalipto).

Tabela 2: Número de produtores rurais cadastrados na Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul por principal atividade econômica na propriedade.

LOGRADOURO	CNAE		
	AGRICULTURA (grãos, cereais, frutas, mudas)	PECUÁRIA	PRODUÇÃO FLORESTAL
ESTRADA BORÚSSIA	80	42	29
VILA BORÚSSIA	46	11	9
ESTRADA FIGUEIRA GRANDE	30	5	7
LINHA GOIABEIRA	21	6	7
ESTRADA MARMELEIRO	15	7	0
BAIXADA	10	1	2
LINHA 15 DE NOVEMBRO	4	3	1
LINHA PADRE VIEIRA	3	2	3
ESTRADA DA BAIXADA	2	0	0
LINHA MANEQUINHA	2	2	0

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Figura 2: Localização dos logradouros.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Analizamos os dados do cadastro na Secretaria Estadual da Fazenda e elaboramos uma tabela que informa a data de início da inscrição. Tal informação possibilita avaliar o tempo de atividade do produtor na propriedade, uma vez que o cadastro é realizado por produtor em cada imóvel. Assim, cada vez que a propriedade é arrendada ou vendida, deve-se realizar a baixa na inscrição do antigo proprietário ou arrendatário e efetuar uma nova inscrição para o novo proprietário ou arrendatário.

Tabela 3: Número de produtores rurais cadastrados na Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul por período de inscrição.

PERÍODO (data da inscrição)	INSCRIÇÕES ESTADUAIS	AGRICULTURA	PECUÁRIA	FLORESTAS
		CNAE	CNAE	CNAE
antes 1980	8	6	1	1
1980 a 1990	7	6	1	1
1990 a 2000	25	21	5	2
2000 a 2010	70	59	8	26
2010 a 2020	112	93	48	17

2020 a 2023	42	28	16	11
-------------	----	----	----	----

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Com o intuito de evidenciar os critérios de seleção dos entrevistados e visando representar a diversidade de atividades relacionadas à produção agropecuária nas propriedades localizadas na APA — contemplando produtores de grãos, cana-de-açúcar, hortaliças, frutas, bovinos, aves, equinos e madeira (eucalipto e acácia) —, buscamos a indicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Emater para a escolha dos produtores. Portanto, foram entrevistados nove (9) produtores:

- três (3) produtores de vegetais (grãos, cereais, frutas e grama), sendo um com histórico de atividade na propriedade anterior a 1994 (época da criação da APA) e dois com início de atividade posterior a 1994, provenientes de localidades diferentes;
- três (3) produtores de madeira (eucalipto e acácia), sendo um com início de atividade anterior a 1994 (época da criação da APA) e dois com início posterior, provenientes de localidades diferentes;
- dois (2) produtores de animais (peixes e abelhas), sendo um com histórico de atividade na propriedade anterior a 1994 (época da criação da APA) e outro com inscrição posterior, de localidades distintas;
- um (1) produtor de cana-de-açúcar e cachaça, com histórico de produção anterior a 1994, cuja família entregava cana para a AGASA.

No que se refere ao turismo, consideramos nesta categoria as propriedades utilizadas para os serviços de hospedagem e alimentação. Essas atividades estão relacionadas ao turismo na APA Morro de Osório. Entretanto, são poucos os dados sobre tais atividades, uma vez que parte significativa delas é desenvolvida de forma informal, sem registro oficial em órgãos públicos.

Com base nisso, elaboramos uma lista com 15 propriedades da APA que desenvolvem atividades de turismo (hospedagem e alimentação), a partir da indicação do Grupo Osório Rural (grupo de produtores que desenvolvem a atividade de turismo rural em Osório), do escritório da Emater e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Foram entrevistadas cinco (5) pessoas ligadas à atividade de turismo na APA:

- Dois (2) proprietária/os de hospedagem;
- Uma (1) proprietária de sítio de lazer
- Um (1) proprietário de restaurante;
- Um (1) proprietário de casa alugada pelo Airbnb.

No que tange à indústria, atualmente estão em atividade dois frigoríficos que processam carne suína e estão localizados na APA Morro de Osório. As empresas iniciaram suas atividades em 1991 e 1997 e, atualmente, representam mais de 400 empregos diretos e 2.000 indiretos.

Dessa forma, foi entrevistado um representante da administração de um frigorífico com atividade no Morro da Borússia, bem como cinco informantes-chave, sendo eles:

- presidente da Associação dos Amigos e Moradores do Morro da Borússia (AMBI), membro do Conselho Gestor da APA e do CONDEMA;
- ex-presidente da Associação dos Amigos e Moradores do Morro da Borússia (AMBI), membro do Conselho Gestor da APA e do CONDEMA;
- ex-presidente da Associação dos Moradores e Amigos da Serra da Borússia (AMASB), atualmente inativa e sem diretoria;
- atual gestor da APA, membro do Conselho Gestor da APA e do CONDEMA;
- técnico da Secretaria da Saúde de Osório, responsável pelo acompanhamento das redes de água e membro do CONDEMA;
- técnico que atuou no escritório municipal da Emater no período da AGASA e da criação da APA.

Com o objetivo de compreender a história do uso das propriedades e da criação da APA Morro de Osório, solicitei o auxílio de pessoas como Rodrigo Trespach (historiador), Isabel Silveira dos Santos (vereadora e professora de História, que lecionou durante muitos anos em escolas localizadas na APA e participou do projeto *Memórias da Borússia*) e Leda Famer (secretária do Meio Ambiente em 2006, quando foi elaborado o primeiro Plano de Manejo da APA). As entrevistas ocorreram de diferentes formas: algumas conversas foram realizadas por telefone ou aplicativos de mensagens, enquanto outras aconteceram presencialmente. Nesse sentido, as anotações obtidas contribuíram significativamente para a compreensão da história da APA.

1.4 ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

Na pesquisa foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada para a coleta dos dados junto aos participantes selecionados. Para tanto, foi elaborado um roteiro com perguntas abertas, de modo que os entrevistados pudessem discorrer sobre o assunto, servindo também como guia para o entrevistador. Segundo Colognese e Melo (1998), a técnica proporciona uma participação mais ativa do entrevistador, que pode realizar outras perguntas para esclarecer questões ou retomar o contexto; contudo, é necessário observar o roteiro estabelecido. De acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 75), a técnica “é muito utilizada quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema”.

Optou-se, portanto, pela aplicação da técnica por contar com um roteiro de perguntas orientadoras e por possibilitar flexibilidade, com a inclusão de outras questões para complementação do assunto discutido. O roteiro de entrevista foi estruturado em blocos, cada um contendo um conjunto de perguntas. O objetivo dessa organização foi facilitar a identificação das respostas e a análise dos dados. Foram elaborados quatro roteiros, um para cada grupo de participantes, os quais serão descritos a seguir.

Ao elaborar as perguntas, procurou-se garantir que, a partir delas, fosse possível obter informações que permitissem identificar a trajetória de cada grupo, seus habitus, estratégias e conflitos na APA, considerando que esta dissertação fundamenta-se nos conceitos de habitus, trajetória e estratégia de Pierre Bourdieu (1983, 1989, 2001, 2003, 2005, 2008). As questões foram formuladas com o objetivo de compreender as diferentes trajetórias dos grupos, identificar o habitus das famílias, bem como os conflitos e estratégias desenvolvidas.

1.5 CONTATO COM OS PARTICIPANTES

Após a seleção dos entrevistados, obtiveram-se os contatos telefônicos com o apoio do escritório municipal da Emater, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura. No primeiro contato, realizado por telefone, foi agendada uma visita à propriedade para a apresentação da proposta da pesquisa e o agendamento da entrevista.

As entrevistas foram realizadas em locais e horários previamente combinados com os participantes. Para assegurar a qualidade do instrumento, aplicou-se inicialmente uma entrevista-teste com um produtor, a qual permitiu avaliar o questionário, ajustar as perguntas e testar o programa de transcrição (*Turboscribe*). Além disso, no início de cada encontro, esclareceram-se os objetivos da pesquisa e foi solicitado o consentimento para a gravação, devidamente registrado.

Importante destacar que as entrevistas dos agricultores e dos envolvidos com turismo aconteceram nas propriedades. Já no caso do representante do frigorífico, o contato foi realizado no escritório da empresa, na sede do município, ao passo que, com relação aos informantes-chave, os encontros aconteceram em locais por eles indicados. Cada sessão teve duração aproximada de uma hora e meia, totalizando vinte e oito horas de gravação.

1.6 PERÍODO DAS ENTREVISTAS

No que se refere ao período de aplicação, as entrevistas ocorreram entre agosto e dezembro de 2024, conforme indicado na Tabela 4.

Tabela 4: Relação das datas e realização das entrevistas.

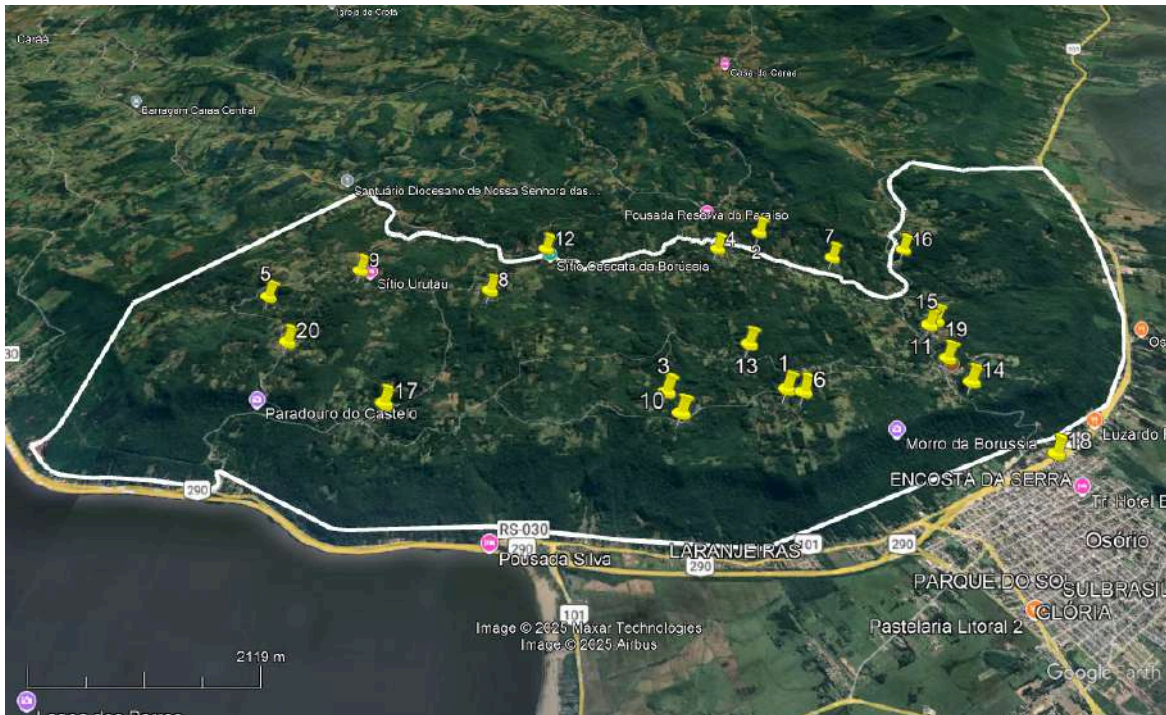
	Data	ATIVIDADE	COMUNIDADE
1.	Agosto	Agropecuária – hortaliças	GOIABEIRA
2.	Agosto	Agropecuária – eucalipto	BORÚSSIA
3.	Agosto	Agropecuária – hortaliças e frutos	GOIABEIRA
4.	Agosto	Agropecuária – apicultura e eucalipto	BORÚSSIA
5.	Agosto	Agropecuária – aipim, frutas e COOPVIDA	ARROIO GRANDE
6.	Setembro	Agropecuária – peixe e grama	GOIABEIRA
7.	Setembro	Agropecuária – eucalipto	BORÚSSIA
8.	Setembro	Agropecuária – eucalipto	MARMELEIRO

9.	Setembro	Turismo – hospedagem	MARMELEIRO
10.	Setembro	Turismo – Hospedagem	GOIABEIRA
11.	Setembro	Turismo – alimentação	SANTA RITA
12.	Setembro	Turismo – Recreação	CASCATA
13.	Setembro	Turismo – Hospedagem	GOIABEIRA
14.	Setembro	Morador – Presidente da Associação AMASB	SANTA RITA
15.	Setembro	Morador – Presidente da Associação AMMB	SANTA RITA
16.	Setembro	Industria – Sócio proprietário do FRIGODAL	INVERNADA
17.	Outubro	Morador, Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Osório e Gestor da APA Morro de Osório	ARROIO GRANDE
18.	Setembro	Técnico da Emater de Osório (aposentado)	SEDE
19.	Setembro	Morador e gestor da rede de água da comunidade de Santa Rita	SANTA RITA
20.	Dezembro	Agropecuária – cana de açúcar	ARROIO GRANDE

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Nesse sentido, mostra-se pertinente a visualização geográfica das entrevistas realizadas, conforme ilustrado na Figura 3.

Figura 3: Localização das entrevistas.



Fonte: Google Earth adaptado pelo autor, 2025.

2. *HABITUS* E TRAJETÓRIA: CONTRIBUIÇÃO PARA ENTENDER OS CONFLITOS

As decisões ou escolhas necessárias para definir o uso da propriedade são complexas e estão sempre em mudança. Nesse processo, surgem questões como: o que é mais adequado nesta área: plantar eucalipto ou criar vacas? É possível cultivar uva ou mirtilo? Seria viável instalar uma agroindústria? Haveria condições para implantar uma pousada ou oferecer casas para aluguel a turistas?

No caso das propriedades particulares, o uso é definido pelo proprietário, respeitando as limitações legais ou as restrições administrativas ao direito de propriedade, as quais buscam garantir a proteção dos recursos comuns existentes. Além disso, são muitos os critérios técnicos a serem considerados nessa escolha, tais como: clima, disponibilidade de água, características do solo, topografia, acessibilidade, mercado fornecedor de insumos, mercado consumidor, disponibilidade de mão de obra, recursos financeiros, entre outros.

Antes mesmo da análise dos critérios técnicos, deve ser considerada a aptidão ou a “vocação” do proprietário. Nem todos desejam, ou estão preparados, para atuar como agricultores, pecuaristas, proprietários de indústrias ou operadores do turismo. Assim, a escolha sobre o uso da propriedade deve respeitar a aptidão do proprietário ou gestor.

Ainda que individual, essa decisão, ou seja, cada proprietário define sua opção, na maioria das vezes respeita um conhecimento coletivo, resultado da acumulação de experiências anteriores. Nesse sentido, são comuns respostas como: “aqui d  certo plantar eucalipto” ou “aqui não d  certo implantar uma agroindústria familiar”. Para a melhor compreensão desse processo de tomada de decisão, recorreremos a Bourdieu (2002) e ao conceito de *habitus*, entendido como a “disposição geral e transponível, que, sendo produto de toda uma aprendizagem dominada por um tipo determinado de regularidades objetivas, determina os comportamentos ‘razoáveis’ ou ‘não razoáveis’ (as loucuras) para qualquer agente submetido a tais regularidades” (Bourdieu, 2002, p. 165).

Nessa perspectiva, as contribuições teóricas de autores como Acselrad, Reydon, Polanyi e Bourdieu auxiliam na compreensão de que a decisão sobre o uso da propriedade constitui uma estratégia em constante modificação, de acordo com o *habitus* individual do usuário da terra. O *habitus*, por sua vez, é conformado pela trajetória dos proprietários e determina respostas distintas para situações práticas, como as formas de uso das propriedades.

2.1 USO DA TERRA E OS CONFLITOS DECORRENTES

Uma reflexão que se impõe para compreender a decisão sobre o uso da terra é analisar como as pessoas se relacionam com ela, isto é, com o solo. Nesse sentido, Acselrad (2004) reflete sobre a necessidade de as pessoas, ou as sociedades, apropriarem-se do mundo, tornando-o próprio e atribuindo-lhe significado para estabelecer relações. Desse modo, o autor identifica “três tipos analíticos de formas de apropriação”.

O primeiro tipo refere-se às práticas de apropriação técnica do mundo material, que configuram “os modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais nos diferentes territórios da ação técnica” (Acselrad, 2004, p. 14). O uso da terra é resultado da adoção de um “conjunto de atos, organizados ou tradicionais, que ocorrem para a obtenção de um fim puramente material – físico, químico, orgânico” (Acselrad, 2004, p. 14), denominados técnicas, as quais constituem a forma técnica de apropriação do mundo material.

As práticas de apropriação social do mundo material, por sua vez, configuram “os processos de diferenciação social dos indivíduos, a partir de distribuição de estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos ou estoques de recursos materiais” (Acselrad, 2004, p. 14). Em outras palavras, as diferentes formas como as sociedades “distribuem o poder sobre os recursos”, como a terra, configuram as suas formas de apropriação do mundo material.

Além disso, as sociedades atribuem diversos significados ao mundo material. Recursos como a terra são compreendidos de forma distinta em diferentes locais e momentos históricos, e tais significados representam uma forma cultural de apropriação. Acselrad (2004) chama a atenção para a importância desses sentidos no “processo de construção do mundo, dando-lhe sentidos e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas” (Acselrad, 2004, p. 15).

Por fim, conforme o Quadro 1, Reydon (2017) apresenta um resumo proposto por Williamson (2010), no qual são sistematizados os conceitos ou significados mais gerais encontrados sobre a terra.

Quadro 1 – Reunião de conceitos mais gerais encontrados sobre a terra.

Conceitos	Definição dos Conceitos sobre a Terra
Terra como terra firme	O espaço de terra em que vivemos. Todos os recursos naturais vivos, exceto as pessoas. Significado amplo de natureza e suas manifestações, incluindo o ar, corpos d'água, solo e subsolo
Terra como espaço físico	A superfície e a área sobre a qual a vida tem lugar fixo e quantidade. Não pode ser destruída ou aumentada. Inclui toda a superfície da Terra, espaço cúbico, espaço aéreo, espaço subterrâneo, minerais associados e gases.
Terra como uma divindade (espiritual)	A fonte de toda a vida e sustentadora de toda a vida. Por extensão, a fonte da fertilidade é o lugar de descanso final de cada pessoa, portanto, a morada dos espíritos ancestrais. Uma divindade que se possui e detém tudo e todos e exerce certos controles sobre as pessoas que a usam.
Terra como uma comunidade	A comunidade ecológica natural com a qual os indivíduos têm direitos e responsabilidades especiais. O grupo de indivíduos que vivem em uma área particular com interesses comuns associados ao seu bem individual e coletivo. Conceitos de “casa” “pátria” e terra “pátria” como um local ou situação
Terra como instituição – propriedade	Uma instituição que articula direitos privados de posse da terra como base para a negociação e estabelecimento de uma sociedade. Propriedade detida pelo Estado em nome do povo em economias centralizadas.
Terra como fator de produção	Como um fator para a economia, juntamente com trabalho, capital e gestão como fatores de produção. Como uma fonte de “natureza doadora” de alimentos, fibras, materiais de construção, minerais, recursos energéticos e outras matérias-primas utilizadas pela sociedade.
Terra como capital	Na economia clássica, a terra é um “dom gratuito da natureza” durável e de capital. É a poupança última de consumo e a produção acumulada de pessoas. Às vezes, a terra é considerada como capital próprio por causa da capacidade de obtenção de fundos de capital e de uso da terra como garantia
Terra como um bem de consumo	Um bem de consumo produzido pelo empreendimento humano. Parques e locais de recreação, lotes de construção, um fator de produção
Terra como uma mercadoria	Uma mercadoria formada em mercados de terra simples. “Desagregado”, a terra como novo conceito de alargar as oportunidades comerciais. Tais interesses são ilimitados por parâmetros espaciais que multiplicam interesses fora da terra por meio de commodities negociáveis de maneira

	dissociada, por exemplo, água mineral. Um sistema de aceleração de riqueza e crescimento econômico
Terra como um direito humano	Reinvindicações exortativas para o direito do solo são ferramentas políticas fundamentais. A alegação formativa é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 17: “Toda pessoa tem direito à propriedade ...”. (HÁ 1948). Constituições nacionais frequentemente transformam as exortações em direitos. Legais
Terra como natureza	Ambientes naturais com características associadas ao funcionamento da natureza sem o esforço humano. Acesso à luz do sol, chuva, vento, condições climáticas, solos, topografia e assim por diante. Qualidades comparativas e quantidades de recursos naturais, tais como depósitos minerais, florestas, água, peixes, luz solar, precipitação.
Terra como um recurso	Um meio de suporte ou disposição. A soma total dos recursos naturais utilizados pelo homem sobre o qual a posse da terra dá o controle. Um meio de suporte, fonte de riqueza, poder, status e as receitas que incluem melhorias humanas ligadas a terra
Terra como ambiente	A gestão local exige a preservação da sua capacidade de sustentar a vida, levando a restrições e responsabilidades.

Fonte: (Reydon 2017 *apud* Williamson, 2010, p. 18/19).

Esse quadro evidencia a diversidade de significados atribuídos à terra, elemento fundamental do mundo material. Tais significados representam o modo de construção do mundo ou uma forma de apropriação cultural de cada sociedade em um determinado momento histórico. Em alguns contextos, a terra foi, e ainda é, entendida como divindade, devendo ser respeitada e venerada. Em contrapartida, em outras sociedades ou períodos históricos, a terra adquire o significado de espaço físico. A partir desse entendimento, justificaram-se guerras pela disputa territorial e promoveram-se grandes movimentos de migração humana para garantir a sobrevivência de parte da população.

Por outro lado, os significados da terra como propriedade, fator de produção, capital, mercadoria ou recurso estão associados à sociedade industrial e sustentam o uso e a exploração da terra como um direito natural do homem sobre a natureza. Sob essa perspectiva, a terra é proposta como um bem a ser consumido e cuja propriedade deve ser garantida.

Polanyi (2012), ao analisar o uso da terra, afirma que “aquilo que chamamos de terra é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem” e

acrescenta que “a terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo”, ressaltando que a “função econômica é apenas uma entre muitas funções vitais da terra”. Entretanto, apesar da importância dessa relação entre a terra e o homem, Polanyi demonstra que, na sociedade industrial, regulada pelo mercado, a terra passa a ser tratada como mercadoria, adquirindo valor de troca. Nesse contexto, em sua obra *A Grande Transformação*, Polanyi analisa a economia de mercado:

A economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo autorregulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. Ela pressupõe mercados nos quais o fornecimento dos bens disponíveis (incluindo serviços) a um preço definido igualarão a demanda a esse mesmo preço. Pressupõe a também a presença do dinheiro, que funciona como poder de compra nas mãos de seus possuidores (Polanyi, 2012, p. 73-74).

O autor prossegue em sua análise da economia de mercado, demonstrando que “há mercados para todos os componentes da indústria, não apenas para os bens (sempre incluindo serviços), mas também para o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados, respectivamente, de preços de mercadorias, salários, aluguel e juros” (Polanyi, 2012, p. 74). Na sequência, Polanyi identifica que essa sociedade de mercado pressupõe o mercado como autorregulável e que tal autorregulação “exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política” (Polanyi, 2012, p. 75). A respeito dessa separação, o autor (2012) ressalta que:

[...] é verdade que nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure ordem na produção e distribuição de bens. Entretanto, isso não implica a existência de instituições econômicas separadas. Normalmente a ordem econômica é apenas uma função da social, na qual ela está inserida (Polanyi, 2012, p. 76).

Com efeito, o entendimento de que, na sociedade de mercado, tudo é percebido como mercadoria leva a conclusões importantes, conforme demonstra Polanyi (2012):

O ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente não são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não

pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia (Polanyi, 2012, p. 94).

As formas como cada sociedade, em diferentes momentos históricos, se apropria da terra como elemento do mundo material podem explicar alguns dos conflitos existentes. Com efeito, ao atribuir significados à terra, as sociedades determinam para que ela pode, ou deve, ser utilizada; ao controlar o acesso, definem quem pode utilizá-la; e, ao propor técnicas de uso, estabelecem como pode, ou deve, ser explorada.

Nessa perspectiva, Bobbio (1998, p. 225) define o conflito como “forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos”. Ademais, o autor (1998) ressalta que o conflito é apenas uma das formas possíveis de interação, sendo outra a cooperação, e afirma que “qualquer grupo social, qualquer sociedade histórica pode ser definida em qualquer momento de acordo com as formas de conflito e de cooperação entre os diversos atores que nela surgem” (p. 225).

Neste contexto, Vargas (2007) estudando a bibliografia sobre conflitos chama atenção para duas diferentes “perspectivas” sobre a origem dos conflitos. A perspectiva objetivista “procura as origens dos conflitos na situação político-social e na estrutura da sociedade. Neste caso, o conflito pode existir independentemente das percepções das partes envolvidas no mesmo” (Vargas, 2007, p. 193). Por sua vez, a perspectiva subjetivista “procura as explicações dos conflitos na percepção e incompatibilidade de objetivos entre as partes envolvidas” (Vargas, 2007, p. 193). A autora chama atenção para que a “forma de compreender o conflito leva às formas determinadas de manejo” (Vargas, 2007, p. 194) e que estas duas percepções são insuficientes para “captar todos os matizes de uma situação conflituosa”.

Com o intuito de superar essa “visão dicotômica”, Vargas (2007) identifica uma terceira percepção, resultante da combinação das anteriores, entendendo que o conflito pode ser “inserido nos assuntos da sociedade, porém, sem que se questione o sistema de poder e, portanto, entendido como consequência de percepções diferentes do status quo (assemelha-se à visão subjetivista)” ou ainda como “forma de luta não violenta para adquirir direitos e justiça social ou catalisador da mudança social” (Vargas, 2007, p. 193).

Nessa mesma linha, Alonso e Costa (2002) refletem sobre a importância de compreender o conflito como processo, utilizando o “modelo de análise da política

contenciosa (Tarrow, 1994; Tilly, 1978) ou da chamada Escola do Processo Político”. Os autores ressaltam a necessidade de considerar o processo político para o entendimento dos conflitos ambientais e de identificar os grupos de agentes envolvidos, bem como suas alianças ao longo do tempo.

Dessa forma, é importante analisar os conflitos no contexto em que estão inseridos. Alonso e Costa (2002) lembram que “os conflitos têm história; não é possível compreendê-los considerando apenas a configuração presente da ação coletiva. A produção de alianças, adesão a valores, criação/redefinição de identidades, não é estática; é processual” (Alonso e Costa, 2002, p. 125-127).

Ao analisar os conflitos ambientais em unidades de conservação, Prestes (2016) resalta a importância da compreensão do processo político e “das relações de tensão entre os setores da sociedade pelo modo de apropriação do patrimônio natural e cultural”. O autor também chama a atenção para o cuidado com o “entendimento” de uma situação como uma “adaptação bem-sucedida”, a qual pode indicar “um processo de exclusão sistemática das populações locais dos processos de tomada de decisão, ou seja, situações de conflito implícito” (Prestes, 2016, p. 45).

Na mesma direção, ao refletir sobre a “crise ambiental”, Acsehrad (2004) afirma que é perigosa a concepção desse termo como “um colapso na relação quantitativa malthusiana entre produção e território ou crescimento econômico material e base finita de recursos” (Acsehrad, 2004, p. 13). Ele também alerta para a interpretação do conflito ambiental como “conflitos de formato hobbesiano, onde um mundo materialmente escasso estaria submetido à ação de figuras do ‘individualismo possessivo’ com desejos sem limites” (Acsehrad, 2004, p. 14). Segundo o autor, essa construção da ideia de escassez como explicação para os conflitos “tende ora a esvaziar o debate político... ora a justificar soluções meritocráticas” (Acsehrad, 2004, p. 14).

Assim, a visão de que o conflito é um “resultado natural” da disputa por recursos desconsidera a importância das escolhas da sociedade no entendimento desses processos. Sobre essa relevância, Acsehrad (2004) afirma que:

Aquilo que as sociedades fazem com o seu material não resume-se a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados- construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais etc. (Acsehrad 2004, p. 15).

Ao considerar a questão dos conflitos ambientais, Acselrad (2004) apresenta o meio ambiente como um “terreno contestado” e propõe a teoria social de Bourdieu como ferramenta para a análise da questão ambiental enquanto campo. Nessa perspectiva, o autor afirma que:

Se nos remetermos à teoria social de Bourdieu o campo será visto como uma configuração de relações objetivas entre posições na estrutura de distribuição de diferentes espécies de poder. [...] No interior do espaço social, os agentes sociais distribuem-se segundo princípios de diferenciação que constituem os campos de forças relativas – espaços de conflitos pela posse das espécies de poder/ “capital” específicas que os caracterizam. Os campos não são constituídos, conseqüentemente, por lugares vazios, pois há nele ação e história produzidos por ação coletiva: sendo construídas pelos próprios atores nas condições históricas dadas, as próprias divisões dos campos podem mudar, fugindo do estruturalismo convencional. (Acselrad, 2004, p. 18-19).

2.2 TEORIA DOS CAMPOS DE BOURDIEU

Ao observar a sociedade de sua época, com o objetivo de identificar e compreender os sentidos dos atos, Bourdieu desenvolveu a Teoria dos Campos. Grenfell (2018) afirma que Bourdieu, ao buscar superar a oposição entre a tradição objetivista, que propõe que as regras sociais condicionam os atos dos indivíduos – e a tradição subjetivista, que defende que os atos são resultados de decisões individuais –, formulou uma abordagem inovadora.

Para explicar como as pessoas desenvolvem escolhas ou atos nesse “espaço social”, Bourdieu (1983) chama a atenção para a importância de compreender conceitos fundamentais como *habitus*, campo e capital. Os conceitos de campo e capital são fundamentais, contudo, não serão aprofundados nesta dissertação, considerando o tempo disponível e as dificuldades inerentes ao estudo de uma área que passou por muitas mudanças, especialmente de moradores, desde sua (re)ocupação no início do século XX. Assim, o objetivo é utilizar a teoria de Bourdieu para compreender as estratégias de uso das propriedades em uma APA, analisando as trajetórias e o *habitus* dos proprietários.

Para Bourdieu, *habitus* é:

[...] o produto de toda a experiência biográfica (o que, como não existem duas histórias individuais iguais, faz com que não existam dois *habitus* idênticos, embora haja classes de experiências e, portanto, classes de *habitus* – os *habitus* de classes). Esses *habitus*, espécies de programas (no sentido da informática) montados historicamente estão, de uma certa maneira, na origem da eficácia dos estímulos que os detonam, pois estes estímulos convencionais e condicionais só podem se exercer sobre organismos dispostos a percebê-lo. (Bourdieu, 1983, p.60).

Essa “espécie de programa” define as ações das pessoas, não como obediência a uma regra ou comando, nem como cálculo orientado para um objetivo específico, mas, sim, como conduta coerente com o “senso prático”: “um conhecimento sem consciência, uma intencionalidade sem intenção e um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro” (Bourdieu, 2004, p. 24).

Grenfell (2018) analisa o conceito de *habitus*, destacando sua importância, ao enfatizar que Bourdieu afirma: “toda a minha reflexão partiu daí: como as condutas podem ser regradas sem ser produto de obediência a regras?”. Em continuidade, o autor desenvolve sua análise:

Bourdieu define *habitus* como uma propriedade de atores (sejam indivíduos, grupos ou instituições) que é composta de uma estrutura estruturante [...] e estruturada (BOURDIEU, 2007: 164[1979]). Ela é estruturada pelo nosso passado e circunstâncias atuais, como a criação na família e experiências educacionais. Ela é “estruturante” no sentido de que nosso *habitus* nos ajuda a moldar nossas práticas atuais e futuras. Ela é uma “estrutura” por ser ordenada sistematicamente, e não aleatória ou sem nenhum padrão (Grenfell, 2018, p. 75).

A relação entre a prática e as regras, como forma de controle das condutas, está associada ao perigo da situação. Nesse sentido, “quanto mais perigosa a situação, mais a prática tenderá a ser codificada” (Bourdieu, 2004, p. 98). Assim, o *habitus* determina a forma de conduta, obedecendo a uma lógica prática.

O *habitus* como sistema de disposições para prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas (neste caso a sanção prevista para determinada transgressão), é porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias. Dito isso, a tendência para agir de uma maneira regular – que estando o seu princípio explicitamente constituído pode servir de base para uma previsão (o equivalente científico das antecipações práticas da experiência cotidiana)- não se origina de uma regra ou lei explícita. É por isso que as condutas geradas por *habitus* não tem a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo: o *habitus* está intimamente ligado com o fluido e o vago. Espontaneidade geradora que se afirma no confronto improvisado com situações constantemente renovadas, ele obedece a uma *lógica prática*, a lógica do fluido, do mais-ou-menos, que define a relação cotidiana com o mundo (Bourdieu 2004, p. 98).

A existência do Estado, das regras e das sanções é reconhecida por Bourdieu (2014) como fundamental, representando um “ponto neutro, para que o próprio conflito sobre o mundo social seja possível, é preciso haver uma espécie de acordo sobre os terrenos de desacordo e sobre os modos de expressão desses desacordos” (Bourdieu, 2014, p. 31). Além disso, a capacidade de ação do Estado é explicada por Bourdieu (2014), pois este detém o

“monopólio da violência simbólica legítima, na medida em que o monopólio da violência simbólica é a condição da posse do exercício da violência física” (Bourdieu, 2014, p. 30).

Setton (2002) analisa o conceito de *habitus* como “instrumento conceptual que me auxilia a pensar a relação, a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos [...] **uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas** (p. 61, grifo do autor). Segundo a autora, trata-se de um conceito fundamental para refletir sobre as escolhas do indivíduo que vive em sociedade, uma vez que o *habitus* é “**um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais**”. Assim, ao utilizá-lo para “**pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados.**” (Setton 2002, p. 61, grifo do autor).

Montagner e Montagner (2010) ressaltam a importância das variáveis quantitativas, geracionais, da análise histórica e da trajetória dos indivíduos ou grupos para a identificação de um *habitus* e “destacam que esta análise demanda apelo a variáveis geracionais, quantitativas, grupais, de efeitos de trajetórias, de análise histórica de grupos no tempo” (Montagner & Montagner, 2010, p. 258).

Nessa perspectiva, Bourdieu (2004) reflete sobre o conceito de *habitus* ao afirmar que as estratégias “não têm a razão como princípio” e estão relacionadas às necessidades, sendo “ajustadas à situação”. O autor acrescenta que:

Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, a necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir do conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica das causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. A ação comandada pelo “sentido do jogo” tem toda aparência de ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio. Basta pensar na decisão instantânea do jogador de tênis que sobe a rede fora de tempo para compreender que ela não tem nada em comum com a construção científica que o treinador, depois de uma análise, elaborada para explicá-la e para dela extrair lições comunicáveis. As condições para o cálculo racional praticamente nunca são dadas na prática: o tempo é contado, a informação é limitada, etc. (Bourdieu, 2004, p. 23).

O conceito de *habitus* contribui para compreender que as pessoas mantêm relação com o mundo material a partir de experiências individuais e que, considerando tais experiências, é possível agrupá-las segundo classes. Nesse sentido, Bourdieu afirma que:

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. (Bourdieu, 1996, p. 21).

A compreensão desses diferentes *habitus* permite orientar a investigação no sentido de identificar, nos atores sociais, suas “particularidades”, ou seja, suas maneiras próprias de compreender o mundo material, o que pode justificar as diferentes estratégias utilizadas em sua apropriação. Nessa direção, Bourdieu orienta o pesquisador a buscar tais especificidades das histórias coletivas ao afirmar que “as diferenças reais que separam tanto as estruturas quanto às disposições (os *habitus*) e cujo princípio é preciso procurar, não na singularidade das naturezas – ou das ‘almas’ –, mas nas particularidades de histórias coletivas diferentes” (Bourdieu, 1996, p. 15).

A análise dessas estratégias deve considerar o *habitus* como princípio gerador e unificador, capaz de retraduzir as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto coerente de escolhas de pessoas, bens e práticas. Assim como as posições das quais são produto, os *habitus* “são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, são também operadores de distinções: põem em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação” (Bourdieu, 1996, p. 21-22).

Dessa forma, a identificação desses *habitus* e das estratégias passa necessariamente pela compreensão das trajetórias de vida dos atores. No entanto, Bourdieu alerta para os perigos envolvidos nesse processo e chama a atenção para algumas noções do senso comum: a compreensão da vida como “um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser entendido como a expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”, e de trajetória como “um caminho que trilhamos ininterruptamente, um trajeto, um curso, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional” (Bourdieu, 1996, p. 183).

Segundo o autor, essas noções derivam da necessidade de dar sentido aos acontecimentos da vida, identificar relações e buscar alguma “coerência” nos fatos. Sobre essa busca, Bourdieu afirma que a:

[...] narrativa autobiográfica sempre é inspirada, ao menos em parte, pela preocupação de dar sentido, de dar razão, de identificar uma lógica por vezes retrospectiva, por vezes prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo-se relações inteligíveis, como aquelas dos efeitos das causas eficientes

ou finais, entre os estados sucessivos, constituídos como estágios de um desenvolvimento necessário (Bourdieu, 1996, p.184).

Bourdieu (1996) apresenta uma análise crítica dessa busca de “sentido” ou coerência e define trajetória “como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço em constante construção e sujeito a transformações incessantes”. Assim, para a compreensão das trajetórias dos grupos, torna-se necessário identificar com clareza os atores sociais envolvidos, bem como entender o espaço em que estão inseridos e as transformações ocorridas.

Nesse contexto, os conceitos de trajetória, *habitus* e estratégia apresentados nesta seção são fundamentais para a compreensão das escolhas realizadas quanto ao uso das propriedades pelos proprietários de terra na APA Morro de Osório. Desse modo, buscamos demonstrar a relevância dessa base conceitual para analisar as diferentes trajetórias e a relação com as estratégias de uso da propriedade. Conseqüentemente, esse referencial possibilita uma maior compreensão do *habitus* dos proprietários e do processo de escolha entre distintas atividades econômicas (agricultura, indústria e turismo).

Para os fins desta pesquisa, adotamos como objeto de estudo as escolhas necessárias em momentos de conflito, como a definição das atividades ou formas de ocupação e o uso dos recursos naturais (água e solo), bem como nos momentos de comercialização da terra, os quais serão apresentados nos próximos capítulos.

3. DA COLÔNIA BORÚSSIA ATÉ A APA MORRO DE OSÓRIO: CONTRIBUIÇÃO PARA ENTENDER O CONFLITO SOBRE A OCUPAÇÃO E O PARCELAMENTO DO SOLO

Este capítulo tem por objetivo demonstrar como as diferentes estratégias utilizadas pelas famílias, sejam de imigrantes ou de nacionais, para a ocupação ou “(re)ocupação” de terras, influenciaram os conflitos sobre o uso do solo identificados na revisão do Plano Diretor da APA Morro de Osório em 2022.

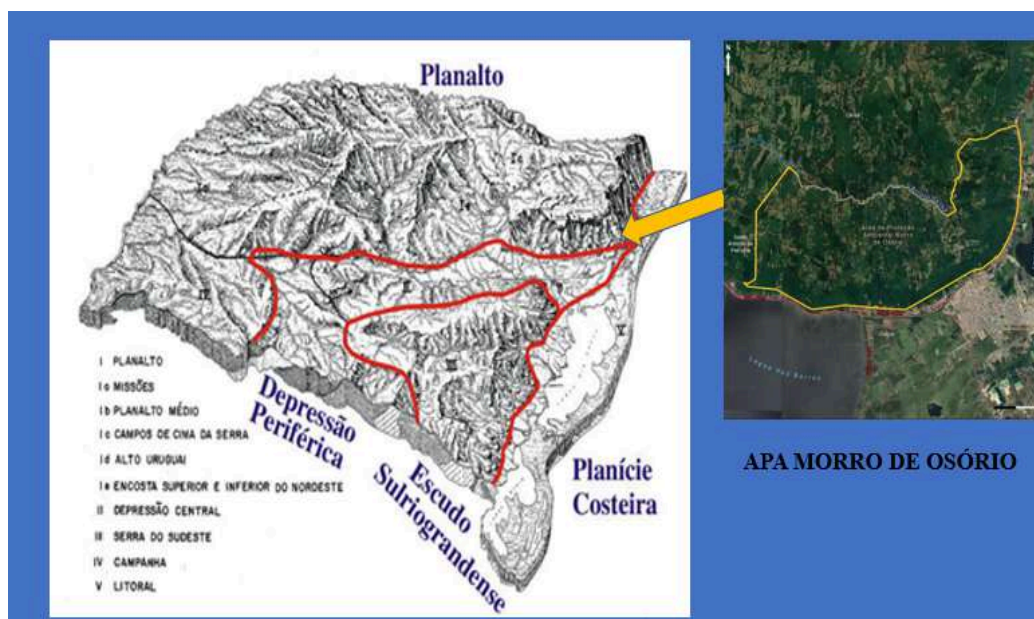
Uma questão central refere-se à denominação atribuída ao processo de chegada de pessoas com direito à propriedade da terra em determinada região. Diversos conceitos são empregados para explicar por que algumas pessoas, após a consolidação do conceito de propriedade, passaram a ter o “direito” de se apropriar da terra. Nesse sentido, os europeus que aqui chegaram no século XV definiram o processo como “descobrimento” e buscaram legitimar o direito de se apropriar da terra por meio do direito canônico, com autorização do Papa, como representante de Deus⁶.

Esse “direito divino” estabeleceu que a propriedade da terra pertencia à Coroa Portuguesa e, posteriormente, ao Império Brasileiro, até 1850, com a promulgação da Lei de Terras. Até então, as terras eram utilizadas como concessão do governo ou pela posse. Durante esse período, especialmente no final do século XIX, ocorreram conflitos sobre o uso da terra entre os “descobridores” e a população originária.

No caso do litoral norte do Rio Grande do Sul, a região foi utilizada como passagem para tropas portuguesas e espanholas em disputas territoriais até o início do século XIX. De modo particular, nas áreas da encosta da Serra Geral, entre a planície costeira e o planalto, o governo imperial promoveu, no final do século XIX, o “esvaziamento das terras”, ou seja, a eliminação da população Xokleng que utilizava a área. Essa região, já denominada como “sem dono”, passou a ser reconhecida como “vazia”. A partir desse momento, os posseiros passaram a (re)ocupar as terras. Alguns buscaram o reconhecimento do Estado sobre a posse e a comercializaram, como ocorreu no caso da Colônia Borússia, um dos projetos particulares de colonização realizados na região.

⁶ “A partir de 1421, bulas papais concedidas aos reis de Portugal, a seus descendentes e à Ordem de Cristo outorgavam-lhe exclusividade na navegação no Atlântico e jurisdição, espiritual e ordinária, sobre terras a descobertas ou a descobrir até a Índia.” (Garcia, 2018, p. 27).

Figura 4: Localização da APA Morro de Osório nas províncias geológicas do RS.



Fonte: elaborado pelo autor com base no Mapa das províncias geológicas. Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/23036966/aspectos-geologicos-do-rio-grande-do-sul>.

O mapa (Figura 4) apresenta a localização das áreas da encosta, onde se encontra a APA Morro de Osório. Essas áreas eram de difícil acesso e estavam ocupadas, à época da colonização, pelo povo Xokleng. O processo de disputa por essas terras e os confrontos com imigrantes europeus estão descritos na obra do historiador Lauro Pereira da Cunha (2012), *Índios Xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (séc. XIX)*. O autor relata que “[...] restou aos Xokleng restringirem-se às matas de várzea e de encosta do planalto, ou Serra Geral, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, espremidos entre a planície costeira e os campos de Cima da Serra” (Cunha, 2012, p. 86).

Complementarmente, Souza (2021) analisa o processo de extinção dos Xokleng na região do litoral norte do Rio Grande do Sul e afirma que “[...] imigrantes italianos e escravos tomaram os últimos redutos nas regiões dos Aparados da Serra, não havendo atrito com os indígenas porque esses já haviam sido exterminados” (Souza, 2021, p. 171).

Parte das terras que atualmente compõem a APA Morro de Osório foi adquirida por famílias de imigrantes europeus e nacionais no final do século XIX e início do século XX. Em especial, algumas famílias de origem italiana compraram lotes de um empreendimento de colonização privada, denominado Colônia Borússia. Esse projeto utilizou uma área de aproximadamente 13.400 hectares, entre os municípios de Osório e Caraá, dos quais cerca de

3.000 hectares estão inseridos na área onde, em 1994, foi criada a APA Morro de Osório. Já o restante da área da unidade de conservação, aproximadamente 3.000 hectares, correspondia a terras que foram desmatadas e ocupadas.

Esse processo de colonização, ou chegada de colonos europeus, teve como exemplos, no litoral norte do Rio Grande do Sul, os açorianos em Conceição do Arroio (1773), os alemães protestantes em Três Forquilhas (1827) e os alemães católicos em Dom Pedro de Alcântara (1827). Por outro lado, nas terras da planície litorânea, esse processo ocorreu de forma distinta, uma vez que a concessão de uso havia acontecido anteriormente, por meio da distribuição de sesmarias pelo Império.

É importante destacar que o processo de (re)ocupação das terras localizadas no litoral norte do Rio Grande do Sul não ocorreu de maneira pacífica, contínua ou uniforme. Diversos problemas foram registrados, como conflitos com as populações originárias e com os quilombos, abandono de sesmarias, dificuldades de acesso e de comercialização das mercadorias produzidas, além do abandono de lotes pelos colonos (ver Cunha, 2012, 2019, 2022, 2024; Silva, 2014; Klein, 2004).

Ademais, os imigrantes e nacionais adquiriram as terras no início do século XX, momento em que a terra passou a ser considerada uma mercadoria passível de negociação. As condições para esse processo foram criadas com a construção de regras que garantissem segurança às transações, transformando a terra em produto comercializável e passível de ser utilizada como garantia, conforme afirma Polanyi (2012).

Desse modo, a chegada de imigrantes e nacionais para adquirir terras de projetos de colonização só foi possível mediante a ação do Estado, que utilizou seu direito de uso da força para conquistar terras. Silva (2003), ao analisar o conceito de fronteira em diferentes países da América, afirma que:

deparamo-nos, numa ponta do processo, com especuladores, investidores estrangeiros, grandes proprietários, comerciantes e militares beneficiando-se do processo de apropriação territorial em detrimento de ex-escravos, imigrantes, peões, gaúchos, etc. Na outra ponta, os Estados nacionais em fase de consolidação aparentemente incapazes de ordenar de outro modo a apropriação territorial (Silva, 2003, p. 7-8).

Compreender como se deu o processo de chegada, a origem das famílias, suas trajetórias e as estratégias utilizadas para a apropriação da terra (tornando-a própria ou ocupando-a) permite identificar os agentes envolvidos, além de contribuir para a compreensão

do seu *habitus*. Assim, essas informações serão empregadas como ferramentas para a análise dos conflitos fundiários atualmente existentes na APA Morro de Osório.

3.1 A COLÔNIA BORÚSSIA

A Colônia Borússia foi um empreendimento de colonização de terras realizado por João Enet no final do século XIX. Bastos (1937), em um verbete do *Pequeno Dicionário Histórico Geográfico de Osório*, relata a história da Colônia Borússia, fundada por João Enet em 1888, como resultado da aquisição de 13.436,44 hectares. Essa área foi formada a partir da compra de 17 lotes, provenientes de processos de legitimação de posse de terras pelo governo da Província, realizados entre 1884 e 1886, no final do período imperial brasileiro⁷.

Atualmente, a Colônia Borússia abrange parte da área onde se localiza a APA Morro de Osório, estendendo-se pelo município de Caraá, na escarpa da Serra Geral, até a divisa com o município de Maquiné. O mapa a seguir representa a área aproximada da Colônia Borússia (linha amarela), demonstrando que ela ocupava parte da APA Morro de Osório (linha branca) nos municípios de Osório e Caraá, chegando às proximidades da divisa com Maquiné (as divisas municipais estão assinaladas em linhas verdes)⁸.

⁷ Entre os anos 1884 a 1886, o Governo da Província, depois de competentes processos de legitimação, concedeu diversas áreas de terras naquele lugar aos seguintes posseiros: Antônio Inácio Machado, Felicidade Joaquina de Jesus, Manoel José de Souza Costa, Amaro Antônio Pereira, Felisbino José Pires, Manuel Teixeira de Miranda, Clara Marja de Souza, Domingos da Silva Peixoto, Laurentino Francisco Ferreira, Manuel Luis Alves, José Gonçalves de Oliveira, Jerônimo Antônio de Souza, Zeferino Antônio de Oliveira, Manuel José de Souza Costa, Quintino José Teixeira, Cândido Rodrigues Pereira e José Ferreira Vidal. Destes concessionários, em várias datas, João Enet adquiriu por compra 134.364.400 metros quadrados de terra. Mandando proceder a levantamento geral e subdivisão em lotes, fundou João Enet a colônia Borússia (Muri, Guido, 1997, p. 16).

⁸ Não foi encontrado mapa com a localização exata da Colônia Borússia. A planta informa a disposição dos lotes. Existem atualmente na área alguns marcos de referência da divisão dos primeiros lotes que eram denominados colônias.

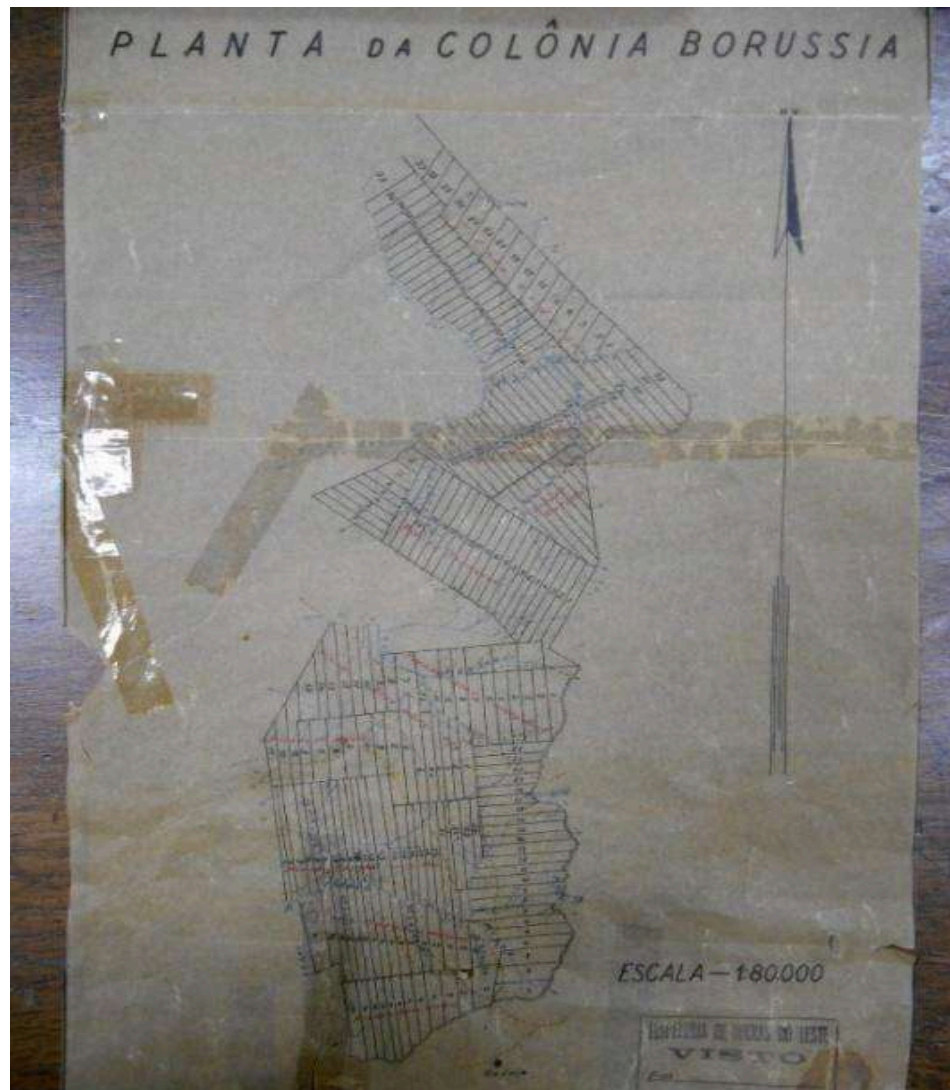
Figura 5: Localização aproximada da Colônia Borússia.



Fonte: Elaborado pelo autor

A área da Colônia Borússia foi dividida em lotes, conforme evidencia a planta fornecida pelo Departamento de Terras Públicas, órgão vinculado à Secretaria de Obras do Estado do Rio Grande do Sul. Esse documento cartográfico identifica a presença de rios, a existência de oito picadas na área (Rodolfa, Dona Maria, Dona Carlota, Bismarck, Bocó, Morro Agudo, Carahá e Dom João) e informa que o território foi dividido em 209 lotes, com aproximadamente 62 hectares cada.

Figura 6: Mapa da Colônia Borussia elaborado em 1915.



Fonte: Fornecido pelo SEHAB/FFTP/Terras Públicas.

A Colônia Borússia constitui exemplo de colonização privada, processo que ocorreu no Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX. Esses empreendimentos tinham como objetivo atrair compradores entre os imigrantes trazidos pelo governo imperial e, posteriormente, durante os primeiros anos da República, para ocuparem as terras e substituir a mão de obra escravizada. Newman (2023) analisa os empreendimentos de colonização privada e ressalta que, no Rio Grande do Sul, eles foram “numerosos, embora os dados sejam imprecisos e a documentação fragmentada ou ausente – ocuparam um território inferior se comparado à colonização pública” (Newman, 2023, p. 15).

Além disso, Newman (2023) aponta diferenças significativas entre a colonização pública e a particular. A colonização pública é apresentada como “política de povoamento e o desenvolvimento de regiões estratégicas, dependente de fatores políticos, frequentemente instáveis e que interferem diretamente na administração das colônias públicas” (Newman, 2023, p. 22). Por outro lado, os empreendimentos particulares visavam prioritariamente ao lucro e estariam menos sujeitos às interferências políticas.

Essas colônias particulares dependiam de autorização do Estado e, “de modo geral, situavam-se em zonas marginais, de pouco interesse por parte da União ou do Estado, afastadas dos núcleos urbanos e meios de transporte” (Newman, 2023, p. 15). No caso específico da Colônia Borússia, a venda dos lotes foi dificultada pela ausência de meios adequados de comunicação à época. A esse respeito, Muri (1997) descreve o processo de comercialização das terras:

A princípio devido à falta dos meios de comunicação, muito lutou João Enet para estabelecer colonos naquelas terras. Por isso, além de ter estabelecido preços baixos para os lotes coloniais, ainda os vendia a longo prazo. Depois que foi construída uma estrada de rodagem da Vila de Conceição do Arroio até as imediações do núcleo colonial Bocó, atravessando a colônia Borússia, em grande parte, a colonização desta se fez rapidamente. Hoje, segundo cálculos estatísticos bem aproximados (1935) a população é superior a 600 almas predominando a nacionalidade italiana (Muri, 1997, p. 16).

A existência de diferentes formas de aquisição da propriedade dentro da área da APA Morro de Osório pode ser explicada pela distinção entre áreas denominadas “da colônia” e “da fazenda”⁹. Enquanto nas áreas da “fazenda” ocorria um processo de intrusão, nas terras pertencentes a João Enet, cuja propriedade era reconhecida, verificou-se a comercialização de lotes por meio de um empreendimento de “loteamentos”, denominado Colônia Borússia. De acordo com Bublitz e Correa (2006), esse tipo de empreendimento é definido como colônias mistas.

[...] o final do século XIX ainda seria marcado pelo início da ocupação das últimas áreas florestais da província, com a implantação das chamadas “colônias mistas”, fundadas por imigrantes europeus. Trata-se de uma colonização marcada por uma diversidade étnica, resultante do recrutamento que se fazia no interior das colônias já existentes – com excedente demográfico em relação à sua organização socioeconômica e cultural- e no exterior, principalmente no Leste europeu. (Bublitz e Correa, p. 108).

⁹ Podem ser áreas das estâncias que se estendem nas escarpas da Serra Geral.

Cunha (2019) relaciona a criação de colônias no litoral norte do Rio Grande do Sul a um projeto de navegação entre as lagoas e de criação de um porto, citando como exemplos colônias públicas, como a Colônia do Marquês do Herval (Maquiné, 1891) e a Colônia Vila Nova (Caraá, 1890-1896), bem como colônias particulares, como a Colônia Júlio de Castilhos (Três Cachoeiras, 1892) e a Colônia Borússia (Osório, 1890-1896). O autor afirma que “[...] persistia a ambição do porto no litoral norte, tanto que as autoridades começaram a incentivar o envio de levas de imigrantes europeus para a região, onde havia muitas terras desocupadas na fertilíssima zona da encosta, como foi o caso da Colônia Borússia” (Cunha, 2019, p. 170-171).

Além disso, a história da Colônia Borússia esteve fortemente vinculada aos fatos políticos da época, em especial durante a Revolução Federalista, quando João Enet, cidadão alemão nascido em Hamburgo, foi preso em 1893 “sob a alegação de que sua esposa havia abrigado em casa um Maragato” (Muri, 1997, p. 18).

Trespach (2016) relata os conflitos ocorridos no período da Revolução Federalista, destacando a ocupação de Conceição do Arroio pelos maragatos em 04/02/1892 e a retomada da localidade por forças republicanas, comandadas pelo coronel Antônio Marques, em 20/06/1892. Nesse contexto, o nome de João Enet aparece associado aos maragatos, uma vez que, “na fuga dos federalistas – entre os dias 18 e 19 – é morto o padre Fernandes, com um tiro nas costas, na hoje Várzea do Padre. Entre os presos estão João Enet – o fundador do núcleo colonial Borússia – e Boroski, obrigado pelos republicanos a guarnecer o corpo do padre até a manhã seguinte” (Trespach, 2016, p. 47).

Esses relatos evidenciam algumas das dificuldades enfrentadas na implantação de um projeto de colonização como a Colônia Borússia. De fato, a busca por compradores, principalmente entre imigrantes italianos e alemães, ocorreu durante o início da República no Brasil, período marcado por intensas mudanças políticas e por episódios de violência no Estado do Rio Grande do Sul.

Ademais, existem poucos dados sobre a aquisição das terras por esses compradores – imigrantes ou nacionais – no início do século XX. Contudo, algumas famílias entrevistadas, especialmente as descendentes de imigrantes italianos, relataram que seus ascendentes demonstravam grande preocupação com a documentação referente à compra da propriedade. “*Era meu avô. Tudo documentado. Na época que comprou já tudo com escritura*” (Entrevistado 7, set. 2024).

Essa estratégia de registrar, de alguma forma, a aquisição de terras evidencia que os compradores necessitavam de comprovação de propriedade, ainda que as regras da época não

exigissem o registro em cartório dessa documentação. Nesse sentido, a insegurança de viver em outro país, em processo de aprendizado das normas locais e de adaptação do *habitus* a uma nova realidade, contribui para explicar a preocupação dos imigrantes com a documentação. Entretanto, apesar desse cuidado, muitos negócios de terra foram realizados entre imigrantes sem a devida comprovação documental.

Do mesmo modo, os relatos de famílias – sobretudo de nacionais – revelam a existência de diversas estratégias para a aquisição das propriedades, indicando que a documentação comprobatória nem sempre era considerada necessária, como se observa no seguinte relato: “*olha é o escriturado aqui é 8, que tem escritura, e tinha mais 8 do outro lado que não era escriturado*” (Entrevistado 01, ago. 2024).

A evidência do projeto de venda de terras denominado Colônia Borússia, que abrangia parte da área, enquanto o restante correspondia a posses, é relatada assim: “[...] *tinha muitas partes que eles diziam, lá é terra da fazenda. Lá é da colônia. Então, a gente não entendia. Agora, há pouco tempo que eu comecei a entender que esse travessão das 700 aqui diz os antigos que do meu lado pra baixo eles chamavam de colônia*” (Entrevistado 20, dez. 2024).

A “prática” da época exigia o acordo entre o vendedor e o comprador sobre o valor e a forma de pagamento. A lei exigia uma forma de comprovação (documento ou escritura) com documento particular (entre as partes) não necessitando registro (cartório). Estas diferentes trajetórias entre os que adquiriram terras na época (imigrantes / nacionais, compradores da colônia Borússia / compradores de particulares) influenciaram no *habitus* sobre a negociação de terras e na utilização da estratégia de não registrar a documentação como comprovação de propriedade.

A “prática” da época determinava o acordo entre vendedor e comprador quanto ao valor e à forma de pagamento. A lei, por sua vez, exigia algum tipo de comprovação (documento ou escritura), mas aceitava que fosse realizada por meio de documento particular firmado entre as partes, sem a necessidade de registro em cartório. Dessa maneira, as diferentes trajetórias dos que adquiriram terras no período – imigrantes ou nacionais, compradores da Colônia Borússia ou de particulares –, influenciaram na conformação do *habitus* relacionado à negociação de terras, consolidando a estratégia de não registrar a documentação como comprovação de propriedade

3.2 A “TERRA PROMETIDA”

Os imigrantes, principalmente italianos que chegaram ao final do século XIX e início do século XX, adquiriram parte dos lotes da Colônia Borússia, motivados pela busca por terras. Iotti (2010) relaciona esse fenômeno às mudanças provocadas pelo avanço do capitalismo na Europa. Com efeito, a transição de uma estrutura agrícola para industrial gerou excedente de mão de obra, ocasionando um grave problema social nesses países. Diante desse cenário, a emigração foi estimulada pelos governos como estratégia para enfrentar a situação e, em determinados períodos, “a emigração, sob a tutela do Estado italiano, transformou-se em um negócio rentável para a Itália” (Iotti, 2010, p. 21).

Nessa mesma direção, Palú Filho (2012) analisa o movimento emigratório italiano, identificando fatores expulsivos, que estimularam a saída da Itália, e fatores atrativos, que motivaram a chegada a determinados países:

[...] Os fatores que expulsaram os italianos foram basicamente: o fator populacional (famílias enormes); recém criado estado italiano que convocava os jovens para o exército (redução da capacidade na lavoura); países vizinhos reduziram a oferta de trabalho aos emigrantes temporários; completa indiferença do estado para implantar uma política agrícola; fatores climáticos; doenças que assolaram a classe mais pobre e desnutrida; e finalmente a elevação de impostos.

[...] os estímulos atrativos, passagens oferecidas pelos países americanos, possibilidade de serem proprietários de terra e os efeitos da propaganda das companhias de navegação que, ao longo de um século, fez mais de 27 milhões de italianos abandonarem a terra natal. Se a princípio a emigração era tida como uma válvula de escape para tensão social, esta foi propositalmente deixada aberta pela classe dirigente por quase um século que, de certa forma, agradecia o movimento por resolver duas questões simultaneamente: primeiro sob o aspecto social; segundo pela vultuosa quantia de remessas financeiras que os emigrados, nas décadas seguintes, enviaram ao país anualmente. (Palú Filho, 2012, p. 50-51).

Na esteira dessa alusão, Iotti (2010) relata os conflitos existentes no final do Império acerca do modelo de colonização pública, destacando, sobretudo, as críticas relacionadas aos altos custos e à baixa eficiência. Segundo a autor:

[...] Aparentemente, o Presidente da Província não teve dificuldades em convencer os deputados sobre a importância de passar para iniciativa privada a tarefa de colonização do estado. Não é demais lembrar que os deputados representavam parcela da elite gaúcha ligada aos grandes proprietários rurais e aos pecuaristas” (Iotti, 2010, p. 69).

O caminho percorrido pelos imigrantes desde o país de origem até o Brasil, e posteriormente até o Rio Grande do Sul e a área da colônia onde recebiam seus lotes de terra, foi longo e tortuoso. Certamente, muitas foram as dificuldades enfrentadas, como o

desconhecimento da língua, da região e dos costumes locais. Além disso, são escassas as informações sobre a chegada, no final do século XIX e início do século XX, de algumas famílias de imigrantes à região da Colônia Borússia.

Foi necessária uma adaptação por parte das pessoas que saíram da Europa em condições de extrema dificuldade e vieram para o sul do Brasil em busca da aquisição de terras como possibilidade de uma vida melhor. Nesse processo, os costumes precisaram ser ajustados à nova realidade, o que resultou na formação de um novo *habitus*. Com o intuito de compreender a chegada das famílias e as mudanças ocorridas, foram analisados relatos e depoimentos de descendentes de imigrantes que chegaram ao município, disponíveis na obra Raízes de Osório (2004, p. 209-216).

Entre esses registros, destaca-se o depoimento de um descendente da família Famer¹⁰ (Raízes de Osório, 2004, p. 213-216), que fornece informações sobre o percurso dos imigrantes provenientes da Itália no início da colonização da região. Essa família adquiriu terras na Colônia Borússia onze anos após chegar à região, tendo inicialmente recebido lotes do governo em Santo Antônio da Patrulha. Tal fato demonstra a relação existente entre o projeto de colonização pública e os empreendimentos privados.

A família, composta por um casal e nove filhos, chegou ao Brasil em 1892, proveniente da Itália, desembarcando em Porto Alegre e, posteriormente, dirigindo-se ao Núcleo Colonial Vila Nova, em Santo Antônio da Patrulha, onde receberam terras do governo.

Em 26/02/1892, os imigrantes saíram de Porto Alegre com destino a Colônia Vila Nova, viajando a pé. Segundo os registros, no dia 01/03/1892, eles chegaram a Santo Antônio e ficaram acampados na praça onde hoje está localizada a igreja de Santo Antônio.

As dificuldades enfrentadas até então, aumentaram quando partiram de Santo Antônio para a linha onde haviam recebido as terras do governo, para fixarem sua moradia. A penetração na mata da Serra Geral foi, realmente, um feito heroico.

[...]

A chegada ao destino foi ainda mais dura. Lá ficaram ao mais completo relento no meio do mato, sujeitos a todo tipo de intempéries até construírem um galpão rústico, coberto por palhas, que ficou localizado na Linha Fraga.

Passaram a cultivar as sementes de feijão e milho, e as batatas que lhes haviam sido distribuídas, obrigando-os a uma mudança de hábitos alimentares, mas isso tudo não os fez desanimarem, e, acima de tudo, era uma questão de sobrevivência.

[...]

Passados alguns anos, na data de 20/08/1909, comprou, por documento particular, três colônias no Bocó. Lá construíram a moradia, e nela passou a funcionar a casas de negócios como o nome João Famer e Irmãos o que levava a dar início ao povoado do Bocó, mais tarde construíram um galpão rústico onde funcionava a serraria.

O trabalho conjunto rendeu esforços e passaram a adquirir lotes de terras de mato.

Já em 05/07/1917, compraram de Migliavaca e a família, as colônias 1 e 3 da Linha 5 de Agosto, perfazendo um total de 40 hectares e passaram a cultivar nelas o café,

¹⁰ Magdalena Famer de Azevedo. Advogada, pedagoga, , especialista em educação psicomotora e professora em Osório/RS (Raízes de Osório, 2004 , p. 209).

erva mate, milho, feijão, parreiras e cana de açúcar (Raízes de Osório, 2004, p. 209-214).

Uma análise do depoimento permite verificar a importância dos investimentos realizados pelo Império para a ocupação da região. Os imigrantes, diferentemente dos negros e dos indígenas, tiveram acesso à terra, sementes e mudas como forma de estimular sua fixação no território. Nesse sentido, a aquisição de terras no Bocó (área da Colônia Borússia), em 1909, foi realizada com recursos obtidos pelo trabalho da família em terras fornecidas pelo Império na Colônia Vila Nova. O relato também demonstra que sempre existiu um intenso comércio de terras entre os imigrantes, como exemplifica a aquisição de terras, em 1917, da família Migliavaca.

“era procedente da Itália, e quando aqui chegaram compraram terras de João Enet. Estas terras incluíam o terreno que posteriormente foi doado para a construção da escola atual”. Esse relato evidencia a importância da comunidade na organização de serviços essenciais, como igreja, escola e cemitério, já que nos empreendimentos particulares não havia previsão para tais estruturas

Em continuidade, o Projeto “Lembranças da Borússia¹¹, desenvolvido pela Escola Ângelo Gamba com o objetivo de “valorizar as etnias que compõem a população do Distrito da Borússia”, reuniu depoimentos sobre a história da comunidade. A família de Ângelo Gamba é citada como exemplo dos primeiros imigrantes: “era procedente da Itália, e quando aqui chegaram compraram terras de João Enet. Estas terras incluíam o terreno que posteriormente foi doado para a construção da escola atual”. Esse relato evidencia a importância da comunidade na organização de serviços essenciais, como igreja, escola e cemitério, já que nos empreendimentos particulares não havia previsão para tais estruturas.

Por fim, as famílias de agricultores entrevistadas revelam as lembranças transmitidas por seus antepassados, principalmente de origem alemã e italiana, que chegaram à Colônia Borússia no início do século XX, conforme segue: *“Os meus avós, vieram do velho mundo. Por origem do pai, português, açoriano e a mãe de origem italiana [...] porque essa colonização, inclusive a família da minha mãe, que é Gamba, vem de Caraá pra cá”* (Entrevistado 11, set. 2024).

*Eu cheguei quando nasci.
Eu nasci aqui.*

¹¹ Fonte: Arquivo da Professora Isabel Silveira Dos Santos.

Meu avô. Meu avô era da Itália. Quem chegou aqui foi meu avô da Itália [...]. Ele que veio para cá. Na família dele aqui criou minha mãe aqui. E minha mãe criou eu aqui também. E nós criamos nossos filhos. E os nossos filhos estão criando os filhos deles aqui também (Entrevistado 6, set. 2024).

Esses relatos evidenciam que famílias de diferentes origens ocuparam a área onde atualmente se localiza a APA Morro de Osório. Vieram imigrantes italianos, alemães e portugueses, que compraram terras, e cujos filhos, posteriormente, se uniram ao pessoal “daqui”, como são denominados os nacionais. “*A minha avó, por exemplo, que era parte da mãe, ela é descendente de italianos. Essa é da parte da minha mãe. E o meu pai, da parte do meu pai, já era daqui*” (Entrevistado 8, set. 2024).

3.3 TERRA E FAMÍLIA

No que se refere à aquisição das propriedades pelos antepassados, as famílias relataram estratégias distintas. Enquanto algumas destacaram a facilidade na obtenção da terra à época, outras enfatizaram obstáculos e condições específicas que marcaram o processo. “*Meu pai foi comprando. Na época, era fácil de comprar terra. Tinha uma junta de boi e negociava pelo pedaço de terra [...] conseguiram comprar esse pedacinho de terra lá onde a gente mora agora. Ele chegou a 22 hectares de terra*” (Entrevistado 8, set. 2024).

Outras famílias relatam que “*a terra toda vida foi difícil de comprar, toda vida. O meu pai já era um homem mais conhecido assim na região, mas ele passava dificuldades com a terra. Ele comprava e tinha que pegar dinheiro a juros para poder comprar... o meu pai criou 14 filhos lidando com madeira, e comprou bastante terra também. Na região, pra ele, era 100 hectares. Era bastante terra*” (Entrevistado 2, ago. 2024). Esse depoimento evidencia que alguns proprietários recorriam à estratégia de utilizar recursos financeiros de amigos e vizinhos como forma de adquirir terras, o que pode ser compreendido em função da ausência de políticas públicas de apoio.

Nesse primeiro momento, as famílias adquiriram propriedades voltadas à extração de madeira e à produção de lavouras de subsistência, de modo que a terra era “vista” e entendida como fator de produção, que, em conjunto com a mão de obra – sobretudo a familiar –, possibilitava a geração de alimentos e de renda. Além disso, a terra assumia grande relevância como patrimônio, representando a materialização do esforço coletivo da família, aspecto fortemente presente nos depoimentos. Contudo, as dificuldades relacionadas à

comercialização das propriedades aparecem como preocupação constante, especialmente diante da maior expectativa de vida e dos impasses decorrentes da sucessão familiar.

De modo mais amplo, os relatos demonstram que as estratégias se modificam ao longo da trajetória das famílias. Assim, a aquisição de terras, entendida em um período como estratégia para acumulação de recursos, transforma-se, em outro momento, em preocupação com a permanência da propriedade como patrimônio familiar. Essa mudança gera conflitos intergeracionais, já que diferentes gerações convivem com *habitus* e estratégias distintas em relação à aquisição da terra. Tais tensões tornam-se particularmente visíveis nos processos de sucessão, quando ocorre a transferência da propriedade entre membros da família.

A propriedade da terra simboliza a possibilidade de sucessão e de garantia de uma vida melhor para os filhos. Desde a colonização, a legislação esteve presente com o objetivo de criar instrumentos para a transmissão da posse ou da propriedade, inicialmente com a instalação das capitâneas hereditárias e a distribuição de sesmarias. Ainda assim, mesmo com a regulamentação, os conflitos fundiários e as disputas em torno da definição de quem é o “dono” da terra, de seus direitos e deveres e das formas de transmissão permanecem recorrentes na sociedade brasileira.

No contexto jurídico, a legislação brasileira sobre a propriedade privada da terra tem como marco inicial a Lei nº 601¹², de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei das Terras, e o decreto nº 1318¹³ de 30 de janeiro de 1854 que a regulamentou. Essa legislação instituiu a Repartição Geral das Terras Públicas e determinou que o registro das terras ficasse a cargo da Igreja, por meio do chamado registro do Vigário ou registro paroquial. Com isso, foram criadas as condições para a compra e venda de terras por particulares, considerada um dos “pressupostos do sistema capitalista quanto à terra: sua propriedade absoluta e sua mercantilização” (Varela, 2005, p. 127).

A esse respeito, é extensa a literatura sobre a Lei de Terras. Como exemplo, Reydon (2012) afirma:

Somente após a Independência do Brasil (1822) e a pacificação que se seguiu pôde o novo Estado brasileiro pretender instituir a propriedade privada plena da terra e exercer uma política fundiária com o mínimo de controle sobre a ocupação do território. Isto aconteceu com a Lei de Terras (1850), cuja regulamentação ocorreu apenas em 1856. Essa lei deve ser entendida no contexto mais geral de estabelecimento de leis que colocavam restrições ao acesso à terra em todo o mundo colonial. Seus principais objetivos foram:

¹² Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0601-1850.htm, acessado em 19/11/2024

¹³ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html>, acessado em 19/11/2024.

- a) Organizar o acesso à terra;
- b) Eliminar a posse;
- c) Estabelecer um cadastro de terras para definir áreas devolutas (do Estado);
- d) Transformar a terra em um ativo confiável para uso como garantia (Reydon 2012, p. 533)

Silva (2012) analisa a Lei de Terras destacando que o projeto aprovado pelo Senado, em 18 de setembro de 1850 (Lei nº 601), era bastante diferente daquele aprovado anteriormente pela Câmara. Para o autor, o texto final:

[...] guardava, entretanto, suas características fundamentais, que estavam consubstanciadas na união de dois problemas (imigração e regulamentação da propriedade da terra) num mesmo papel primordial que o governo deveria desempenhar na importação de trabalhadores livres. (Silva, 2012, p. 153).

Em 31 de maio de 1890¹⁴, o governo provisório da república proclamada em 1889, preocupado em garantir as condições para que a terra fosse utilizada como garantia, emite o Decreto nº 451-B e o Decreto nº 955 “a, que estabelecem e regulamentam o registro e a transmissão de imóveis pelo Sistema Torrens”¹⁵. Nesse sentido, o Decreto nº 955-A, em seu artigo 4º, determina a obrigatoriedade do registro das terras públicas, das terras hipotecadas e das terras da capital federal localizadas no perímetro estabelecido para o imposto predial.

É importante salientar que essa legislação introduziu a diferenciação entre terras urbanas e rurais. Além disso, as terras das colônias particulares adquiridas anteriormente, como a Borússia, não estavam incluídas no rol das áreas obrigadas ao registro e, portanto, não precisaram ser registradas.

O Código Civil de 1916, Lei nº 3.071¹⁶ de 01 de janeiro de 1915, estabeleceu em seu art. 530 que a propriedade do imóvel se adquire pela transcrição do título de transferência no registro de imóveis, pela acessão, pelo usucapião e pelo direito hereditário. Com essa legislação, o Brasil passou a adotar um sistema misto, no qual o registro assume caráter obrigatório, com efeito constitutivo (condição para a aquisição da propriedade) e também declaratório (reconhecimento de uma situação jurídica). Esse sistema, por sua vez, foi mantido no Código Civil de 2002, permanecendo válido na atualidade.

¹⁴ Disponível em

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D451-B.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20451%2DB%2C%20DE%2031%20DE%20MAIO%20DE%201890.&text=Estabelece%20o%20registro%20e%20transmiss%C3%A3o%20de%20imoveis%20pelo%20systema%20Torrens.&text=Art..sob%20o%20regimen%20deste%20decreto., acessado em 19/11/2024.

¹⁵ Sistema de registro criado na Austrália em meados do século XIX, por Sir Robert Richard Torrens.

¹⁶ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm, acessado em 19/11/2024.

O estudo da legislação referente à propriedade da terra no Brasil evidencia que, no momento da colonização do Morro da Borússia, estavam em curso mudanças significativas, como a implantação do sistema de registro e a exigência desse registro para a transmissão de imóveis. Entretanto, quando essas mudanças foram implementadas, os lotes já haviam sido comercializados, e as transferências de propriedade ocorriam entre os colonos, algumas respaldadas por documentos e outras não.

Atualmente, a interpretação da legislação sobre aquisição da propriedade indica que esta se efetiva, prioritariamente, pelo registro do imóvel. Além disso, pode ocorrer pela acessão, entendida como incorporação da propriedade, seja natural ou artificial, por exemplo, a formação de ilhas. Outra possibilidade é o usucapião, que corresponde ao reconhecimento judicial da posse da terra por um período determinado em lei. Por fim, a transmissão pode se dar pelo direito hereditário, mediante a realização de inventário judicial ou extrajudicial.

Aqui tem 63 hectares. Somando tudo.

Fizemos divisão.

Foi tudo feito em grana.

Só que algumas terras não... Como meu pai comprou dos irmãos dele... Tinha irmã dele que morava em Brasília. A outra era... Era freira. E daí não... Não deu tempo de eles passar a terra com meu pai.

Nós herdamos a terra. Sim. Só que elas não conseguiram passar.

A papelada era... Tem que fazer o usucapião. Como daí essa minha tia que morava em Brasília. Não tinha herdeiro.

A outra era freira. Daí ficou assim. A gente ainda nem mexeu.

E o outro irmão dele achou que tinha passado com o meu pai. Até que meu pai comprou dele.

Mas não tinha. Daí quando ele faleceu que nós descobrimos. Foi, descobrimos.

Fomos tentar passar. Ai ele passar pra nós não deu mais..

Que daí a minha tia tinha falecido. Teria que fazer inventário. Daí tinha um baita problema.

Foi complicado. Foi complicado. Daí deixamos assim por enquanto.

(Entrevistado 7, set. 2024)

E qual que é a área da terra que o senhor tem aqui? (entrevistador)

A minha terra dá a base de doze, doze, treze hectares São esses pedacinhos dão uns doze mais ou menos de doze a treze.

Vocês chegaram a fazer inventário, da herança? (entrevistador)

Não, eu não fiz ainda.

Nem da mãe para o senhor. (entrevistador)

Nem o nome da mãe não está. Está no nome do vô. Isso aqui está no nome do vô desde quando ele comprou. O vô comprou e quando ele comprou tinha escritura e depois ninguém mais viu nada. Mas cada um sabe onde é o seu pedaço.

(Entrevistado 6, set. 2024)

Esses depoimentos evidenciam algumas das dificuldades enfrentadas na transmissão de terras por herança. Quando ocorre a morte de um dos proprietários, torna-se necessária a realização de inventários, e são frequentes, nas propriedades localizadas na APA Morro de Osório, situações como: pequenas propriedades com grande número de herdeiros; ausência de

documentação comprobatória da propriedade (pais que não possuem o registro em cartório dos imóveis); e entraves adicionais na transmissão em decorrência do falecimento de algum herdeiro.

Em todos os casos, para que a transmissão da propriedade se concretize, é indispensável o registro do imóvel no cartório de registro de imóveis. Nesse sentido, Guedes e Reydon (2012) destacam que, no Brasil, atualmente, “a legalidade depende de duas instituições principais, responsáveis, respectivamente, pelo registro e pelo cadastro de imóveis. O primeiro é atribuição dos cartórios e o segundo, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra)” (Guedes e Reydon, 2012, p. 535).

As dificuldades enfrentadas pelas famílias na realização dos inventários e na regularização da transmissão das propriedades contribuem para explicar como se conformou o *habitus* e a estratégia de manutenção da documentação em nome de antigos proprietários já falecidos, bem como da não efetivação da transmissão da propriedade. Assim, pode-se afirmar que tal prática constitui uma demonstração da tese de Bourdieu, ao declarar que o *habitus* “obedece a uma *lógica prática*, a lógica do fluido, do mais-ou -menos, que define a relação cotidiana com o mundo” (Bourdieu, 2004, p. 98).

3.4 TODO MUNDO É POSSEIRO DA PRÓPRIA TERRA

As dificuldades na comprovação e transmissão da propriedade¹⁷ levam à “aceitação” da posse¹⁸ e na “conclusão” de que “*todo mundo é posseiro da própria terra*” (Entrevistado

¹⁷ Art. 1.225. São direitos reais: I - a propriedade.... Art. 1.227. Os direitos reais sobre imóveis constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com o registro no Cartório de Registro de Imóveis dos referidos títulos (arts. 1.245 a 1.247), salvo os casos expressos neste Código. Art. 1.245. Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis.

§ 1º Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel.

§ 2º Enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel.

Art. 1.246. O registro é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial do registro, e este o prenotar no protocolo.

Art. 1.247. Se o teor do registro não exprimir a verdade, poderá o interessado reclamar que se retifique ou anule. Parágrafo único. Cancelado o registro, poderá o proprietário reivindicar o imóvel, independentemente da boa-fé ou do título do terceiro adquirente. ([LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.406-2002?OpenDocument), disponível em http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.406-2002?OpenDocument , acessado em 12/12/2024)

¹⁸ Art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade ([LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.406-2002?OpenDocument), disponível em http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.406-2002?OpenDocument , acessado em 12/12/2024)

14, set. 2024), resultando na “normalização” da posse da terra e na estratégia da comercialização desta posse da terra, entre os herdeiros ou pessoas de fora da família.

Além disso, verifica-se uma confusão entre posse e propriedade, bem como entre o registro realizado em cartório de imóveis e o cadastramento junto a diversos órgãos, como o INCRA (cadastro rural e Imposto Territorial Rural – ITR) e a Secretaria da Fazenda (bloco do produtor). Não raro, alguns produtores acreditam que o comprovante de cadastro no INCRA, o pagamento do ITR ou contratos de promessa de compra e venda constituem comprovação de propriedade. Os depoimentos analisados demonstram que, em geral, essas dificuldades se tornam evidentes no momento da realização dos inventários, quando surge a necessidade de comprovação para efetivar a transmissão da propriedade e possibilitar a distribuição da herança, como pode ser observado a seguir:

Nesses vinte e dois hectares lá, a única coisa que o pai tinha na época era de sete hectares um INCRA. Um INCRA de sete hectares dessas terras.

E aí, na verdade, o pai nunca fez a escritura dessas terras. Tanto que depois, quando começou a partilha que foi separado ali e tal, que aí cada um começou a fazer o seu pedaço.

Cada um foi fazendo o seu pedacinho pra poder resolver isso também. Pra poder resolver as coisas. Tipo assim, eu, por exemplo, como eu ficava lá, fiquei lá, eu usava essas terras lá, que eu criava vaca de leite, eu usava todas as terras.

E os irmãos já não estavam lá também? (Entrevistador)

Eles não estavam lá e eu usava essas terras, porque eu criava minhas vacas, vaca de leite, e pegava e usava todas essas terras. Então, ali eu plantava cana, plantava minhas lavouras, outro potreiro, pra mim, conseguir manter, né, manter. Sim. E nesse tempo, os irmãos, cada um foi fazendo a usucapião do seu pedaço. Daí, com o tempo, depois que o pai se foi, aí cada um começou a pegar, né, fizeram, fizeram a partilha.

Daí, eu, por exemplo, comecei a comprar do irmão do meu pra fora, comprei uma parte do outro. E eu daí continuei, fiquei lá.

Foi o único que ficou? Quantos filhos eram? Quantos irmãos? (Entrevistador)

13 irmãos. Daí fui comprando do meu irmão, que aí eu fiquei com um. Hoje eu tenho lá 7 hectares. Alguns saíram pra fora, não fizeram mais, né. O outro até tem lá. É, mas a mãe tem um pedaço também.

(Entrevistado 8. set. 2024).

Nestes casos a solução proposta aos herdeiros, pelos advogados, é a ação de usucapião, por cada herdeiro, para reconhecimento da posse da sua parte da terra. Após este processo judicial ou extrajudicial deve ser realizado o registro da propriedade no cartório de registro de imóveis e o cadastro junto ao INCRA. Entretanto, as famílias relatam que os custos envolvidos na ação de usucapião representam a principal dificuldade para a sua utilização.

Por outro lado, algumas famílias de agricultores que adquiriram terras no final do século XX demonstraram preocupação em adquirir propriedades devidamente registradas, o que evidencia uma mudança de estratégia em relação às gerações anteriores. Esse aspecto pode ser observado nos seguintes relatos: *“E aí eu vim morar aqui com meu irmão, [...] em 78, quando eu vim pra cá, aí nós passamos essa terra com o meu nome [...] ela foi passada e está toda legal. E aí eu passei por meu nome e depois eu acabei comprando dele”* (Entrevistado 2, ago. 2024). O Entrevistado 14 corrobora com o exposto acima pelo Entrevistado 2, dizendo: *“A gente acabou comprando em 74 [...] e aí a mãe ficou com esses dois, e os dois sítios não se tocam.”* (Entrevistado 14, set. 2024).

Ah, nós viemos pra cá... Deixa eu ver, 90... Vou fazer uma conta aqui pra não errar...⁹⁶. Veio primeiro eu e o meu filho e depois o meu marido. Sete meses depois o meu marido veio também.

Nós compramos, saímos do comércio em Canoas, e a gente queria ter uma vida diferente, mais tranquilo, ter mais tempo com a família. E aí a gente vendeu tudo lá e comprou a terra aqui e veio embora.

Doze hectares. Nós compramos com tudo, com matrícula, com registro de imóveis, com escritura. Compramos a área toda certinha, escrituradinha, direitinha. Era bem fácil e o preço era bem acessível naquela época. Eu não sei se tinha mais terra, mas os valores eram bem melhores do que hoje. Hoje valorizou muito essa área aqui. (Entrevistada 5, ago. 2024).

Em 1990, meus pais compraram essa propriedade pra passar fim de semana. Uma área de lazer, assim. Tinha mercado em Tramandaí. E queria ter uma área, assim, rural pra vir desopilar um pouco.

E ficaram vindo fazendo as coisas, assim, bem devagar. De 1990 até 1998, quando eles fecharam o mercado. E vieram morar aqui pra se aposentar

[...] Tinha, nossa tem tudo isso aí, graças a Deus, mas a gente conhece bastante gente com problema disso. Só com compra e venda, contrato, muito ruim. Tanto é que a gente tem a questão da energia elétrica. Que é uma coisa assim, hoje em dia numa APA, se tu não tem, tu não consegue instalar de maneira alguma. A gente tem uns 6 relógios aqui dentro, porque tá tudo certo, tudo escriturado. Então a questão de fazer construção perto de leito do rio, tem tranca também, entendeu? Se não tiver os 30 metros e tá tudo, tu tem que fazer conforme. Então o meio ambiente regula. Nossa APA é cheia de probleminhas, sim. Mas graças a Deus, pra nós tem as matrículas, escritura, desde quando o pai comprou (Entrevistado 13, set. 2024).

Até o final do século XX, as transmissões de posse ou de propriedade ocorriam predominantemente entre familiares. Entretanto, a partir dos anos 1990, a principal motivação para a aquisição de propriedades por famílias provenientes de outros municípios passou a ser a busca por melhor qualidade de vida. Segundo os relatos, essa aquisição só foi possível devido à disponibilidade de áreas à venda por preços acessíveis. Além disso, tais famílias “entendiam”, à época, a terra, sobretudo como um espaço que possibilitava a proximidade com a natureza.

Essas famílias que chegaram no final do século XX apresentavam trajetórias distintas em relação aos colonos ou primeiros proprietários das terras. A maioria delas, como demonstram os depoimentos, era composta por moradores de núcleos urbanos, possuía outras propriedades e detinha conhecimento da legislação que exige o registro como forma de comprovação da propriedade. Ainda assim, muitas dessas propriedades foram adquiridas sem registro, o que evidencia que o *habitus*, além de “regrar as condutas não previstas em normas” (Grenfell, 2018, p. 75), possui a capacidade de conformar práticas divergentes das estabelecidas pelas normas formais.

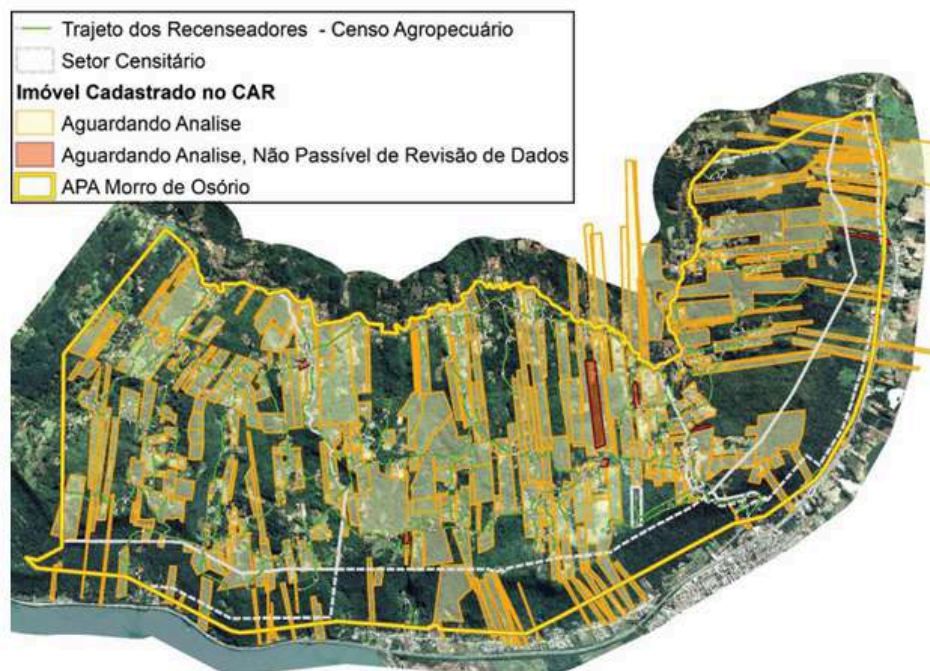
3.5 A SITUAÇÃO DOS DOIS HECTARES

O parcelamento irregular e a comercialização das terras configuram-se como estratégias utilizadas pelas famílias em decorrência da valorização fundiária ocorrida no início do século XXI. Nesse sentido, o Plano de Manejo da APA Morro de Osório (2022, p. 248) identifica essa situação como um conflito relacionado ao uso do solo, abrangendo loteamentos, novas edificações e/ou condomínios residenciais, parcelamento de solo e processos de urbanização. Além disso, o documento apresenta uma análise do aspecto fundiário das propriedades, com base em dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Apresenta-se extrato detalhado dos cadastros ativos (Registros – Código Imóvel) existentes na base do SINIMA em 20/09/2021, tendo como perímetro de análise, a íntegra da APA. A base cadastral de registro espontâneo e individual, porém obrigatório legalmente com prazos ampliados ao longo do tempo, apontou a existência de 425 registros, sendo 87 como áreas de servidão administrativa, ou seja, total de 338 (79,5%) como cadastros de imóveis privados. Em hectares, o total de 2.954,50, sendo 19,1 (0,6% do total) como servidão administrativa, portanto, 2.935,40 (99,3%) de área total privada (Plano de Manejo da APA Morro de Osório, 2022, p. 180).

É importante ressaltar, contudo, a ausência de dados completos sobre as propriedades, uma vez que os 338 imóveis privados cadastrados no CAR representam apenas 2.935,40 ha, correspondendo a 42,85% da área total da APA, que é de 6.895 ha. Esse dado evidencia a dificuldade de análise da situação fundiária, sobretudo considerando que o CAR possui caráter autodeclaratório. Adicionalmente, o mapa das áreas cadastradas no CAR possibilita visualizar a abrangência dos dados, identificando espacialmente as áreas já registradas.

Figura 7: Mapa do Cadastro Ambiental Rural.



Fonte: Plano de Manejo da APA Morro de Osório/2022, p. 183.

O cadastro no INCRA ou no SNCR, utilizado como fonte de dados para a análise, está diretamente vinculado à finalidade do imóvel, uma vez que a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, define, em seu artigo 4º, imóvel rural como “o prédio rústico, de área contínua **qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial**, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada” (grifo do autor).

Uma restrição importante ao cadastro de propriedades pelo INCRA, no caso específico das propriedades localizadas na APA Morro de Osório, refere-se à área mínima do imóvel rural, ou Fração Mínima de Parcelamento (FMP), definida pela Instrução Especial nº 5, de 29 de julho de 2022, do próprio instituto. De acordo com essa normativa, para a definição da FMP são considerados o município de localização do imóvel e a atividade agropecuária desenvolvida. No caso do município de Osório, a FMP corresponde a 2 hectares.

Nesse contexto, ao analisar o parcelamento do solo, as famílias afirmam:

Tudo depende do que quer comprar né, se comprar dentro da lei, tem o dinheiro para pagar, a situação dos dois hectares que eles exigem, é fácil.

A situação mais complicada é a situação da sucessão né, de cada um. Dentro da família. Se alguém quiser vender porque muitos poucos tem colônias inteiras. A maioria não dá 2 hectares cada entre os herdeiros, não duas hectares para cada herdeiro. Nosso próprio caso da situação da nossa família que nos tava falando. O vó para a mãe tocou um hectare e sete mil metros, temos seis famílias, sete com a da mãe. A mãe não atinge dois hectares, nós da três mil metros para cada um. (Entrevistado 1, ago. 2024).

Também a legislação prevê três formas de parcelamento em áreas inferiores a FMP que são:

[...] A primeira possibilidade é a aquisição de parcela inferior à fração mínima de área contínua que será anexada a outro imóvel rural confrontante. O segundo caso quando o interessado se enquadrar como agricultor familiar, sendo a comprovação de enquadramento a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP). A terceira possibilidade é quando o imóvel rural estiver inserido no perímetro urbano do município. Estas possibilidades se aplicam ao cadastro e posse. (Site do INCRA, disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes>, acessado em 13/12/2024).

A principal relevância da definição da área mínima de 2 hectares reside no fato de que essa medida passou a ser utilizada como requisito para a ligação de energia elétrica. Trata-se, portanto, de uma estratégia de controle do parcelamento irregular do solo, resultante de acordo entre a prefeitura, o Ministério Público e a concessionária CEEE/Equatorial. Atualmente, exige-se a anuência da APA Morro de Osório como um dos documentos necessários para a efetivação da ligação de energia elétrica pela CEEE/Equatorial. Para tanto, a solicitação dessa anuência requer a apresentação da matrícula do imóvel, a qual, por sua vez, está condicionada ao cadastro no SNCR ou à sentença judicial de usucapião, indispensável para a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).

3.6 NÃO PODE FAZER MAIS NADA SEM LICENCIAMENTO

As famílias associam o aumento da especulação imobiliária das propriedades rurais na APA ao processo de asfaltamento das vias de acesso, identificando essa infraestrutura como um dos principais fatores de valorização da terra: *“a gente teve esse sítio até agora, nunca ninguém tinha ido lá bater na porta perguntando se eu queria vender, não tinha procura, mas de 2010 em diante, eu acho, que começou essa especulação imobiliária. Foi depois do*

asfalto, no momento que asfaltou começou a especulação imobiliária principalmente nessa área da vila” (Entrevistado 14, set. 2024).

A busca de ações para o controle sobre o fracionamento irregular do solo, em especial construção de habitações, resultado da especulação imobiliária, foi uma das ações da Associação dos Moradores e Amigos da Borussia (AMASB) entre 2018 e 2020.

Aí a gente tomou esse tema dos loteamentos ilegais e irregulares lá como um dos grandes problemas [...] nós viemos várias vezes aqui no Ministério Público, brigava porque a gente pressionava o Ministério Público pro Ministério Público pressionar a Prefeitura pra sair um novo plano de manejo e a gente dizia, tem que parar esses loteamentos ao ponto de que o próprio cara do Ministério Público [...] tomou essa decisão de entrar com uma ação civil pública difusa digamos assim dizendo que a Prefeitura não fiscalizava.

[...] eu acredito que tenha ajudado muito esse processo dele tomar essa decisão essas questões começaram a se acumular em cima de crimes que a PATRAM estava pegando, ele mesmo estava vendo que estavam chegando pra ele gente pequena, gente pobre, e era o que estava sendo pego e os loteamentos estavam ocorrendo e a questão da água pesando e o plano de manejo ... então ele acabou entrando com essa ação, mas já sem pressão nenhuma porque eu não estava mais na AMASB.

[...] e ele ganhou a ação e parou tudo. Não pode fazer mais nada sem licenciamento, e aí passou até da própria legislação porque quando tu vai fazer supressão de vegetação, quando tu vai mexer no solo, fazer terraplanagem, cavar buracos, você tem que licenciar porque são essas atividades da área de engenharia e tal agora, se tu vai fazer uma casa pra ti no teu lote não tem, não há, não é um empreendimento, não é que tu vai exigir licenciamento de uma habitação unifamiliar, isso não existe mesmo, é uma loucura, mas com essa ação trancou tudo, por causa da vinculação com os loteamentos irregulares (Entrevistado 14, set. 2024).

Com o propósito de facilitar a compreensão da atuação do Ministério Público, apresenta-se, a seguir, um breve resumo do processo (petição inicial, liminar e acordo). Em setembro de 2020, o Ministério Público, representado pelo Promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, ajuizou ação civil pública ambiental inibitória contra o município de Osório¹⁹, destacando, já na petição inicial, que:

O Ministério Público percebe um crescimento exponencial de ocorrências ambientais no Morro da Borússia. Há cada vez mais ocorrências envolvendo parcelamento do solo (loteamentos e desmembramentos clandestinos), supressão de vegetação nativa e funcionamento de atividades sem licença ou em desconformidade com as licenças emitidas (p. 1).

DOS PEDIDOS

- 1) Procedência da ação para determinar a proibição de autorização de qualquer nova atividade, construção, reforma, parcelamento do solo ou qualquer outra ação que provoque aumento na concentração de casas, prédios, imóveis e pessoas no interior da APA do Morro de Osório e na sua zona de amortecimento até a criação do referido Plano de Manejo da Unidade de Conservação, com determinação de desfazimento imediato das obras iniciadas, desde o deferimento da liminar, sem

¹⁹ AÇÃO CIVIL COLETIVA Nº 5001764-93.2020.8.21.0059/RS

autorização do Município ou em desacordo com a emitida. O Município deverá ser condenado a fiscalizar e remover em 5 dias quaisquer novas casas e intervenções feitas em contrariedade com os termos da presente ação, devendo comprovar a medida nos autos.

- 2) Requer-se, ainda, que seja o Município de Osório condenado a criar NOVO PLANO DE MANEJO PARA APA DE OSÓRIO, o qual regulamente de forma pormenorizada todas as atividades, percentuais, tamanhos, etc. do uso de imóveis públicos e particulares dentro da Unidade de Conservação.
- 3) Requer-se seja o Município condenado A NÃO AUTORIZAR NENHUM NOVO PARCELAMENTO DO SOLO NO LOCAL, até que criado o Plano de Manejo da Unidade de Conservação do Morro (p. 29).

Em novembro de 2020, o Juiz de Direito Juliano Pereira Breda, da Comarca de Osório, defere a tutela de urgência e determina a “PROIBIÇÃO de qualquer NOVA atividade, licença, construção, abertura de ruas, edificação de casas, reformas, ampliações de imóveis localizados no interior da APA do Morro de Osório e na sua zona de amortecimento (p. 2).

Já no mês de dezembro de 2020, realiza-se sessão de mediação que resulta em acordo que determina:

- a) O Município de Osório se compromete a cada 60 (sessenta) dias, pelo período de até um ano, juntar nos autos relatório comprovando a fiscalização na área da APA do Morro da Borussia, juntando respectivo relatório, que de constar dados do proprietário e situação da obra.
- b) No que tange a obras irregulares, cabe ao Município tomar as providências legais, notificando o proprietário para que regularize a situação do imóvel, se possível, ou proceda nas ações pertinentes a sua demolição ou desfazimento.
- c) Em contrapartida, o Ministério Público concorda com a flexibilização da medida liminar possibilitando ao Município a expedição de novas licenças, desde que atendidas os requisitos legais e regulamentares.

Os depoimentos das famílias e do gestor da APA indicam que, como resultado da ação impetrada pelo Ministério Público, houve um aumento significativo da fiscalização e do número de autuações nas propriedades localizadas na unidade. Consequentemente, verificou-se a diminuição dos loteamentos irregulares e o aumento da pressão dos proprietários de terra sobre a prefeitura.

Paralelamente, nesse período ocorreu a revisão do Plano de Manejo – pedido constante da ação – que trouxe mudanças relevantes no zoneamento. Nesse processo, a antiga área classificada como “urbana”, denominada no Plano de Manejo de 2006 como Zona de Ocupação Urbana (ZOU), foi substituída pela criação da Zona Populacional Urbana (ZPU) e da Zona de Expansão Urbana (ZEU), ambas localizadas próximas aos frigoríficos instalados na APA.

Como resultado da pressão exercida pelos moradores da Borússia, foi realizada uma manifestação de protesto na cidade, bem como uma audiência pública na Câmara de Vereadores para a apresentação e discussão do Plano de Manejo. O debate ocorrido na audiência, em 24 de maio de 2022, destacou a necessidade de ações voltadas à regularização fundiária, à diferenciação entre o fracionamento decorrente da sucessão rural de agricultores familiares e o loteamento irregular, além da importância da revisão periódica do Plano de Manejo²⁰.

3.7 OBRIGAÇÃO “IMPOSSÍVEL”

A obrigação de regularizar os loteamentos consta na sentença proferida com o objetivo de controlar o parcelamento irregular na APA Morro de Osório. Essa decisão judicial deu origem a diversas ações cíveis e criminais relacionadas a loteamentos irregulares. Como exemplo, pode-se citar o acórdão da sentença de apelação proferida pelo Desembargador Leonel Pires Ohlweiler, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no qual constam informações sobre o acordo que encerrou a ação e sobre as dificuldades enfrentadas na regularização dos empreendimentos irregulares. Nesse acórdão, o Desembargador determina o provimento parcial do recurso, afirmando que **“a regularização urbanística do loteamento, em prazo não superior a um ano, o que, a teor do parecer da ilustre Procuradora de Justiça é obrigação impossível”**. (grifo do autor).

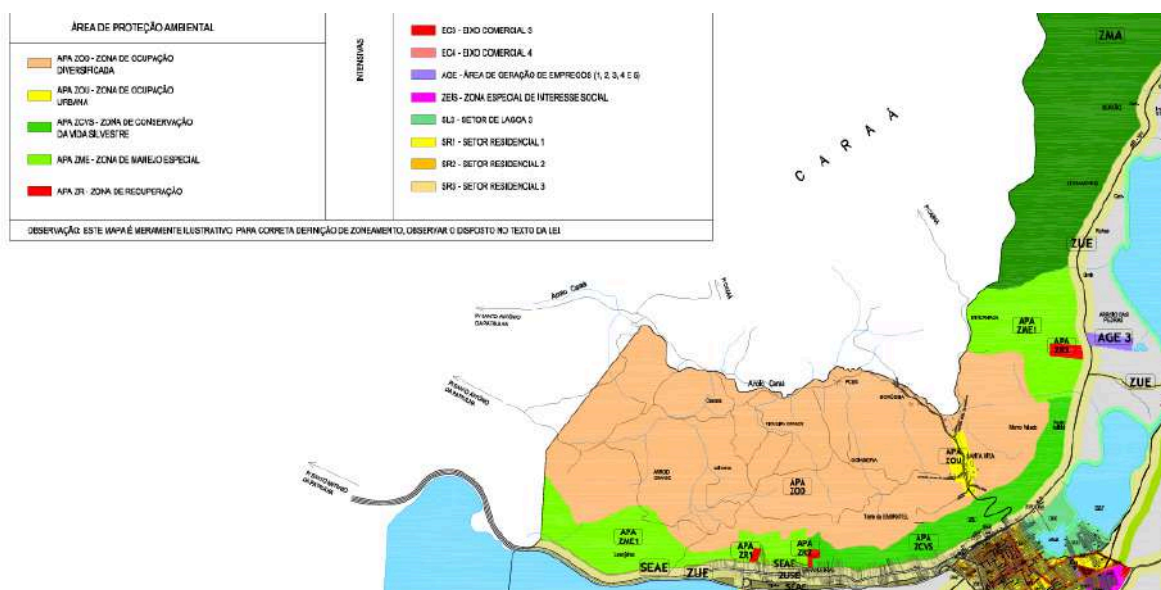
A regularização, ou legalização, dos “loteamentos” irregulares nas propriedades da APA foi considerada “obrigação impossível”, no prazo de um ano, conforme decisão do desembargador. Essa impossibilidade se explica, sobretudo, pela ausência de definição dos índices urbanísticos de ocupação da área urbana da APA Morro de Osório. De acordo com a legislação, tal definição deve ser estabelecida pelo Plano de Manejo da APA e, posteriormente, aprovada pelo Plano Diretor do Município.

O Plano Diretor, por sua vez, define que o município é composto pela Zona Urbana, prevista na Lei nº 3.902/2006, e que “a Zona Rural é a parcela do território Municipal não incluída nas Zonas Urbanas” (art. 13, § 3º). Além disso, no capítulo referente ao zoneamento ambiental, o art. 16 define que “para efeitos de planejamento, o Município de Osório fica subdividido nas seguintes Zonas que correspondem a parcelas do território com uso e

²⁰ Reportagem da rádio Jovem Pam, disponível em <https://jplitoral.com.br/audiencia-publica-debate-o-plano-de-manejo-da-apa-no-morro-de-osorio/>, acessada em 28/11/2024

ocupação com características comuns e às quais aplica-se o Regime Urbanístico apresentado nos anexos 3, 4 e 5”. Nesse dispositivo está incluída a APA, mas, ao mesmo tempo, se estabelece que **“as definições de ocupação do solo e índices urbanísticos das áreas de ocupação urbanas existentes e futuras na APA Morro de Osório deverão ter aprovação do Conselho do Plano Diretor.”** (grifo do autor).

Figura 8: APA Morro de Osório no Mapa geral do Plano Diretor de Osório.



Fonte: Anexo 4 da Lei 3902/2006 – Osório, RS.

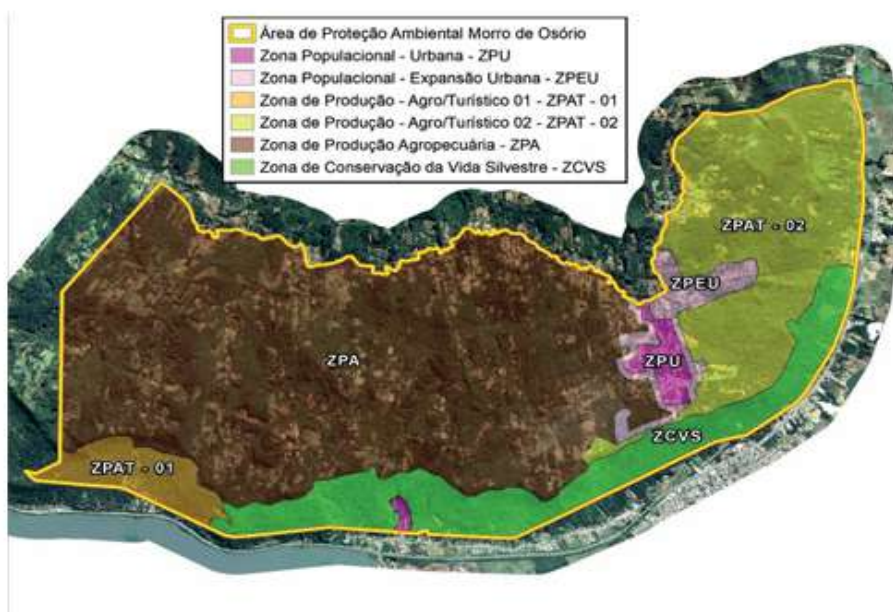
O Plano de Manejo da APA Morro de Osório (2022) define o zoneamento de ocupação considerando a existência de uma Zona Populacional Urbana (ZPU²¹), com características urbanas e Zona Populacional de Expansão Urbana (ZPEU²²), com características de zona de expansão urbana. Nesse sentido, o zoneamento reconhece que, na ZPU, persiste o problema do parcelamento irregular e, ao mesmo tempo, autoriza a construção de residências unifamiliares. Todavia, o Plano Diretor estabelece a obrigatoriedade de definição dos índices

²¹ Abrange a área da comunidade de Santa Rita. É a área no interior da APA com mais características urbanas, incluindo na sua área, comércio, indústrias e benfeitorias típicas de áreas urbanas concentradas em uma pequena área. Os principais conflitos verificados foram o parcelamento irregular do solo, a ausência de tratamento dos efluentes domésticos, o lançamento de efluentes líquidos sem tratamento adequado, causando a contaminação dos corpos d’água por efluentes. (Plano Manejo APA Morro de Osório (2022) volume II, p. 29)

²² Abrange 100 metros no entorno da Zona Populacional –Urbana, se estendendo até o Frigorífico FRIGODAL e a região populacional conhecida como Vila Manequinha. (Plano Manejo APA Morro de Osório (2022) volume II, p. 29)

urbanísticos²³ de ocupação e parcelamento do solo na área, os quais ainda não estão disponíveis, gerando lacunas normativas que dificultam a gestão territorial da APA.

Figura 9: Mapa do Zoneamento da APA Morro de Osório.



Fonte: Plano de Manejo da APA Morro de Osório (2022), Volume II, p. 30.

As famílias relatam desconhecimento ou dificuldades na interpretação dos zoneamentos. Tais dificuldades podem ser compreendidas, sobretudo, como resultado da utilização, na legislação urbanística, de termos como Zona Urbana e Zona Rural, que também aparecem na legislação tributária, mas com significados distintos. Enquanto, na legislação

²³ OCUPAÇÃO DO SOLO: Taxa de Ocupação, Recuo Frente, Recuo Lateral, altura(máxima e na divisa), PARCELAMENTO DO SOLO: Lote mínimo (área e testada) , quarteirão máximo (Anexo 3- Tabela de regimes urbanísticos do Plano Diretor de Osório) Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-osorio-rs>, acessado em 26/11/2024.

EXPANSÃO URBANA – Diretrizes 35) Fica proibida a implantação de empreendimentos que necessitem de parcelamento do solo, inclusive condomínios, nas zonas de conservação e/ou proteção. 36) Para a execução de empreendimentos de parcelamento do solo, inclusive condomínios, deverão ser observados os índices urbanísticos e todos pré requisitos construtivos limitantes em atualização no PDM (Plano Diretor Municipal) considerando as particularidades mais restritivas da APA. 37) Ficam condicionadas à atualização no PDM (Plano Diretor Municipal) e as particularidades mais restritivas da APA, os seguintes indicadores: **o percentual mínimo de manutenção ou implantação de área de reserva florestal de área de loteamento do condomínio; a taxa percentual máxima de ocupação; a taxa mínima de permeabilidade; o coeficiente mínimo de cobertura vegetal; o índice de aproveitamento máximo de um lote, mínimo em metros quadrados, testada mínima e altura máxima cotas altimétricas em metros.** (grifo do autor). (Plano de Manejo da APA -2022, vol. 2, p. 22)

urbanística e ambiental, o enquadramento do imóvel como rural ou urbano é definido pela sua localização, na legislação tributária, o que determina a incidência do imposto – isto é, o fator gerador – é a finalidade de uso do imóvel. Assim, imóveis com finalidade urbana são tributados pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), ao passo que aqueles com finalidade rural são tributados pelo Imposto Territorial Rural (ITR), independentemente de sua localização.

3.8 NÃO VEJO NINGUÉM VENDENDO TERRA

Ao analisar as entrevistas realizadas, verificou-se o relato de uma diminuição na comercialização de terras na APA. O motivo dessa diminuição, entretanto, não é consensual: *“Muita gente que comprou para lotear está vendendo. O movimento de terras caiu bastante por causa desse sistema da APA de dois hectares”* (Entrevistado 12/08/2024). Chama a atenção a relação feita pelo produtor entre a exigência de no mínimo 2 hectares (FPM) e a APA.

Outros afirmam que *“tá parada hoje pra vender um terreno aí tem gente que não tá vendendo tá um pouco parado, mas é coisa que não é por causa da nossa APA é por causa da situação mesmo global, com esses problemas aí que deu aí o povo tá meio parado meio assustado”* (Entrevistado 21/08/2024). É importante esclarecer que as entrevistas foram realizadas no período de muita indefinição, logo após as enchentes no Estado.

Até negócio de terra nós não vendemos. Não tem que vender porque a nossa lei aqui no caso. Agora diz que mudou para 2 hectares, mas antes era 3 Por causa de vender. Eu não vendo porque eu vou vender 3 hectares para fazer o certo e é dos nossos filhos.

Aqui na G. ninguém vende terra eu não vejo ninguém vendendo terra. Isso está ficando aos filhos. Está ficando com a herança dos filhos e dos netos talvez um filho vendendo para o outro.

[...] Aqui em cima está todo mundo querendo morar aqui. O morro é o melhor lugar de se morar aqui em cima, é o melhor lugar de se morar; aí você vai vender e vai morar na cidade. O mais difícil é aqui você vender uma terra. O problema não é vender um pedaço de terra o problema é quem compra um pedaço de terra, aqui que daí eu não ligo luz, não ligo nada. Daí quem é que vai comprar um pedaço de terra, então se você quiser vender tem que ser de 3 hectares para cima e a maioria não vai comprar 3 hectares para cima (Entrevistado 6, set. 2024).

A relação entre a criação da APA e a dificuldade de instalação de energia elétrica é apontada pelas famílias como um fator diretamente associado à continuidade dos filhos na

propriedade. Segundo o Entrevistado, “Hoje se eu quiser botar uma luz numa casa aí pros meus filhos eu não posso botar” (Entrevistado 7 set. 2024). “Minha sobrinha queria fazer uma casa foi na Secretaria do meio ambiente, mas não conseguiu. Quando eu fiz minha casa era outra política, era só pedir para a prefeitura, eu fui dos primeiros que pediu. Fazia o chão e a CEEE ligava a Luz, esse negócio da APA começou a trancar quinze anos” (Entrevistado 1, ago. 2024).

Contudo, os custos envolvidos com a exigência de licenciamento são apontados como uma restrição na comercialização das terras.

Tem bem pouco. Depois que eles mudaram esse negócio do meio ambiente aí... Tá complicado. Complicou pra botar luz, complicou pra botar água. Pra te construir ficou complicado. Tu vai gastar quase mais com taxa e meio ambiente do que [...] pra construir.

Tudo tem que ter o meio ambiente. Daí... Muita gente... Sempre tem alguma irregularidade na... Em alguma coisa. Uma árvore cortada. Então ninguém quer mexer com o meio ambiente. (Entrevistado 7, set. 2024).

O gestor da APA afirma que a Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura de Osório vem desenvolvendo ações voltadas à diminuição dos custos e à facilitação do processo de licenciamento. Segundo ele, já ocorreu uma redução significativa nos entraves, embora a ligação de energia ainda represente a principal dificuldade no âmbito do licenciamento municipal.

Hoje, todo ponto de luz que for ser instalado dentro da área de conservação tem que passar para nós. Se não tiver licença no meio ambiente, a CEEE não liga a luz, não liga a energia elétrica. Isso foi um acordo com o Ministério Público também, que é uma maneira de segurar os clandestinos. Então, tem muita gente que é um grupo de aquisições ou de parcelamento irregular que vem solicitar. Ainda o principal são os parcelamentos irregulares, o pedido de energia elétrica dentro desses locais.

Às vezes tu não tem como dar porque a lei não permite. E aí começa a criar esses conflitos. Pô, porque aqui para mim não dá, para o meu vizinho dá.

Às vezes o vizinho tem os dois hectares, que é a área mínima hoje. Era três, passou para dois. Ele tem os dois hectares, ele tem a matrícula, ou ele tem a herança do vô, ele tem a prova. Então, ele tem o direito. O outro não, ele comprou 800 metros quadrados e não se pode ligar.

Não consegue ligar. Não consegue. Hoje, o nosso principal, aqui ambientalmente falando, é isso.

Porque antigamente era construção, quem construísse em área sem licença era punido. Hoje as pessoas já buscam licenciamento, vê que é simples, ele é acessível, não é caro, 90 pila, essa parte de autorização, se o cara é local, mostra o que o cara está fazendo.

É rapidinho, é tudo muito simples. Então, vale a pena, hoje vale muito mais a pena encaminhar legalmente. Então, já não é mais tanto a área da construção.

O maior problema é a ligação de luz que nós temos hoje. (Entrevistado 17, out. 2024).

Sobre o controle da comercialização, as famílias entrevistadas relatam preocupação com a necessidade de controle do processo de urbanização. “Na minha opinião tem que ser controlado[...], rapaz aquilo vai povoando muito.” (Entrevistado 8, set. 2024).

[...] Quanto mais gente, pior é [...] porque é uma coisa para pensar e você não sabe quem é que traz para perto de casa. Esse que é o bravo, eu não vendo aqui por causa disso. Além de não dar para legalizar, é complicado, a nossa terra é familiar. Tem um pedacinho que eu troquei com esse senhor que está aqui. Eu troquei, ele me deu um pedacinho lá na R. mas porque ele queria morar aqui. E no caso eu tinha muita vontade de ter uma casa lá. Mas eu troquei um pedacinho, não foi vendido, não foi nada no caso, ele lá não me deu garantia de nada e nem eu dei para ele aqui. (Entrevistado 6, set. 2024).

O fracionamento irregular do solo com finalidades urbanas, ou loteamento, nas propriedades rurais é uma preocupação das famílias dos “loteadores”, dos compradores destes lotes e da gestão da APA.

Sobre o comércio de terra ele mudou muito também. Como começou a vir o turismo para cá, o povo começou a descobrir a Borússia. Porque a Borússia é um local bonito e bom de se viver. A turma começou a lotear uns pedaços de terra. Como é que eles falam: Começaram a fracionar. Fazer as frações Só que ali que eu estava chegando, que está desordenado.

[...]Eu comprei muita terra. Eu trabalhei muito E Aí eu me dei de fazer um loteamento.

[...] Comecei a vender, a fracionar, vender, eu fiz tudo com escritura Pública, com registros imóveis. Tudo, para mim estava sendo mais legal. Aí, alguém me disse que era ilegal. Eu peguei e contratei uma empresa para fazer um projeto. Faz sete anos que está rodando esse projeto nos órgãos para legalizar. Agora já passou, já está Indo para a Câmara dos Vereadores junto Com o plano diretor da Borússia. Eles estão falando lá, e eu não entendo muito, que o meu projeto é projeto piloto.

[...]Eu tenho um projeto. É mais do que os terrenos que eu vendi, mas eu quero que legalize aquilo que já tem (Entrevistado 20/08/2024).

O gestor da APA reconhece a importância da fiscalização como medida essencial para o controle dos parcelamentos irregulares e afirma que, nesse processo, é fundamental considerar as especificidades de cada caso no momento da análise das autuações.

Hoje, todo mundo trabalha junto, é claro que quando todas as, os trâmites acabam passando por mim, porque eu conheço onde é que é cada coisa, para agilizar o processo. A fiscalização, a equipe de fiscalização, ela vai a cada 15 dias, se não me engano, às vezes menos, mas 15 dias é o período mínimo, que ela sobe junto com a PATRAM, é um convênio que tem com a prefeitura, um acordo, vamos falar assim, uma cooperação com o Ministério Público. Então, a cada 15 dias, eles sobem um novo junto com a PATRAM e fazem essa varredura.

O objetivo inicial foi parcelamento irregular de solo, e agora, como isso realmente estabilizou, não vou dizer cessou, porque daqui a pouco parece que tem uma surpresa, mas de uma maneira geral, encerrou esse processo de parcelamento irregular de solo. Então, eles vão atrás de construção sem licença, ou dentro de APP. Está sendo muito mais uma questão de instrução do que de punição, porque

sempre se dá a chance da pessoa que não fez, vai lá e pega o licenciamento, busca a regularização do próprio e tal.

[...] Porque tem duas realidades. A realidade daquela pessoa que tem uma área de terra e vai fazer o parcelamento para ganhar dinheiro, com fins únicos mesmo, então ele vai e faz o parcelamento, vende de maneira irregular e some.

E existe aquele outro, que às vezes é o próprio agricultor; que está ali e vendeu um pedacinho de terra que ele nem entende. E nisso, o julgamento de auto de infração foi muito interessante, porque acaba separando isso. Tu consegue separar a pessoa que fez o parcelamento ou por desconhecimento, ou, que nem aconteceu, uma pessoa foi autuada, porque ela vendeu X quantidade de terra, e aí ele foi autuado, e aí encaminhou a defesa, mas a defesa estava lá, que ele precisava de dinheiro porque a esposa estava no hospital, em fase terminal de câncer, precisava de dinheiro para tratamento

O que ele fez? Ele não pensou, ele nem sabia que não podia pegar, ele pegou e vendeu, a pessoa comprou, e vai fazer o quê? Tu vai punir uma pessoa dessas? Não vai, não existe, entendeu? Então, aí tu consegue botar uma advertência, porque tu tem um grupo que analisa aquele processo, e conforme a lei, tudo perfeito, a lei permite advertência, e foi, então, encaminhado nesse sentido.

(Entrevistado 17, out. 2024).

A estratégia de não registrar as propriedades tem origem no *habitus*, entendido como senso prático, conformado ao longo do tempo em muitas famílias com propriedades na APA Morro de Osório. A ausência de mecanismos de controle efetivo ou de sanções sobre a comercialização de terras contribuiu para a conformação desse *habitus* e para a manutenção desse “costume”. Assim, na prática, a comprovação formal da propriedade somente se torna necessária em situações de conflito, de venda ou de transmissão do imóvel.

Até o final do século XX, a comercialização de terras se concentrava, em grande medida, entre vizinhos ou parentes que, em função do *habitus* então vigente, não exigiam documentação de comprovação para a realização do negócio. Entretanto, as mudanças ocorridas no final do século XX e início do século XXI – como o aumento da população, a melhoria das condições de acesso (asfalto), a ampliação da rede elétrica, a instalação dos frigoríficos e a criação da APA Morro de Osório –, transformaram esse cenário. Como resultado, a comercialização de terras intensificou-se, sobretudo com pessoas “de fora”, portadoras de trajetórias sociais distintas daquelas das famílias tradicionais da região.

Os gestores da APA, motivados por decisões do poder judiciário, passaram a utilizar a exigência de documentação de propriedade como instrumento de controle do parcelamento irregular do solo. Esse mecanismo, associado à intensificação da fiscalização, busca estimular a regularização fundiária e, ao mesmo tempo, induzir uma mudança no *habitus* das famílias em relação à negociação das propriedades.

Nesse contexto, os conflitos relacionados ao parcelamento do solo podem ser compreendidos como consequência direta do aumento da comercialização de terras. As famílias expressam diferentes preocupações diante dessas transformações: algumas destacam

a permanência dos filhos na propriedade como forma de assegurar estabilidade econômica e qualidade de vida; outras, embora reconheçam a necessidade de controle sobre o processo de urbanização, manifestam inquietação quanto à desvalorização de seus imóveis diante das dificuldades de comercialização.

4. DA AGASA ATÉ O TURISMO: CONTRIBUIÇÃO PARA ENTENDER O USO DAS TERRAS E OS CONFLITOS DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E TURISMO NAS PROPRIEDADES LOCALIZADAS NA APA MORRO DE OSÓRIO

O uso da terra na área do Morro da Borússia passou por transformações significativas ao longo dos séculos XVIII e XIX, intensificando-se com a chegada dos imigrantes no final do século XIX e início do século XX. A área atualmente correspondente à APA Morro de Osório foi colonizada nesse período por meio do apossamento de terras devolutas, ainda no final do Império, e da implantação de um empreendimento particular de venda de lotes, denominado Colônia Borússia. É importante destacar que essa região estava anteriormente ocupada pelos Xokleng, povo que foi perseguido e praticamente “extinto” durante o século XIX²⁴.

No início do século XX, após a promulgação da Lei Áurea (1888) e a Proclamação da República (1889), a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul era marcada pelo difícil acesso e pela baixa densidade populacional, sendo habitada por pessoas de diferentes origens. Nesse contexto, conviviam os nacionais descendentes de portugueses, em especial os açorianos, que chegaram a partir de 1752, juntamente com pessoas anteriormente escravizadas, em sua maioria ainda trabalhando nas propriedades, e sobreviventes dos povos originários, sobretudo descendentes dos Guarani e dos Xokleng.

O uso das propriedades, nesse período, era caracterizado pela existência de grandes áreas, localizadas sobretudo na planície litorânea, destinadas à produção de bovinos – originadas das antigas estâncias –, e de pequenas propriedades na região das escarpas da Serra Geral. Nesse segundo caso, prevalecia um modelo derivado da exploração familiar-escravista, voltado à produção diversificada de alimentos para subsistência e à comercialização de cana-de-açúcar e seus derivados, tanto na serra quanto na região de Porto Alegre.

Para compreender esse processo de (re)ocupação, em especial das terras de mato, recorreremos à bibliografia existente e aos depoimentos de moradores de propriedades atualmente localizadas na APA Morro de Osório. Contudo, é importante salientar as dificuldades inerentes a essa investigação, sobretudo pela escassez de informações acerca da população residente à época, em especial no que se refere às comunidades originárias e às pessoas escravizadas, bem como a seus descendentes.

²⁴ Ver Lauro Cunha - Índios Xokleng e Colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (Séc. XIX)

Este capítulo tem como objetivo investigar o processo de utilização das propriedades na área da APA do Morro de Osório desde a sua colonização, analisando o *habitus* das famílias de agricultores, operadores de turismo e proprietários de indústrias, bem como a relação desses grupos com os conflitos atuais em torno do uso da terra. Nesse sentido, compreender as mudanças ocorridas ao longo desse processo permite identificar como as famílias de imigrantes e nacionais, que inicialmente utilizaram as terras para extração de madeira e lavouras de subsistência no início do século XX, transformaram-se, a partir da segunda metade do mesmo século até a década de 1990, em fornecedores de cana para a usina Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA).

Neste contexto, é importante compreender o projeto de “modernização” da produção de cana de açúcar implantado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, no período de 1950 até 1989, com a instalação da AGASA, e as suas consequências nas propriedades localizadas na APA Morro de Osório. Assim como entender quais foram as estratégias utilizadas pelas famílias, durante o funcionamento e após o término das atividades da AGASA, e identificar os conflitos resultantes de mudanças como a criação da APA Morro de Osório (1994), a implantação dos frigoríficos, o aumento do turismo e da especulação imobiliária e a diminuição de área utilizada em atividades agropecuárias.

4.1 AGRICULTURA

4.1.1 Terras de Mato

Neste contexto, torna-se fundamental compreender o projeto de “modernização” da produção de cana-de-açúcar implantado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, entre 1950 e 1989, com a instalação da AGASA, bem como analisar suas consequências para as propriedades localizadas na área que atualmente corresponde à APA Morro de Osório. Do mesmo modo, é necessário entender quais estratégias foram adotadas pelas famílias tanto durante o funcionamento da usina quanto após o encerramento de suas atividades. Além disso, importa identificar os conflitos decorrentes de transformações posteriores, como a criação da APA Morro de Osório (1994), a implantação dos frigoríficos, o crescimento do turismo e da especulação imobiliária, bem como a redução da área destinada às atividades agropecuárias.

Nesse sentido, é relevante recordar que:

O solo pobre e arenoso da planície mal se prestava para a criação extensiva de gado bovino, ovino, muar e cavalari. Ali, a agricultura não tinha maior importância econômica. Exceção se pode fazer ao cultivo da mandioca e de algumas cucurbitáceas (abóbora, melancia, moranga, melão), prática que se dava ao redor das sedes das estâncias, pois essas são culturas que se adaptam bem mesmo em solos desse tipo. O pomar e a horta da “casa grande” produziam bons frutos somente quando baseados na fertilização do areal com o estercó bovino. Enquanto isso, a pecuária reinou, durante os séculos XVIII e XIX, como única atividade econômica capaz de gerar alguma riqueza naqueles campos alagadiços que, além de assolados sem tréguas por fortes ventos, ainda eram pontilhados de lagoas, banhados e numerosos pequenos charcos (Cunha, 2012, p. 66).

A Mata Atlântica ocupava as encostas da Serra Geral, em terras férteis, mas de difícil exploração pelos portugueses devido à topografia acidentada e, sobretudo, à presença do povo Xokleng. A fertilidade dessas encostas foi apresentada pelos militares da Coroa Portuguesa como justificativa para incentivar o desenvolvimento agrícola na região. Como demonstra Cunha (2012), em 1804 o Sargento-mor Domingos José Marques Fernandes buscou convencer a Coroa a investir na agricultura no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, descrevendo as terras ainda “incultas” da seguinte forma:

Podemos dizer que elas são as melhores terras, não só da Capitania do Rio Grande, mas de toda a América; por que segundo a experiência, que há de algumas, que se tem provado, não só produzem toda a espécie de legumes, mas também cana de açúcar, com vantagem a todas as outras terras do Brasil na produção deste gênero, e com excesso de trinta a quarenta por cento: o que se vê em alguns engenhos, que ali se acham já estabelecidos. (Cunha, 2012, p. 67).

Diante dessa valorização das terras, o processo de demarcação nas encostas da Serra Geral teve início nas áreas próximas à sede da freguesia de Nossa Senhora de Conceição do Arroio, criada em 18 de janeiro de 1773. A descrição desse processo é apresentada pela pesquisadora Vera Lucia Maciel Barroso, na obra *Raízes de Osório*, por meio de documentos que registram solicitações ao governo imperial para a concessão de terras devolutas na região:

[...] certifico que em virtude da ordem do Senhor coronel Governador Joze Marcelino de Figueiredo, expedida pela portaria de oito de abril antecedente, passei ao terreno da Estância da Serra e nele medi, demarquei, e entreguei a Joze (62v) Silveira, uma área superficial de duzentas mil braças, **ficando com a liberdade (nas ditas cem braças²⁵) de penetrar pela Serra Geral até aonde poder, cujo terreno que descobrir lhe ficara pertencendo. Com a condição de a povoar, e não a poder vender sem licença, plantando nele todas as árvores de espinho, como também pessegueiros, figueiras, etc.** (Klein, School, Barroso, p. 49, grifo do autor).

²⁵ Braça = 2,2 metros

Assim, a partir desses registros históricos de medições e concessões de terras, observa-se que foram realizadas várias demarcações em áreas que faziam divisa com as estâncias e com a Serra Geral. As terras da Serra, ou “de mato”, eram então consideradas como “sem dono” e, portanto, passíveis de apropriação desde que autorizadas pelo Império, devidamente medidas, povoadas e cultivadas. Nesse contexto, em 1773 foram concedidas glebas a imigrantes açorianos, com o objetivo estratégico de “povoar” a região. Ademais, os dados sobre a população da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, no início do século XIX, evidenciam o crescimento demográfico local e, em particular, a expressiva presença da população negra, utilizada majoritariamente como mão de obra nas plantações de cana-de-açúcar, representando, em 1814, aproximadamente metade dos habitantes, conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2: População de Conceição do Arroio no final do século XVII e início do século XVIII.

	1780		1814	
BRANCOS	234	56,12%	837	50,79%
ÍNDIOS	25	6,00%	19	1,15%
NEGROS	158	37,89%	792	48,06%
	417	100,00%	1648	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor²⁶.

A cultura da cana de açúcar, introduzida pelos Açorianos em 1778, encontrou nas encostas da Serra Geral solo e clima adequados (alta fertilidade dos solos, menor incidência de ventos, presença de umidade e baixa frequência de geadas) [...] a cana-de-açúcar destacou-se logo de imediato, tornando-se o primeiro empreendimento agrícola de considerável importância econômica para todo o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A produção de cachaça e rapadura encontrou rapidamente mercados fora do litoral e a cana viria a ser o grande produto agrícola da região (Cunha, 2012, p. 69).

A implantação de engenhos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul é explicada por Barroso (2006) pelo trânsito de tropeiros na região desde as primeiras décadas do século

²⁶ Dados do Levantamento Tenente Córdova (1780) e Censo da População do Rio Grande do Sul (1814), disponíveis na obra “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional- o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul” (p. 61-62) de Fernando Henrique Cardoso – Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

XVIII [...] O trânsito dos tropeiros, pelos caminhos da Praia, de Souza Faria (via Morro dos Conventos/SC) e do Sertão (via Santo Antônio da Patrulha e Campos de Cima da Serra/RS) proporcionou um mercado amplamente favorável à produção de açúcar mascavo, rapadura e aguardente, sobretudo (Barroso, 2006, p. 84).

A história da cultura da cana de açúcar no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul é apresentada por Bastos (1938). Segundo o autor, “os primeiros plantios foram realizados, em 1778, por Açorianos às margens da Lagoa da Pinguela, [...] local onde em 1928 (cinquenta anos depois) se estabeleceu o primeiro estabelecimento para fabrico de açúcar.” (Bastos, 1938, p. 144). O relato detalha o uso das terras da região entre as margens das lagoas e a Encosta da Serra, chamando a atenção para a relação entre as primeiras feitorias e ocupação das “terras de mato” e para a utilização, à época, de escravizados como mão de obra na cultura de cana-de-açúcar.

Os açorianos que vieram povoar Laguna iniciaram suas lavouras fazendo, desde logo plantações de cana de açúcar, cultura que já conheciam nas Ilhas de onde procediam e à qual muito auxiliava o clima da região.

Quando se fez o povoamento inicial do Rio Grande, isto é, quando o elemento açoreano procedente de Santa Catarina, seguindo a rota aberta por João Magalhães, mais tarde, após a entrada de Silva Pais pela barra do Rio Grande, em regular movimento de imigração, veio fixar-se no Continente do Rio Grande, já era muito conhecida e praticada a cultura que estamos nos referindo, nas terras de Laguna. Entretanto, os primeiros elementos povoadores, demandando as terras do Sul, pelo litoral, vinham mais atraídos pelas promessas de negócios lucrativos de gado e animais cavalares, que pelas messes fartas que lhes pudessem oferecer as terras desse rico Continente. Estabeleceram-se, por isso, na zona de campo. [...]

Somente em 1773, quando o benemérito governador José Marcelino de Figueiredo resolve fundar as primeiras freguesias, é que se deslocam para o Rio Grande os casais que, já não podendo se estabelecer no campo, vieram a formar os primeiros núcleos agrícolas. Então, começaram a tomar posse de extensões maiores e menores da zona de matos, dando franca preferência para às terras da encosta da Serra. [...]

Cumprir aqui informar que mesmo muitos estancieiros, isto é, muitos dos que haviam se estabelecido no campo, procuraram por esta fundar o seu estabelecimento ou sítio de plantações nas mesmas terras da encosta da Serra, terras que lhes davam denominações diversas, como sejam, “terras de matos”, “mattos”, simplesmente, “sítio da costa”, “sertão”, “terras do sertão”, etc.

Assim desde a costa da Lagoa Formosa (atual Lagoa dos Barros) até à da Itapeva [...] os senhores do campo mantinham sua escravatura nos trabalhos da lavoura, sob a direção de alguns dos sinhôs moços ou de feitores e capatazes, quando não era o próprio sinhô que dirigia pessoalmente o estabelecimento (Bastos, 1938, p. 144-145).

Este relato evidencia que os açorianos possuíam, como “produto de sua experiência biográfica” (Bourdieu, 1983, p. 60), a vivência prática com a cultura da cana-de-açúcar em sua região de origem. Em outras palavras, o conhecimento prático adquirido no arquipélago dos Açores conformou o *habitus* dessas famílias, que, ao se estabelecerem nas novas terras do

Litoral Norte do Rio Grande do Sul, souberam implantar a cultura da cana, adaptando-a às condições específicas da região.

Assim, ao se considerar que o *habitus* açoriano trouxe consigo a experiência prática com a cultura da cana-de-açúcar, compreende-se por que essa atividade agrícola se consolidou rapidamente na região. Nesse processo, as lavouras de cana passaram a se localizar nas encostas dos morros, utilizando negros escravizados como mão de obra e ocupando as chamadas “terras de mata”. Barroso (2006) afirma que “[...] as lavouras de cana foram distribuindo-se irregularmente pelas encostas dos morros, parecendo um tapete verde-claro estendido entre capões e áreas de mata nativa, que passou a identificar a paisagem característica do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.” (Barroso, 2006, p. 93).

Cunha (2022) destaca a importância da distinção entre o uso, por concessão da coroa, da terra em grandes propriedades com exploração de pecuária, chamadas de “estâncias”, da posse e uso em propriedades menores, chamados de minifúndios, localizadas nas “terras de mata”. A utilização da mão de obra escravizada foi fundamental para a existência deste modelo de exploração da cana de açúcar em minifúndios localizados nas áreas de encostas.

Na encosta da serra, pelo contrário, a economia agrícola não teria adquirido a importância que assumiu sem o braço e o suor do trabalho servil. Em razão disso, os negros litorâneos passaram, efetivamente, a conviver com a disciplina e o rigor do trabalho feitorizado. Diferentemente da estância, nos canaviais havia a presença sufocante do senhor ou do capataz. Como já vimos, foi a partir do assentamento de colonos, após 1773, que a economia local passou a se alicerçar também na propriedade agrícola minifundiária, sem se opor à estância pastoril latifundiária. O tamanho da propriedade agrícola e o tipo de produção condicionariam a escravidão rural que teria lugar no fechado mundo agrário litorâneo (Cunha, 2022, p. 74).

Cunha (2022) destaca a importância da distinção entre o uso, por concessão da Coroa, da terra em grandes propriedades destinadas à exploração pecuária, denominadas “estâncias”, e a posse e uso em propriedades menores, conhecidas como minifúndios, localizadas nas chamadas “terras de mata”. Nesse contexto, a utilização da mão de obra escravizada foi fundamental para a viabilização do modelo de exploração da cana-de-açúcar em minifúndios situados nas áreas de encostas. Assim, “na encosta da serra, pelo contrário, a economia agrícola não teria adquirido a importância que assumiu sem o braço e o suor do trabalho servil” (Cunha, 2022). Na esteira dessa alusão, Bunse (1983) coloca que:

Nesta zona (Litoral Norte do RS) ocorre um fenômeno meteorológico que os técnicos chamam de ‘inversão’: a geada afeta somente os terrenos até uma altura de mais ou menos 50 metros sobre o nível do mar. Os terrenos compreendidos entre as alturas de 50 até 300 metros ficam completamente livres devido a uma camada de ar

mais quente. Por isso, diz ele, não encontramos canaviais na planície, nem em terrenos acima de 300 metros (Bunse 1983 *apud* Barroso, 2006, p. 94).

Desse modo, a implantação dos canaviais, juntamente com a instalação de engenhos, resultou no crescimento da produção de cachaça, a qual era transportada em carretas puxadas por juntas de bois até Porto Alegre, onde era comercializada. Esse aumento produtivo, por sua vez, contribuiu para a criação da Vila de Conceição do Arroio, oficializada em 1857 pela Lei nº 401, de 16 de dezembro de 1857. Conforme destaca Cunha (2019), “em 1847, surgiu o primeiro processo de emancipação de Conceição do Arroio” (p. 156). Assim, a importância da cana-de-açúcar no período pode ser evidenciada pelos argumentos relacionados ao crescimento da agricultura nas encostas, que fundamentaram tais processos de organização territorial, como aponta Cunha (2019):

[...] a qualidade da cachaça arroioense vinha valendo os esforços que se fazia para sua comercialização, e essa principal riqueza da produção colonial era o que impulsionava a ideia emancipacionista a nível local. Os alambiqueiros muito reclamavam dos altos impostos sobre os produtos da cana, o que não tinha uma contrapartida em obras de infraestrutura, como pontes e estradas, por exemplo. Aliás, a lamentação das autoridades patrulhenses com a emancipação do distrito litorâneo se dava justamente pela perda da arrecadação dos impostos sobre a cachaça e com o arrendamento dos passos dos rios (Cunha, 2019, p. 160).

Além disso, a exploração da cana-de-açúcar na região, realizada em áreas de encosta e em pequenas propriedades, caracterizava-se por ocorrer em unidades produtivas diversificadas. Nesses espaços, cultivava-se uma ampla variedade de alimentos para o consumo doméstico, como milho, feijão, mandioca, café, fumo e trigo, associada à criação de animais, principalmente bovinos, utilizados tanto para a produção de leite quanto para a tração no transporte da cana e no funcionamento dos engenhos. Essa diversidade produtiva se explica pela dificuldade de acesso, que impunha a necessidade de autossuficiência alimentar. Ademais, o uso de solos mais degradados ou de menor fertilidade limitava a produtividade e acabava gerando dificuldades adicionais para a comercialização dos derivados da cana.

Nessas propriedades conviviam a mão de obra das famílias, de agregados e, em função da escassez de recursos e do elevado custo, apenas alguns poucos trabalhadores escravizados. Esse arranjo produtivo é caracterizado por Cunha (2022) como “sistema de produção familiar-escravista”. Segundo o autor (2022),

Ao se buscar compreender o trabalho escravo na economia minifundiária litorânea, faz-se necessário, primeiro, rompermos com a ideia binária de uma sociedade dicotômica composta por senhores brancos proprietários de um lado, e trabalhadores escravizados pretos de outro. Enfileiradas ao longo da costa, essas propriedades

agrícolas formavam pequenos núcleos onde conviviam a família senhorial, escravos e agregados. As atividades produtivas daquele universo agrícola também contavam com uma massa de trabalhadores formada por brancos pobres e negros forros ou livres, ou seja, a escravidão não era a única relação de trabalho. Ao nível de sistema produtivo, o trabalho escravo concorria de maneira equilibrada com o trabalho livre. **Mesmo que houvesse propriedades em que os cativos fossem um complemento à mão de obra livre, a escravidão era disseminada e tão importante quanto o trabalho familiar. Por isso, pode-se falar em um sistema de produção familiar-escravista** (Cunha 2022, p. 76, grifo do autor).

Ademais, as dificuldades relacionadas tanto à mão de obra quanto à comercialização tornam-se ainda mais evidentes quando se analisa o sistema de produção de cana-de-açúcar empregado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, entre os séculos XVIII e XIX. Essas limitações estruturais contribuíram para que “[...] a economia canavieira fosse de escassa rentabilidade. Era muito magro o lucro que se obtinha com a venda da cachaça” e para que “[...] em vez de aplicarem seus rendimentos no embrião urbano que poderia se formar, os canavieiros preferiram a aplicação das rendas em escravos, pela liquidez que esse bem continha” (Cunha, 2022, p. 79).

Essa situação começa a se transformar no início da década de 1880, com o fortalecimento do movimento abolicionista e a adoção de medidas como a proibição do tráfico interprovincial. Nesse contexto, consolidava-se a consciência de que o regime escravista caminhava para o fim. Diante disso, os proprietários de escravizados passaram a conceder alforrias, sobretudo as condicionadas a contratos de trabalho. Entretanto, tais contratos revelavam uma liberdade bastante restrita, uma vez que o indivíduo libertado “[...] deveria cumprir um determinado tempo de serviços sob condições que pouco diferia do cativo. Ele não recebia salário e trabalharia somente por alimentação, vestuário e moradia” (Cunha, 2024, p. 116). Como reflexo desse processo, observa-se que no município de Conceição do Arroio havia 767 escravizados em 1883, número que caiu para 222 em 1887.²⁷

Com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, intensificou-se a busca por imigrantes destinados a ocupar as terras incultas disponíveis, mediante a criação de colônias. Tanto os empreendimentos oficiais quanto os particulares recorreram a recursos públicos para subsidiar o transporte de pessoas oriundas da Europa, especialmente da Alemanha e da Itália, com o propósito de consolidar um modelo de “[...] pequenos produtores independentes” (Cunha, 2024, p. 136), conforme demonstra a Tabela 5, à página 86. Nesse cenário, destacam-se como exemplos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul as colônias oficiais do Marques do Herval

²⁷ Cunha 2024 cita Monti, 1985 p. 156-158 e Musecom jornal a ordem 13 /04/1887 p.2.

(Maquiné) e de Vila Nova (Caraá), bem como a colônia particular (ou mista) da Borussia (Osório)²⁸.

Tabela 5: Número de Colônias no Rio Grande do Sul (1824-1897).

ANO	NUMERO DE COLONIAS OFICIAIS E/OU PARTICULARES	ANO	NUMERO DE COLONIAS OFICIAIS E/OU PARTICULARES
1824	1	1880	60
1850	23	1885	70
1859	30	1890	87
1865	38	1895	95
1870	36	1897	101
1875	51		

Fonte: Bublitz e Correa, 2006, p. 113.

Na obra *Terra de Promissão: Uma introdução à Eco-História da colonização do Rio Grande do Sul*, Bublitz e Correa analisam o processo de colonização e seus impactos ambientais. Entre os aspectos destacados, encontram-se a chegada dos imigrantes, as escolhas realizadas para o uso das propriedades, a destruição ambiental dos vales – associada principalmente aos imigrantes alemães –, a devastação da Serra Geral, atribuída sobretudo aos imigrantes italianos, e o desflorestamento do planalto.

O entendimento do processo de colonização como a (re)ocupação das terras chama atenção para a característica de ser dinâmico, os colonos se movimentam abandonando lotes esgotados na busca de novas áreas. Este fenômeno é denominado, por Bublitz e Correa (2006) como “enxamagem”. Os autores esclarecem que o termo não foi empregado por Roche (1969) “[...] para tratar do *ecological push* das áreas de colonização alemã” (Bublitz e Correa, 2006, p. 111).²⁹

²⁸ [...] o final do século XIX ainda seria marcado pelo início da ocupação das últimas áreas florestais da província, com a implantação das chamadas “colônias mistas”, fundadas por imigrantes europeus. Trata-se de uma colonização marcada por uma diversidade étnica, resultante do recrutamento que se fazia no interior das colônias já existentes – com excedente demográfico em relação à sua organização socioeconômica e cultural- e no exterior, principalmente no Leste europeu (Bublitz e Correa, p. 108).

²⁹ Ecological push é definido como :Um fator de estímulo ecológico refere-se às condições ambientais que levam as pessoas a deixarem suas regiões de origem, geralmente devido a impactos negativos, como desastres naturais, mudanças climáticas ou esgotamento de recursos. Esses fatores afetam severamente as condições de vida, dificultando que indivíduos e comunidades possam sustentar seus meios de subsistência e estimulando a migração para áreas mais adequadas. (disponível em <https://library.fiveable.me/key-terms/ap-hug/ecological-push-factor>, acessado em 15 de jan. 2025) O termo enxamagem compara a colonização com a enxameação das abelhas. A enxamagem , compara o movimento dos colonos como a busca por recursos em novas áreas quando os recursos se esgotam no local onde se encontram.

A área onde se localiza atualmente a APA do Morro de Osório, foi colonizada por nacionais e descendentes de imigrantes italianos que chegaram na área da Colônia Borussia e arredores, no início do século XX³⁰. Fatores como a dificuldade de acesso (falta de estradas), topografia acidentada, presença de Xokleng, vazio populacional da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul explicam porque estas áreas estavam entre as últimas do Estado a serem “conquistadas”.

A expansão rápida das colônias transformou-se bem cedo numa verdadeira corrida para mata virgem[...]. Uma série de fenômenos naturais e sociais se deve a este fato. Antes de tudo, é o desmatamento progressivo da fralda da serra. Praticamente todos os terrenos já perderam sua capa silvática; o que resta são os trechos imprestáveis nos flancos mais íngremes e rochosos das montanhas e as cintas de mata que ladeiam os degraus da serra, Capoeiras e matos secundários sujos caracterizam a estrada trilhada pela agricultura de exploração dos cem anos passados (Bublitz e Correa *apud* Rambo, 2006, p. 111).

Outros fatores, por sua vez, como “a alta fertilidade das famílias, baixo nível tecnológico das lavouras e a fronteira agrícola em movimento” (Bublitz e Correa, 2006, p. 111), também contribuíram para o deslocamento dos colonos em direção aos terrenos mais íngremes das encostas da Serra Geral.

4.1.2 Só tinha uma trilha

Os colonos, imigrantes ou nacionais, que chegaram a Osório no início do século XX, depararam-se com um território amplamente recoberto por mata, no qual a cultura da cana-de-açúcar já estava presente em áreas da encosta da serra, especialmente próximas às lagoas, destinadas à produção de derivados comercializados nos municípios do planalto e na capital. Assim, ao se estabelecerem, esses colonos, valendo-se de seus conhecimentos prévios, promoveram o desmatamento e “passaram a cultivar nelas o café, a erva mate, milho, feijão, parreiras e cana de açúcar” (Raízes de Osório, p. 214).

Foi, portanto, um momento de apropriação técnica – marcada pelos modos de uso da terra –, e também de apropriação social, caracterizada pela posse e pelo controle dos recursos. Nesse processo, os conhecimentos trazidos de outros lugares precisaram ser adaptados e aplicados aos lotes adquiridos, o que implicou no desenvolvimento de novas técnicas de

³⁰O vocábulo nacionais é muito utilizado na época para denominar uma camada da população brasileira que na literatura geralmente é identificada com adjetivos como caboclo, caipira, brasileiros, etc... Sobre o emprego de tais palavras e os seus significados no contexto da Primeira República consultar o livro *Estrangeiro em sua própria terra* de Márcia Regina Capelari Naxara (1998)

cultivo e criação, bem como na adaptação das ferramentas disponíveis. Assim, ocorria uma mudança significativa na trajetória dessas famílias, que deixavam a condição anterior para se tornarem proprietárias de terra. Essa transformação, por sua vez, conformou ao longo do tempo alterações no habitus, repercutindo em diversos aspectos, inclusive no modo de utilização da propriedade.

Já os descendentes desses colonos relataram, nas entrevistas, as dificuldades vividas por seus pais ou avós, frequentemente mencionadas nas conversas familiares: “[...] criação não tinha nada, o povo era muito pobre, quase ninguém tinha nada [...] a maioria das estradas foram os mais antigos. O vô também, porque eles abriram muita estrada” (Entrevistado 1, ago. 2024). Nesse sentido, a dificuldade de acesso às propriedades aparece como uma lembrança recorrente e significativa para muitas famílias, uma vez que se relaciona diretamente não apenas com as possibilidades de produção e comercialização, mas também com o contato entre famílias e com a prática da religião.

Como era o acesso à propriedade na época? (entrevistador)

Antigamente, o meu pai buscava o padre em cima de um burro, lá em Osório, pra vir rezar a missa aqui na Borrússia. Lá só tinha uma trilha.

E era nesse caminho que ia. É o mesmo caminho que vinha. É o mesmo caminho.

A gente descia pra Osório de pé descalço, com o chinelinho na mão, com o sapato, dificilmente era sapato. E ia lavar os pés lá na calha d'água.

Até hoje. A calha d'água lá embaixo. No meio do morro.

Tem uma biquinha ali. É. Onde os animais bebiam água.

(Entrevistado 7, set. 2024).

Desse modo, a agricultura diversificada voltada para a subsistência mostrou-se uma necessidade imediata para os colonos que chegaram à região no início do século XX, pois, como relatado, “[...] naquele tempo tinha que se plantar pra comer, senão passava fome. Naquele tempo vivia exclusivamente da terra que a gente se criou” (Entrevistado 4, ago. 2024).

Também a preocupação com a alimentação da família é demonstrada pelos entrevistados que afirmam “[...] no tempo da eu me criei aqui nós criava plantava tudo na roça feijão, cana só pra tratar a criação mesmo era mais feijão batata doce, aipim milho [...] criava porco ele tinha muitos mangueirão de porco que ele fez de pedra mangueirão de pedra e ainda rastros agora é uns matos no meio” (Entrevistado 3, ago. 2024).

Além disso, a presença de animais como fonte de alimento e tração também foi constantemente destacada pelos entrevistados, como no relato: “[...] o pai criou nós com vaca sempre tem uma vaca bonitinha. Tá e lenha. Pegava lenha do mato. Derrubava do mato a

vontade. Não tinha nada naquela época, ele derrubava o que queria” (Entrevistado 6, set. 2024).

Nesse contexto, o primeiro “produto” comercializado foi a madeira, conforme relatado: “[...]eles desciam lá de cima com uma carreta de lenha pra trazer aqui pra baixo” (Entrevistado 8, set. 2024) ou “[...] tinham forno de carvão. Eles cortavam o mato nativo, faziam carvão. Naquela época podia, né? Daí eles faziam carvão. Até ainda tinha forno.” (Entrevistado 7, set. 2024). Essa derrubada da mata, portanto, não apenas gerava renda imediata, mas também possibilitava o plantio de lavouras de subsistência.

Além disso, os relatos dos descendentes informam que algumas famílias que adquiriram lotes na Colônia Borussia vieram da Colônia Vila Nova, atual município de Caraá, com o objetivo de explorar a madeira e instalar casas de comércio: “[...] passados alguns anos, na data de 20/08/1909, comprou, por documento particular, três colônias no Bocó. Lá construíram moradia, e nela passou a funcionar a casa de negócios [...] mais tarde construíram galpão rústico onde funcionava a serraria” (Raízes de Osório, p. 213). Do mesmo modo, os depoimentos das famílias entrevistadas evidenciam que as primeiras construções foram moradias erguidas com os recursos disponíveis: “[...] a casa era de madeira, a cozinha tinha uma parte que era suave, mas era toda aberta, ali o chão era de terra, e ali, eu conto para eles, ali o pai tratava, botava milho para os porcos, comia porco com milho no chão, misturava as coisas ali dentro de casa” (Entrevistado 8, set. 2024).

O abastecimento de água, nesse período, era garantido pelas vertentes e grotas existentes na mata, conforme relatado: “a água é sempre do rio” (Entrevistado 6, set. 2024), ou “[...] casa de palha que eles falavam, os telhados de palha, as coisas, casa de chão que tinha, tinha bastante [...] a água vinhas das vertentes, das sangas[...] a água tinha das vertentes, mas encanada não” (Entrevistado 1, ago. 2024).

4.1.3 A Cana-de-Açúcar

A produção de derivados da cana-de-açúcar em Conceição do Arroio, no final do século XIX e início do século XX, é descrita por Antônio Stenzel Filho (1980), na obra *A Vila da Serra*, especialmente no texto intitulado *Tempo de Moer Cana*. O autor relata que, cerca de:

Uns cinco ou seis anos antes da extinção da escravatura, o nosso município fabricava e exportava 3.000 pipas de aguardente por ano, afora o açúcar que fazia

para o consumo e a grande quantidade de rapaduras que também vendia para a região serrana.

Desse tempo em diante, devido ao falecimento dos principais agricultores e, mais do que isso, ao início do desaparecimento gradual dos escravos, principiou a declinar a indústria da cana, e, hoje, exporta muito menos aguardente que o município de Torres; continuando, porém, a fabricar açúcar e rapaduras, isso mesmo em menor escala.

Na época de que me ocupo, eram muitos os engenhos de cana que, do meio do inverno até a entrada do verão, principiavam a se mexer. (Stenzel filho, 1980, p. 86).

O texto evidencia a relevância da cultura da cana-de-açúcar e demonstra como a fabricação de seus derivados (açúcar, “guarapa” e cachaça) influenciava intensamente a vida da comunidade local. A presença dessa produção, distribuída pelas escarpas da Serra Geral, desde Torres até Osório (então parte de Conceição do Arroio), bem como a participação de pessoas escravizadas no processo produtivo e a comercialização com a região serrana, são atestadas pelas reminiscências de Stenzel Filho em seu relato.

Além disso, os registros históricos confirmam a expressiva quantidade de engenhos em funcionamento em Conceição do Arroio. Na safra de 1862-1863, o município produziu 800 arrobas de açúcar (12.000 kg), 900 pipas de aguardente e 700 centos de rapadura, o que revela a dimensão da atividade. A centralidade da cana-de-açúcar para a economia regional também é destacada por Bastos (1938), ao relatar a instalação, em 1928, às margens da Lagoa da Pinguela (localizada na atual zona de amortecimento da APA Morro de Osório), do que ele denomina como o “mais importante estabelecimento para fabricação de açúcar” da época, a Usina Santa Marta. A inauguração do empreendimento contou, inclusive, com a presença de Borges de Medeiros e de Getúlio Vargas, então Presidente do Estado. (Bastos, 1938, p. 148).

Nesse sentido, segundo o autor:

É certo que ali já existira uma destilaria de Álcool, instalada por João Issler. Entretanto como primeiro estabelecimento industrial de açúcar, as credenciais cabem à Usina Santa Marta.

E é justo também que se deixe afirmado aqui também que a iniciativa do aproveitamento da antiga destilaria de Pinguela para fabricação de açúcar deve-se ao Sr. Abraão Pereira de Souza, aqui domiciliado e residente e filho deste município. Adquiriu ele por compra tal destilaria à firma Bromberg & Comp., de Porto Alegre e iniciou o plantio de cana. Logo depois associou-se ao Sr. Bernardo Dreher, e, então teve lugar a instalação da Usina Santa Marta, com capitais desses senhores e alguns capitalistas de Porto Alegre. (Bastos, 1938, p. 148-149).

Silva (2014) destaca a relevância da Usina Santa Marta para o desenvolvimento regional, evidenciada no relatório da Secretaria das Obras Públicas de 1927, o qual afirma que “como era de se esperar, completo sucesso desta iniciativa feliz nova era de grande progresso trará para essa região onde a cultura da canna tomara grande incremento e fatalmente novas

usinas surgirão de modo a poder o Rio Grande do Sul produzir si não todo ao menos grande parte do açúcar necessário ao consumo da população” (p. 129).

Figura 10: Registro de imagem da Usina Santa Marta.



Fonte: TRESPACH, 2016.

Os investimentos para o funcionamento da Usina Santa Marta incluíram a construção de instalações, a aquisição de máquinas, e a realização de avaliação

Os investimentos destinados ao funcionamento da Usina Santa Marta contemplaram a construção de instalações, a aquisição de máquinas e, ainda, a realização de estudos técnicos “sobre a qualidade das espécies de cana existentes na região” (Silva, 2014, p. 130). Nesse período, já se encontrava em operação a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar, cuja função era justamente avaliar e selecionar as variedades mais adequadas às condições locais, conforme segue:

Quando o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, na década de 20, o Dr. Getúlio Dorneles Vargas, preocupado com a pobreza da Região Nordeste do Estado, especialmente do Litoral Norte, pelo clima sub-tropical, criou um polo de desenvolvimento da região, com implantação da Usina de Açúcar e plantação de cana. Na ocasião o Estado se socorreu do Governo Federal e, aqui em Osório, o Ministério da Agricultura, fundou a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar.

[...] Parra iniciar a plantação, com a experimentação da cana-de- açúcar, o ministério designou o técnico Samuel Herbert Jones (Mister Jones) que era inglês naturalizado em Pernambuco [...] importou mais de vinte variedades de cana-de-açúcar, e com isso iniciou seu trabalho de grande êxito.

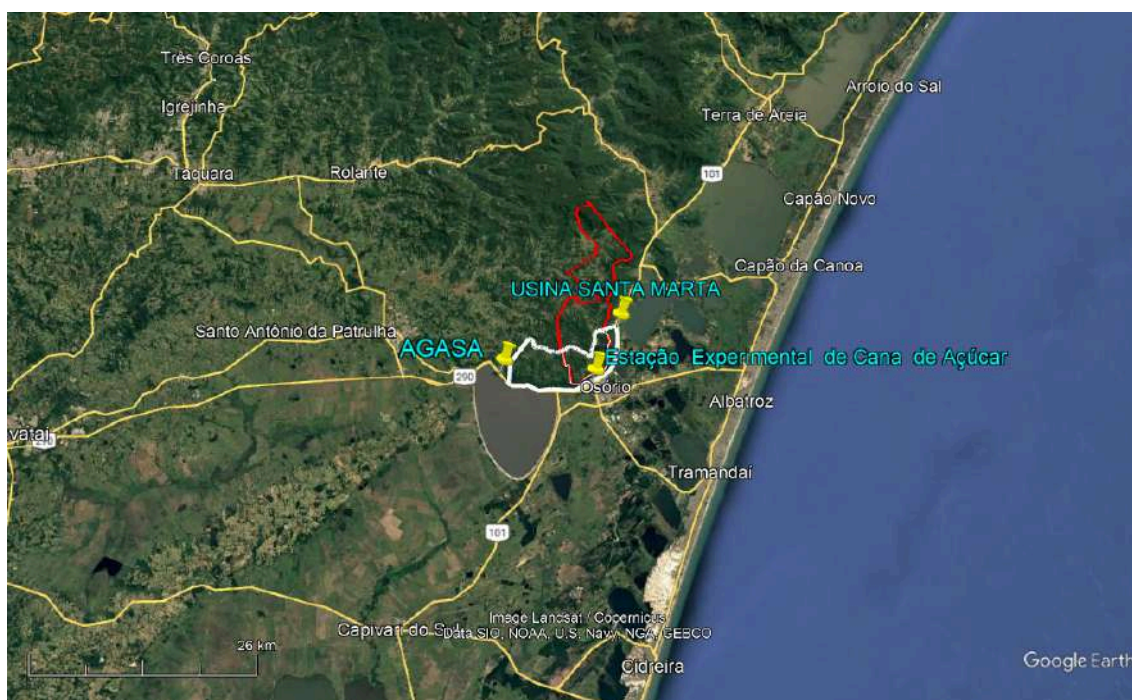
Nesse período foi construída a Usina Santa Marta ali no Livramento, que passou a funcionar a todo vapor na fabricação de açúcar, construída pela família Dreyer.

Após a revolução de 1930, Getúlio Vargas foi guindado ao posto de Presidente da República e, estabelecendo a nova política de regionalização nacional, cabendo ao Nordeste do país, o monopólio de exploração do açúcar e do sal, com a consequente expansão da cultura da cana-de-açúcar.

Em decorrência da regionalização da economia, o Ministério da Agricultura determinou o fechamento da Estação Experimental de cana aqui, de Osório, e que, posteriormente, também foi fechada a Usina Santa Marta, da família Dreyer. (Raízes de Osório p. 367-368).

Nesse contexto, a Figura 11 evidencia a proximidade entre a Usina Santa Marta e a AGASA, ambas situadas ao lado da APA Morro de Osório (área de influência), enquanto a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar do Ministério da Agricultura encontra-se dentro dos limites da APA (na área onde atualmente funciona a Escola Rural). Além disso, observa-se que a área da Colônia Borussia (linha vermelha) corresponde a uma parte significativa da APA Morro de Osório (linha branca). Tal localização reforça a compreensão da estratégia de estímulo adotada para que os produtores da região cultivassem cana-de-açúcar, inserindo-se em um projeto mais amplo de aproveitamento econômico do território e de integração da produção local à dinâmica agroindustrial do Estado.

Figura 11: Localização da APA Morro de Osório, Colônia Borussia (aproximada), Usina Santa Marta, AGASA e Estação Experimental de Cana de Açúcar.



Fonte: *Google Earth* adaptado pelo autor, 2024.

A produção de derivados da cana-de-açúcar, em alambiques e engenhos, intensificou-se no Litoral Norte do Rio Grande do Sul ao longo da segunda metade do século XIX, criando condições para propostas de maior escala produtiva. Nesse sentido, surgiram iniciativas para a instalação de um “engenho central”, que centralizaria a moagem e permitiria ampliar a produção. Barroso (2006) destaca duas propostas nesse período: a primeira, lançada em 1885, previa a instalação de um engenho central entre Santo Antônio da Patrulha e Torres, com o objetivo de fabricar açúcar em larga escala; a segunda foi apresentada por José Inácio de Quadros, em Conceição do Arroio, no ano de 1882. Após demoradas viagens a São Paulo para estudar a cultura da cana, Quadros implantou, na fazenda de seu pai, em Maquiné, um engenho voltado à moagem de cana e ao cultivo extensivo da cultura. Contudo, ambas as iniciativas não se consolidaram, permanecendo como tentativas inacabadas diante das dificuldades técnicas e econômicas da época (Barroso, 2006, p. 102).

Os principais fatores que inviabilizaram a instalação do “engenho central” estiveram relacionados, sobretudo, às dificuldades de transporte da produção de derivados da cana até os mercados consumidores localizados em Porto Alegre e na região da Serra, bem como à pesada carga tributária, que encarecia o custo final da cachaça, do açúcar e das rapaduras produzidas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Apesar dessas limitações, a cultura da cana-de-açúcar consolidou-se na encosta da Serra Geral e estendeu-se por toda a região litorânea, sustentada pela multiplicação de alambiques e engenhos em propriedades familiares. Barroso (2006) descreve a difusão da produção de derivados da cana em diversas localidades, como Santo Antônio da Patrulha, a Colônia São Pedro (em Torres) e Três Forquilhas (ocupada por imigrantes alemães). Com o objetivo de absorver a produção local, especialmente a cachaça fabricada em Torres, alguns colonos decidiram organizar-se de forma cooperativa. Assim, em 1911, liderados por Manoel Baltazar, Bento Farias e Cincinato Borges, edificaram uma destilaria de álcool no Morro do Coco. Entretanto, como ressalta Barroso (2006, p. 112), essa iniciativa revelou-se apenas uma “esperança frustrada”, incapaz de consolidar-se frente aos entraves estruturais e econômicos da época.

Com o mesmo objetivo foi fundada a Cooperativa Torrense de Aguardente (1933-1950), assim, segundo Barroso (2006, p. 112), “em 1935 a Cooperativa, associada à firma Dreher e Cia., tentou a segunda usina de álcool na Colônia, considerada moderna e sofisticada na época. Ficava na Baixada, defronte à gruta de N. Sr^a. de Lourdes” e “em 1946, no Porto Colônia e, em 1958, uma destilaria de álcool e aguardente, em Morrinhos. Em 1936

o Rio Grande do Sul possuía 1478 engenhos para produção de cachaça, 47 engenhos para produção de rapadura, 274 para açúcar mascavo e 1 usina com turbina e vácuo” (Barroso 2006, p. 121), como pode-se observar no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3: Empreendimentos relacionados à produção e beneficiamento de cana-de-açúcar no litoral norte do Rio Grande do Sul durante o século XX.

ANO		MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES
INÍCIO	FINAL		
1911		TORRES	Colonos, liderados por Manoel Baltazar, Bento Farias e Cincinato Borges, uniram-se e decidiram edificar uma destilaria de álcool, visto que quase toda cachaça de Torres tinha esse destino. Assim, a usina foi construída no Morro do Coco. Entretanto, essa tentativa regional foi uma <i>esperança frustrada</i>
1925	1950	OSÓRIO / MAQUINÉ	Estação Experimental de Cana-de-Açúcar de Conceição do Arroio / Osório do Ministério da Agricultura, cedida para o Estado do Rio Grande do Sul em 1930 e transferida para área no Município de Maquiné em 1950
1925	1938	OSÓRIO	Usina Santa Marta
1933	1990		Instituto de Açúcar e Alcool (IAA)
1933	1950	TORRES	Cooperativa Torrense de Aguardente
1936	1957	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	Destilaria Santo Antônio LTDA
1946		TORRES (Porto Colônia)	
1952	1956	OSÓRIO	Destilaria Desidratadora (não chegou a operar comercialmente)
1957	1990	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	AGASA (Açúcar Gaúcho S. A)
1958		MORRINHOS DO SUL	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em Barroso (2006).

O Quadro 3, acima, busca evidenciar o expressivo número de empreendimentos voltados à produção de derivados de cana-de-açúcar no Litoral Norte do Rio Grande do Sul durante a primeira metade do século XX. A relevância dessa atividade, somada ao elevado custo de comercialização – especialmente em razão das dificuldades de acesso e transporte –, contribui para explicar a criação de “engenhos centrais” ou usinas, concebidos como alternativa para ampliar a escala produtiva e diluir custos.

Contudo, ainda que a região concentrasse um grande número de engenhos de cana, a ameaça da miséria era permanente nas pequenas propriedades situadas nas encostas da Serra Geral, sobretudo no início da segunda metade do século XX. Como destaca a literatura:

Certo é que o homem norte-litorâneo, principalmente o pequeno produtor dedicado à lavoura canavieira, vinha há anos vivendo em subdesenvolvimento, o que o empobrecia progressivamente. Mas o Litoral Norte do estado, com seu quadro de grandes dificuldades, teve – a partir de 1957, sobretudo – seu cenário agudizado com a séria crise do setor canavieiro, o tradicional e identitário da região.

Sem dúvida, uma Portaria Federal de 31 de outubro de 1957 demarcou nova fase da história da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul. Com ela, a proibição de adicionar o açúcar mascavo na fabricação do café, de bebidas e do vinho decretou, na verdade, uma crise de mercado, sem precedentes, para os canavieiros do Nordeste do estado. Tanto é que, poucos meses antes, o saco de açúcar era vendido a Cr\$ 480,00 e, após a medida legal, não se encontrava mais compradores para o produto. Em situação de desespero, os canavieiros não vislumbravam, então, outra utilização econômica para o produto de suas terras. (Barroso, 2006, p. 195).

A questão da proibição da adição de açúcar mascavo em bebidas como café e vinho trouxe consequências significativas para os produtores do Litoral Norte, aprofundando a crise já vivida pelas pequenas propriedades. Essa medida impactou diretamente a comercialização da produção local e acelerou o processo de êxodo rural. Conforme destaca Barroso (2006, p. 210), “afinal, eram aproximadamente 5.000 torrefadoras espalhadas no estado, proibidas de adquirir o açúcar patrlhense [...] que alcançava a produção de 300.000 toneladas anuais de açúcar mascavo” (Barroso, 2006, p. 210).

A crise da produção de açúcar mascavo e as dificuldades enfrentadas pelas pequenas propriedades da região reforçaram a percepção de que o Litoral Norte do Rio Grande do Sul necessitava de medidas estruturais de modernização.

Nesse contexto, justificou-se, em 1960, a criação da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Litoral (CODEL) pela Assembleia Legislativa do Estado. De acordo com Barroso (2006, p. 186), a comissão elaborou um estudo sobre as condições de vida na região e apresentou diagnósticos e propostas, entre as quais se destacavam “a vinda de emigrantes dos Países Baixos para a faixa litorânea do estado e a ligação de Porto Alegre ao mar”. Essas iniciativas estavam fundamentadas no entendimento de que a herança cultural açoriana e, sobretudo, as dificuldades de transporte constituíam entraves ao desenvolvimento regional.

A busca de alternativas para o desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, entretanto, não pode ser dissociada do cenário mais amplo de dificuldades enfrentadas pelo Estado. Como destaca Barroso (2006),

O governo do Rio Grande do Sul encaminhou, em 1960, uma representação ao Conselho Nacional de Economia, indicando a situação de crise em que se encontrava o estado, e apontava suas causas, destacando duas: elevação muito maior dos preços dos insumos agrícolas do que dos preços dos produtos da agricultura gaúcha e investimentos federais, no estado, muito inferiores à arrecadação de tributos nele realizada. **Na visão governamental, Brizola, em seus manifestos, apontava como solução para a crise econômica do Rio Grande do Sul três encaminhamentos fundamentais: investimentos do governo federal no estado, reformulação da**

política agrícola e industrialização/eletificação. (Barroso, 2006, p. 188-189, grifo do autor).

Como alternativa para a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul o projeto de desenvolvimento do PTB em especial de Brizola propõe a industrialização ou “modernização “da cultura da cana de açúcar com a adoção de tecnologia na produção de cana (variedades, adubação, controle de pragas e doenças) e instalação de usina de produção de açúcar branco na região.

A preocupação brizolista com a industrialização do Rio Grande do Sul residia no dilema da própria proposta do PTB, que colocava o primado da sociedade urbano-industrial sobre o agrário-tradicional como a solução dos problemas econômicos da região Sul. Com o suporte financeiro do Banco de Desenvolvimento Regional, o Estado gaúcho pôde adotar e conduzir o projeto trabalhista voltado aos pequenos canavieiros do Litoral Norte – o da criação efetiva da Açúcar Gaúcho S.A., que teve o BRDE, como um dos seus acionistas majoritários. (Barroso, 2006, p. 193-194).

4.1.4 O açúcar

Para avaliar os impactos dos investimentos realizados na produção de cana de açúcar e seus derivados na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul durante a segunda metade do século XX são necessárias algumas noções básicas sobre o processo de produção de cana e dos seus derivados.

A primeira informação importante é que a cana de açúcar é uma gramínea de clima tropical e subtropical com exigência de solos férteis e suscetibilidade a geadas. As características das variedades, condições de solo e clima influenciam muito no teor de sacarose (açúcar que é o mais importante na produção de melado, rapadura e açúcar), presente na cana.

É considerado açúcar segundo o regulamento de produção de açúcar do Ministério da Agricultura e Abastecimento (Instrução Normativa Nº 47, de 30 de agosto de 2018) [...] o produto obtido a partir da cana-de-açúcar pertencente às cultivares provenientes da espécie *Saccharum officinarum* L. através de processos adequados; é constituído por cristais, com exceção do açúcar líquido.” sendo classificado em Grupos, Classes e Tipos³¹.

³¹ Art. 6º § 1º O açúcar, de acordo com o uso proposto, será classificado em dois Grupos, sendo o interessado responsável por essa informação: I - Grupo I: açúcar destinado à alimentação humana através de venda direta ao consumidor final; e II - Grupo II: açúcar destinado a indústrias alimentícias e outras finalidades de uso. O açúcar do Grupo I, de acordo com o processo de obtenção, será classificado em Classes conforme a seguir, cabendo ao responsável pelo produto prestar essa informação: I - Cristal branco: aquele obtido por fabricação direta nas

A cachaça, em maior volume, e o açúcar mascavo constituíam os principais derivados da cana-de-açúcar produzidos, à época, em diversas propriedades situadas no Morro de Osório. Até a instalação da AGASA, portanto, tanto o cultivo da cana quanto o seu processamento eram realizados predominantemente com base na mão de obra familiar. O beneficiamento ocorria de forma artesanal, em engenhos – galpões rústicos construídos próximos às residências, destinados à produção de melado, rapadura e açúcar mascavo – ou em alambiques, também galpões rústicos voltados especificamente à fabricação de cachaça.

Nesse processo, a produção de cana-de-açúcar iniciava-se com a derrubada da mata, seguida da retirada da madeira e da queima da vegetação seca. Posteriormente, realizava-se o preparo do solo com o uso de tração animal, sobretudo bois. Após o plantio, procedia-se à capina e, nas entrelinhas, cultivava-se feijão. A colheita, geralmente realizada dois anos após o plantio, era manual, e o transporte até os engenhos ou alambiques ocorria em carros de boi. Tratava-se, assim, de uma atividade que demandava intensa utilização de mão de obra em todas as etapas, sendo comum a prática da troca de serviços entre vizinhos.

Nos alambiques, por sua vez, a cana era moída em moendas movidas por bois, e o caldo obtido era encaminhado para destiladores de cobre, onde passava pelo processo de fermentação e destilação que resultava na produção da cachaça. Esta, por conseguinte, era armazenada em pipas de madeira e transportada até os mercados consumidores, principalmente na região da Serra e em Porto Alegre. Esse método, entretanto, caracterizava-se por apresentar baixo rendimento.

Já nos engenhos, de modo diferente, a moagem era realizada em moendas de madeira ou ferro, também movidas por bois, seguida da filtragem do caldo. Este era fervido em tachos de cobre, com lenha como fonte de energia, sendo as impurezas removidas durante o

usinas através do processo de extração e clarificação do caldo da cana-de-açúcar por tratamentos físico-químicos com branqueamento, seguidos de evaporação, cristalização, centrifugação e secagem do produto final; e II - Cristal bruto: aquele obtido por fabricação direta nas usinas através do processo de extração e clarificação do caldo da cana-de-açúcar por tratamentos físico-químicos, seguidos de evaporação, cristalização, centrifugação e secagem do produto final. § 2º O açúcar do Grupo I, da Classe Cristal Branco, de acordo com o processo de obtenção e com os parâmetros estabelecidos no Anexo I desta Instrução Normativa, será classificado em Tipos conforme a seguir, e poderá ainda ser enquadrado como Fora de Tipo ou Desclassificado: I - cristal: aquele obtido por fabricação direta através do processo de extração e clarificação do caldo da cana-de-açúcar por tratamentos físico-químicos com branqueamento, seguidos de evaporação, cristalização, centrifugação, secagem, resfriamento e peneiramento do produto final e podendo ser comercializado na forma moída ou triturada; II - refinado amorfo ou refinado: aquele obtido através do processo de dissolução do açúcar branco ou bruto, purificação da calda, evaporação, concentração da calda, batimento, secagem, resfriamento e peneiramento do produto final; III - refinado granulado: aquele obtido através do processo de dissolução do açúcar branco ou bruto, purificação da calda, evaporação, cristalização da calda, centrifugação, secagem, resfriamento e peneiramento do produto final; e IV - açúcar de confeitiro: aquele obtido através do processo de peneiramento ou extração do pó do açúcar cristal ou refinado amorfo. (Fonte: Instrução Normativa Nº 47, de 30 de agosto de 2018) (disponível em <https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=2020932845>, acessado em 17 de jan. 2025).

processo. O resultado variava conforme o ponto de fervura: quando retirado no início da formação de bolhas, obtinha-se o melado; se fervido por mais tempo e colocado em formas, produzia rapaduras; e, quando levado até o ponto de cristalização, era retirado para cochos de madeira, onde a massa era mexida até esfriar e esfarelar, originando o açúcar mascavo.

Importante salientar que a maioria dos engenhos deixava ferver o caldo por mais tempo, até atingir o ponto de açúcar, sendo então retirado para cochos de madeira, onde a massa era mexida até esfriar e esfarelar, resultando no açúcar mascavo.

Nesse contexto, a produção de açúcar assumia papel central para a economia regional no início da segunda metade do século XX. O valor obtido pelos produtores, contudo, era diretamente influenciado pelo preço do açúcar branco, proveniente principalmente da região Nordeste do Brasil. Esse preço, por sua vez, sofria oscilações decorrentes do mercado internacional, afetado por diversos fatores que alteravam a produção e o consumo.

A concorrência tornava-se ainda mais evidente em momentos de crise, como, por exemplo, o colapso da Bolsa de 1929, quando a elevada produção contrastou com a brusca queda no consumo. Como consequência, houve redução significativa nos preços e, em seguida, diminuição da área cultivada com a cultura no Estado.

Quadro 4: Área de cultivo de cana de açúcar no Brasil e RS nos anos 1934-1938.

	1934	1935	1936	1937	1938
RS	1.217.440	983.000	540.000	550.500	550.500
BRASIL	17.793.500	16.680.570	18.496.420	15.736.580	16.409.371

Fonte: Mattos, Aníbal R. **Açúcar e álcool no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. p. 31 *apud* Barroso (2006).

Os dados apresentados até o momento buscam evidenciar a relevância da agricultura, em especial da cultura da cana-de-açúcar, na ocupação e utilização das terras da região da encosta da Serra Geral, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Nesse sentido, Barroso (2006) propõe uma periodização da história da cultura e do processamento da cana em fases distintas.

A primeira fase corresponde ao período que vai do final do século XVIII até o início do século XIX, caracterizando-se pela produção de rapadura e aguardente destinada ao

comércio regional. Em seguida, a segunda fase, entre 1930 e 1950, foi marcada por tentativas frustradas de industrialização, exemplificadas pela experiência da Usina Santa Marta. Posteriormente, durante a década de 1950, tem início a terceira fase, na qual a produção de açúcar mascavo foi intensificada para atender às demandas das torrefadoras de café e das indústrias de bebidas.

Contudo, a crise desencadeada pela proibição da utilização do açúcar mascavo na torrefação de café e na fabricação de bebidas, aliada ao projeto de modernização agrícola impulsionado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, abriu espaço para a quarta fase, compreendida entre as décadas de 1950 e 1980, caracterizada pela instalação de usinas de produção de açúcar branco na região, como a AGASA. Por fim, a autora identifica uma quinta fase, iniciada no final da década de 1990, após o fechamento da AGASA, estendendo-se até o século XXI, quando ocorre o retorno da produção artesanal de açúcar mascavo e cachaça na região.

Esta mudança na trajetória demonstra como o habitus é “uma propriedade dos atores (sejam indivíduos, grupos ou instituições) que é estruturante e estruturada” (Bourdieu, 2007). Em outras palavras, a trajetória dos produtores da Borússia, marcada pelo passado como colonos e pelas circunstâncias históricas do momento, especialmente o projeto de modernização, estruturou o seu habitus e os conduziu à escolha de se tornarem fornecedores de cana para a usina. Assim, a incorporação dessa nova lógica produtiva não apenas redefiniu suas práticas agrícolas, mas também consolidou estratégias coletivas que buscaram garantir a reprodução social e econômica das famílias. Portanto, o processo evidencia como as transformações estruturais condicionam, mas também são condicionadas, pelas disposições práticas dos agentes, revelando a dinâmica entre permanência e mudança no uso das propriedades.

4.1.5 Apareceu a "tal" AGASA

A usina da AGASA iniciou suas atividades em 1966, com a previsão de produzir até 250 mil sacos de açúcar branco por ano. À época, os levantamentos projetavam um consumo estadual de aproximadamente 4 milhões de sacos anuais, supridos principalmente pelas usinas localizadas no Nordeste e em São Paulo. Nesse cenário, o processo de construção da usina da AGASA, situada na divisa entre os municípios de Santo Antônio da Patrulha e Osório, foi concebido como alternativa estratégica de apoio aos pequenos produtores de cana do Litoral Norte.

De fato, Barroso (2006) destaca que tal apoio era fundamental diante da pobreza que caracterizava a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, justificando a necessidade de políticas voltadas à modernização produtiva e à integração dos agricultores locais ao mercado. Nesse sentido, a imprensa da época reforçava esse diagnóstico ao divulgar depoimentos que caracterizavam o Litoral Norte como a região mais pobre do Estado, evidenciando a precariedade das condições socioeconômicas e a urgência de iniciativas capazes de reverter esse quadro. Um exemplo emblemático encontra-se em publicação citada por Barroso (2006), na qual se afirmava que “[...] a população de Osório e Torres e seus distritos é superior a 20.000 habitantes, mentalmente a mais atrasada do Rio Grande. A maioria é analfabeta, pelas endemias, pela falta de higiene elementar, pela pobreza em que vivem” (p. 181).

Diante desse cenário, o projeto de desenvolvimento trabalhista para o Estado foi estruturado com base em investimentos em industrialização, eletrificação e na formulação de uma política agrícola capaz de modernizar a produção. “[...] na visão governamental, Brizola, em seus manifestos, apontava como solução para a crise econômica do Rio Grande do Sul três encaminhamentos fundamentais: investimentos do governo federal no estado, reformulação da política agrícola e industrialização/eletrificação” (Barroso, 2006, p. 189).

Afinal, o programa de governo do engenheiro Brizola vinha ao encontro das aspirações locais. O lema brizolista, **“o que é produzido no Rio Grande é melhor,”** sustentava-se nestas premissas:

- a) fomento de produção e produtividade;
- b) assistência ao pequeno agricultor;
- c) promoção do desenvolvimento industrial, com um programa de pequenas e médias indústrias;
- d) assistência às indústrias para renovação e ampliação de seu parque de máquinas e permanente assistência às organizações dos produtores e ao comércio rio-grandense, visando ao escoamento e à colocação da produção gaúcha.

E mais: fazia parte do seu plano de governo a erradicação da miséria no campo riograndense. (Barroso, 2006, p. 223-224, grifo do autor).

Os problemas enfrentados na época com a produção, o processamento e, sobretudo, a comercialização dos derivados da cana-de-açúcar evidenciavam a necessidade de alternativas capazes de fortalecer os produtores locais. Nesse contexto, a dificuldade em garantir mercados para o açúcar mascavo impulsionou a criação, em 1958, da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. (CCSAL), com sede em Santo Antônio da Patrulha e abrangência sobre os municípios de Osório e Torres. A iniciativa buscava organizar a comercialização, reduzir custos e assegurar maior competitividade frente às oscilações do mercado.

Barroso (2006) registra o depoimento de um produtor que relata o funcionamento da cooperativa, evidenciando os desafios logísticos da época:

Como não existiam estradas, só carreiros e trilhas, os produtores levavam a sua produção, em carretas de boi, até a Cooperativa, localizada à margem da RS 17 (atual RS 30), no Bairro Pitangueiras. Feito o pagamento, os colonos já faziam suas compras no comércio local e retornavam às suas terras. Os produtos canavieiros, a partir dali, seguiam para a capital e seus ramais, até o destino final. Santa Maria era um dos troncos de difusão do seu comércio. Acácio Maciel Gomes, a propósito, informou que, ou o produtor entregava os seus produtos na Cooperativa, ou tinha um determinado lugar onde o caminhão ia buscá-los. Na Cooperativa, o açúcar era acondicionado e levado para as vinícolas e as fábricas de café. Mas, completa ele: “[...] a proibição do IAA voltou definitiva, e aí perdemos o mercado. Essa foi uma das razões que a cooperativa começou a perder a finalidade. Porque aí só sobrou a rapadura; o açúcar ficou proibido (Barroso, 2006, p. 237).

A proposta de apoio à criação, pela cooperativa, de uma usina destinada à produção de açúcar branco no Litoral Norte do Rio Grande do Sul surgiu justamente em razão dessas dificuldades enfrentadas pelos produtores locais. Todavia, a iniciativa encontrou um obstáculo de ordem nacional, uma vez que o Rio Grande do Sul era o único estado que não dispunha de cota do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para a produção de açúcar³². Assim, o pleito regional esbarrava não apenas em limitações técnicas e logísticas, mas sobretudo em barreiras institucionais impostas pela política nacional de regulação da produção açucareira.

Em julho de 1962 aconteceu a assembleia de criação da AGASA com participação de “acionistas de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Torres, Porto Alegre, Gravataí, Encantado, Roca Sales, Muçum – estes do Rio Grande do Sul –, e de Praia Grande, em Santa Catarina” (Barroso, 2006, p. 281). Em 27 de janeiro de 1963 ocorreu o lançamento da pedra fundamental da AGASA, quatro dias antes do final do mandato de Brizola no governo do Estado.

Grandes mudanças ocorreram no projeto da AGASA após o término do mandato de Leonel Brizola (PTB), quando Ildo Meneghetti (PSD) assumiu o governo estadual e, em seguida, com a instauração do regime militar em 1964. Nesse contexto, Barroso (2006) evidencia as diferenças entre o projeto inicialmente concebido pela Cooperativa, a proposta defendida por Brizola e, por fim, o modelo efetivamente executado pelos militares após o

³² Depoimento de Harry Sauer: “O Instituto do Alcool e do Açúcar era um órgão federal que controlava no país a produção do açúcar e do álcool, e toda ela estabelecida na zona nordeste do país. O IAA se opôs frontalmente à idéia de concessionar uma indústria de açúcar no sul do país. Então, nós encontramos aí o primeiro obstáculo. Resultou em algumas viagens ao Rio de Janeiro. Na época tudo passava-se no Rio de Janeiro. [...] Eles diziam o seguinte: “Esta região não produz cana em quantidade suficiente, e não terá condições de alimentar uma usina açucareira. [...] até se fosse particular precisava dessa concessão [...].” E a ideia era, já que não havia economia privada e adequada suficiente na região, que no seu contexto não tinha suporte financeiro para montar uma indústria dessas, nem havia empresários com ideia de fazer uma coisa dessas, era preciso então que o Estado entrasse nisso, que foi o que aconteceu” (Barroso, 2006, p. 258).

golpe. Enquanto a concepção cooperativista enfatizava o fortalecimento dos pequenos produtores locais e a repartição mais equitativa dos benefícios, o projeto trabalhista de Brizola vinculava a modernização da produção de cana à integração regional e à política agrícola de desenvolvimento do Estado. Já o modelo militar, por sua vez, reformulou substancialmente o escopo da iniciativa, priorizando critérios de ordem econômica e estratégica, em detrimento da dimensão social originalmente pretendida.

A autora apresenta depoimentos de produtores sobre o projeto da cooperativa, os quais relatam o começo: “[...] nós fundamos a Cooperativa Canavieira, e o nosso objetivo final era fazer uma indústria de açúcar. E o Brizola mesmo nos disse: “Se organizem que eu vou ajudar.” Aí cadastramos os produtores e provamos que havia cana suficiente para fazer açúcar”, além de outros como “[...] a AGASA não era uma usina de um proprietário; era de uma sociedade. A cooperativa foi ideada, bolada com a intenção de criar a AGASA depois. A raiz, a matriz começou na Cooperativa” (Barroso, 2006, p. 293).

Políticos e técnicos que atuavam na época reforçam a compreensão de que a proposta trabalhista para a criação da AGASA estava ancorada em um objetivo de transformação social e econômica da região. Nesse sentido, o ex-deputado Harry Sauer recorda que “[...] a tentativa da indústria do açúcar, lá naquela região, foi uma tentativa no sentido assim da mais pura convicção, de que poderia resultar como um polo de desenvolvimento regional”.

De forma convergente, Juraci Pasquoto ressalta o “[...] objetivo social que Brizola tinha, que era social, para desenvolver a economia familiar, que era pobre na nossa região, muito pobre”. Por outro lado, Edgar da Silva alerta para os impasses institucionais do período, lembrando que “[...] então foi o Brizola que mais ou menos abortou a ideia de criar uma cooperativa, que até parece que na época já estava bolada. [...] e o Brizola disse: ‘Eu vou fazer uma estatal’.” Dessa maneira, observa-se que, embora houvesse consenso quanto à necessidade de modernização da produção e ao papel estratégico do setor sucroalcooleiro no Litoral Norte, as divergências em relação ao modelo de gestão – cooperativo ou estatal –, revelam diferentes concepções sobre o caminho mais adequado para integrar os pequenos produtores e, ao mesmo tempo, garantir o desenvolvimento regional.

Com o golpe militar de 1964, o projeto de construção da AGASA sofreu uma inflexão significativa. Se, por um lado, a proposta trabalhista de Brizola visava consolidar um empreendimento estatal voltado ao fortalecimento da agricultura familiar, por outro, a mudança de regime alterou a condução do processo. Assim, em 1965, a usina foi concluída com aporte de recursos federais e inaugurada como unidade de produção de açúcar branco. Entretanto, como consequência direta da nova conjuntura política, a diretoria da AGASA foi

afastada e, conforme registra Barroso (2006, p. 317), “a comunidade canavieira, a partir de 1964, passou a não ter nenhuma representação na empresa”. Além disso, Barroso (2006) destaca:

Soma-se, na leitura desse tempo, um outro componente adverso: o da desconfiança e da persistência do descrédito face à herança do passado recente. Ou seja, para a construção do projeto, o legado de reveses e de desesperanças era pesado. A cana-de-açúcar, que historicamente vinha sendo plantada sem a devida orientação técnica, apresentava uma baixa produtividade, que não dava esperanças de melhores dias aos plantadores. Mesmo assim, sem um método racional e planejado, a produção canavieira se espalhou pelo Litoral Norte, tornando-se auto-suficiente e até canalizando para os cofres públicos uma importante rede de divisas. Entretanto, o retorno ao produtor era mínimo, definindo um cenário de manutenção da pobreza na tradicional região canavieira.

E o entendimento no imaginário popular era de que, se a produção fosse subsidiada, há muito que a cana-de-açúcar estaria sendo industrializada com maiores vantagens aos produtores, ainda que fosse circulante o descrédito de muitos, face os intentos frustrados dos anos 1920 a 1950, com a Usina Santa Marta e a Destilaria Livramento. Assim, tudo, a princípio, ensejava expectativas frustradas com o novo projeto, que vinha sendo embalado desde 1958 (Barroso, 2006, p. 317).

Desse modo, percebe-se que o distanciamento entre a gestão da AGASA e os agricultores locais, somado à baixa produtividade histórica e ao descrédito sobre o setor, manteve a condição de vulnerabilidade socioeconômica das famílias produtoras, ainda que a região tivesse relevância econômica no abastecimento do Estado.

Com o início das atividades em 1965, essa situação se tornou ainda mais evidente, pois surgiram as primeiras “constatações” práticas acerca das limitações do projeto. Depoimentos relatam que “[...] foi vendida a ilusão de que podia vir cana lá de Torres. [...] Acontece que a realidade, já no início, mostrou que, descontado o valor do frete, o que eles tinham que pagar para levar a cana até a AGASA era inviável” (Barroso, 2006, p. 338). Assim, logo nos primeiros anos de funcionamento da usina, as dificuldades logísticas associadas ao transporte da matéria-prima revelaram os limites da proposta de integração regional e acentuaram a percepção de que os produtores não seriam beneficiados de forma equitativa pelo empreendimento.

4.1.6 Na Borússia tudo era cana

A inviabilidade do transporte da cana a longas distâncias, como de Torres, fez com que a maior parte do abastecimento da usina da AGASA fosse garantida por produtores localizados em áreas mais próximas, sobretudo em Santo Antônio da Patrulha e em

propriedades de Osório. Essa proximidade reduzia os custos de deslocamento e permitia que as famílias vissem na cultura da cana uma possibilidade de complementar sua renda, ainda que não fosse suficiente para garantir autonomia econômica plena. Nesse sentido, Barroso (2006) apresenta o depoimento de um produtor de Osório que destaca justamente essa característica da cana-de-açúcar como fonte secundária de recursos para a manutenção familiar:

Trabalhei com cana mais quando era no inverno. Na época do corte de arroz nós abandonávamos a cana e íamos para a granja dois meses, em abril e maio. Nós íamos para a granja cortar arroz de foice para arrumar mais um capital porque a cana nós sempre começávamos do mês de julho em diante por causa da brotação da cana. [...] Então, essa foi a razão que eu, infelizmente, não pude estudar. (Barroso, 2006, p. 339).

Neste sentido, a média da área das propriedades produtoras de cana em Osório era de aproximadamente 3,0 hectares, sendo a produção sustentada quase integralmente pela mão de obra familiar. Esse dado reforça o caráter de pequena produção e a centralidade da organização familiar na dinâmica agrícola local. De acordo com Barroso (2006):

A mão-de-obra para a lavoura de cada propriedade era constituída, sobretudo, de homens de mais de 15 anos e menos de 60. Mas, inevitavelmente, todos os membros da família eram forçosamente levados ao trabalho, sobretudo no corte da cana e transporte ao caminhão ou até à beira da estrada. Juntos estiveram crianças, mulheres e idosos também, especialmente de junho a dezembro, os meses de maior demanda de mão-de-obra. Em não poucas falas, as referências ao trabalho feminino, de adolescentes e até infantil apontaram a árdua luta com a cana (Barroso, 2006, p. 350).

Ainda neste contexto, convém destacar que os relatórios da AGASA (figuras 12 e 13) evidenciam a relevância dos produtores de Osório para o funcionamento da usina. Em 1966, no início das operações, os 111 produtores do município correspondiam a 13,11% do total de 847 fornecedores de cana, entregando 7.569 toneladas, o que representava 13,12% do volume total recebido, equivalente a 57.669 toneladas. Ao longo das décadas seguintes, entretanto, verificou-se um crescimento expressivo dessa participação. No encerramento das atividades da usina, em 1985, os produtores de Osório já respondiam por 39.906 toneladas, representando 46,75% do volume total de cana processada, que foi de 83.622 toneladas.

Figura 12: Relatório da safra de 1974/1975 - AGASA.

Anos	Municípios							Totais
	Sto.Antônio	Osório	Torres	Rolante	Taquara	Outros		
1966	659	111	72	2	2	1	847	
1967	671	180	205	9	9	6	1080	
1968	338	108	-	-	-	-	446	
1969	855	209	1	-	-	-	1.065	
1970	1.273	317	28	-	-	-	1.618	
1971	1.341	345	-	5	18	-	1.709	
1972	1.058	283	7	14	2	-	1.364	
1973	911	253	4	1	-	-	1.169	
1974	707	217	-	-	-	-	924	

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. Relatório da safra 1974/1975. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

Figura 13: Relatório da safra de 1985/1986 - AGASA

Ano	Minifúndio (t)		Lavouras Próprias (t)	Lavouras Integradas (t)	Torres (t)	Rolante (t)	Gravatani (t)	Taquesra (t)	Tramandai (t)	S.S. Cai (t)	Igrejinha (t)	Guai ba (t)	Total da cana recebida (t)
	Santo Antônio da Patrulha	Osório											
1966	48.687	7.569	-	-	1.247	86	-	53	-	-	-	-	57.669
1967	50.929	10.076	-	-	10.863	297	-	470	-	-	-	-	72.635
1968	16.311	5.057	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.368
1969	59.320	13.942	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	73.270
1970	106.914	26.753	-	-	1.345	-	-	-	-	-	-	-	135.012
1971	141.914	37.120	450	-	-	1.509	-	538	-	-	-	-	180.701
1972	97.269	29.919	683	-	296	1.334	-	114	-	-	-	-	129.615
1973	62.979	23.349	2.662	-	108	88	-	-	-	-	-	-	89.186
1974	40.119	18.696	3.417	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.232
1975	39.841	18.290	7.470	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.601
1976	39.331	19.352	12.873	1.185	-	-	-	-	-	-	-	-	72.741
1977	71.437	39.270	9.757	7.966	-	-	-	-	-	-	-	-	128.430
1978	56.797	30.884	15.259	3.527	-	-	1	-	-	-	-	-	106.468
1979	51.943	20.061	8.226	8.525	-	-	-	-	-	-	-	-	88.755
1980	68.152	41.040	12.986	6.690	-	-	21	-	-	-	-	-	128.889
1981	54.886	35.202	10.673	17.197	-	-	14	-	* 3.971	927	9	144	119.052
1982	43.832	36.383	6.564	20.236	-	-	-	-	* 4.526	47	-	-	107.063
1983	52.175	44.081	13.199	14.515	-	-	-	-	* 3.442	-	-	-	123.970
1984	44.414	38.102	9.693	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.208
1985	43.181	39.016	1.424	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83.622

* Está incluído nas lavouras integradas. Obs.: a safra 1984/1985 foi a última da Fazenda Maciel. S.S. Cai – São Sebastião do Cai.

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. Relatório dos trabalhos executados pelo Departamento Agrícola da AGASA no período de abril de 1985 a março de 1986. Safra 1985/1986. Santo Antônio da Patrulha, 1986. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

Estes números evidenciam as dificuldades enfrentadas pelas famílias produtoras, sobretudo porque se tratava de pequenas propriedades situadas em áreas de topografia acidentada e de difícil acesso. Nesse sentido, a permanência como fornecedores da usina exigiu alterações no habitus e o desenvolvimento de estratégias específicas para viabilizar o cultivo e o transporte da cana. Assim, os produtores localizados no Morro da Borússia

permaneceram vinculados à AGASA até o encerramento de suas atividades. É importante salientar que essas famílias, em um primeiro momento, resistiram ao projeto de modernização da cultura canavieira; contudo, posteriormente, adequaram-se às novas exigências. Por outro lado, o fechamento da usina representou um forte impacto, trazendo grandes dificuldades econômicas e sociais para essas mesmas famílias, cuja trajetória estava profundamente vinculada ao fornecimento de cana.

Os depoimentos das famílias entrevistadas, nesta pesquisa, relatam a importância da cultura da cana de açúcar durante o período de funcionamento da AGASA, “*E aqui era roça de cana, no tempo que tinha a AGASA. Então isso aqui era tudo cana, aqui na frente. Não tinha árvore, não tinha nada*” (Entrevistado 16, set. 2024).

Não, cana, daí tu usava, tipo, tu aproveitavas aqui, tu adubava a cana, plantava feijão no meio. Porque eu me lembro que era, tipo, você pegava eu e mais 4, 5 irmãos, que os mais velho for saindo, né. Dava conta daquelas terras que eram 20 hectares, tu tinhas que dar conta de 16 hectares, 18 hectares de roça. Roça e potreiro, né [...] Fazia, pouco era potreiro. Então tu aproveitavas, plantava o milho. Quando era picado, que era o sustento que a gente tirava, era dali. O maço que tu comprava lá, no armazém, daí no armazém, nessa época que já tinha a AGASA, a mãe já não fazia essas quitandas mais, né. Ah, não vinha mais pra cá. Sim, não fazia mais. Ai a mãe cuidava da casa, né. Eu, minhas irmãs, era tudo desse. Mas daí, aí o pai, não cortava mais arroz. Quando começou a safra da AGASA, que aí começou uma maneira de, não digo, entrar dinheiro, porque a AGASA não era uma coisa que te dava dinheiro, mas, né, porque tu, mas tu conseguia sobreviver dali, que o dinheiro tu não tinha, mas, tipo assim, a comida nunca te faltava, que tu tirava na terra, né. E daí não precisava vir cortar arroz mais tarde. Não precisava vir cortar arroz, fazia da cana, né, da cana. Aquela época tu plantava feijão no meio da cana, tu tirava o feijão, aí tu tinha comércio, né, tu ia lá e trocava, na época tinha o armazém lá embaixo, que hoje tem um moinho lá, até hoje, né, que tem um moinho que funciona, onde agora é esse armazém, que a gente, o que que acontecia? Amanhã lá, o, tipo, o açúcar, essas coisas assim, amanhã, comprava, o armazém se segurava pra quando recebesse da AGASA, pra pagar, porque não, né, tu ia ver dinheiro quando tu fazia tu fazia tua safra, né. Tu fazia tua safra e ia entrar o dinheiro pra pagar essas contas que a gente mesmo (Entrevistado 8, set. 2024).

A renda da cana, que era entregue à AGASA, permitiu a melhoria das condições de vida das famílias, como explica um dos Entrevistados: “*Foi em 88, 89 que fechou a AGASA. Nessa época o meu pai trabalhava com muita cana. Foi aonde endireitou a Borrússia, que alguém pôde fazer uma casinha melhor, ter mais conforto dentro de casa, foi com a AGASA*” (Entrevistado 7, set. 2024).

Depois, a tal AGASA, a gente veio plantar cana e deu uma melhorada [...] A agricultura virou tudo em cana. Onde olhava aquilo era tudo em cana [...] Nós, naquele tempo, tínhamos, em média, quando era pouco, oito hectares de cana [...] Cana era muito, era muito desertado. Eu tenho uma ideia, só aqui na região que a gente botou no Borrússia, Baixada, Arroio Grande, Goiabeira, aqui, era mais de 2 mil produtores de cana. Só nós, era 8 hectares, só nós, aqui na nossa família. Tinha

gente que tinha 10, 12 hectares. Imagina, mais de 2 mil famílias, era... Era só cana, só cana. Aonde se olhava na volta (Entrevistado 4, ago. 2024).

Veio à AGASA já tinha plantação de cana por tudo aí esses machinhas aqui, tudo que tem aqui plantação de cana [...] eu lidei muito com a cana, plantava aqui, entregava na casa [...]o primeiro plantador de cana foi nós, primeiro ano que a AGASA abriu nós plantamos cana, ali na casa do Valdir, começamos aqui na beira da estrada e fomos pra baixo ,2 hectares de cana e deu um canão muito bom, pra nós tirar essa cana carreta de boi lá pra cima (Entrevistado 3, ago. 2024).

A penosidade do trabalho na lavoura de cana é mencionada pelas famílias, conforme segue os relatos dos Entrevistados 6 e 20 e Figura 14. “Caminhão, eu carreguei nas costas. Carregava cinco caminhões de dez mil quilos por dia, nas costas aí mesmo. Tudo carregado no ombro, nas costas” (Entrevistado 6, set 2024).

Aí foi onde nós trocávamos a mão de obra. Juntava, fazia o mutirãozinho Eu tenho o meu ombro aqui machucado de tanto carregar a vez de cana, e eu caía. Carregava muita cana nas costas, faltava gente no serviço de trabalhar, [...] na cana que mais era as famílias.

A gente trocava. Pra pagar nem mais dificilmente. A gente trocava a mão de obra, carregava, porque se fosse pagar[...]o meu pai pagava aqueles da AGASA, da baixada ali.

Se fosse pagar não sobrava mais nada, já não dava nada. Ele tinha um monte de filhos, né? E aí eles gostavam de ganhar um dinheirinho. Eles trabalhavam com a gente.

É, tinha. Tinha uns que trabalhavam pra ganhar melhor. Era uma época trabalhosa, mas boa. (Entrevistado 20, dez. 2024)

Já a falta de mão de obra é evidenciada na fala do Entrevistado 14, que revela os limites enfrentados pelas famílias mesmo quando ampliavam sua área de cultivo:

E eu cheguei a ser um produtor grande de cana. Eu cheguei a ter quase 14 hectares plantado numa área. Mas a média era menos. Era 7, 8 na média. Mas foi um ano que a gente plantou bastante. E a última vez que a gente colheu cano aqui foi com a foi com gente que a AGASA tinha trazido. Uns trabalhadores. De mina. Uns volantes.

Agora cara. Era de apavorar. Já não tinha mão de obra a AGASA não conseguia mais. A gente tinha os tratores pra recolher as leiras. Mas não tinha quem cortasse. Aí começou aqueles impedimentos de botar fogo na cana. Aí sim. Ficou muito difícil de colher. Essas antigas eles nem colhiam mais. Essas canas de dois anos a AGASA nem tinha como colher. E aí foi diminuindo, diminuindo. Mas quebrou. (Entrevistado 14, set. 2024).

Esse relato ilustra, de forma contundente, que a mecanização parcial da produção não solucionava o problema central da colheita, altamente dependente de mão de obra intensiva. Além disso, as restrições ambientais – como a proibição da queima da palha da cana –, intensificaram as dificuldades operacionais. Portanto, a escassez de trabalhadores, somada às novas exigências legais e ambientais, fragilizou ainda mais a sustentabilidade econômica da produção, contribuindo decisivamente para o declínio da atividade canavieira na região e para a crise enfrentada pelas famílias fornecedoras da AGASA.

Figura 14: Fotografia do carregamento manual de cana: momento da subida na prancha.



Fonte: CANA: plantações poderão atingir mil hectares. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 24, 28 set. 1979. In: Barroso (2006, p. 372).

O trabalho da AGASA na construção e melhoria das estradas de acesso é ressaltado nos depoimentos das famílias/entrevistados: “a AGASA entrou com trator de esteira, entrou com patrôla, pra poder o pessoal mandar; aí já entrava caminhão, entrava caminhão e

mandava safra pra AGASA. Tudo, quem mantinha todas as estradas era a AGASA” (Entrevistado 8, set. 2024). “[...] *as estradas, a maioria surgiu por causa da AGASA [...] estrada naquele tempo, o tempo da AGASA, tinha um trator, tinha uma patrôla, fazia onde queria [...] tinha que ter estrada pra não carregar muito longe. Carregar um caminhão leva um dia”* (Entrevistado 4, ago. 2024).

Os produtores de cana eram acompanhados e orientados pelos instrutores da AGASA com auxílio no preparo do solo, fornecimento de insumos (mudas, fertilizantes e venenos), fornecimento de crédito (utilizando recursos do banco do Brasil), auxílio médico e odontológico (para os sócios da cooperativa de canavieiros). Neste sistema a responsabilidade do produtor era o plantio, tratos culturais e colheita.

O relato do extensionista que trabalhou em Osório, no escritório da Emater, no período do final da AGASA, relata o sistema de apoio aos produtores.

Era o sistema da AGASA e o instrutor lá dizia, o que você quer plantar esse ano? Ah, eu quero plantar 3 hectares, semana que vem o meu rapaz vai pra lá e o caminho lá vai chegar com tanto saco de adubo, tanto saco de leite tanto saco de veneno ali é, e aí você tem que deixar as outras coisas que você tinha que fazer e aí você fazia plantava. Plantava e aí ele colhia ele capinava, ele cuidava da roça agora se fosse pra ele fazer isso, ele lá comprava o adubo e aí ele ia sair.

Mas pode tu ver, na verdade a AGASA era uma integração era a mesma integração, mas o plantio de cana ele era sazonal tinha trabalho forte na época, mas depois tinha uma folga (Entrevistado 18, set. 2024).

Este sistema ajudou a conformar, nos produtores, estratégias de sobrevivência, que incluíam a substituição das variedades de cana, a mudança no sistema de produção, o uso crescente de insumos (adubos e defensivos agrícolas) e a busca por crédito para financiar tais transformações. Essas práticas, em grande medida, seguiam a orientação dos instrutores da AGASA. No entanto, como todos os gastos da família eram quitados apenas no momento do recebimento da safra, gerava-se uma forte dependência dos produtores em relação à usina, comprometendo sua autonomia econômica.

Com a crise crescente, em 1990, a AGASA encerrou suas atividades, sendo determinada a transferência de seu patrimônio – isto é, a privatização – pela Lei Estadual nº 8.977, de 9 de janeiro de 1990. Nesse sentido, Barroso (2006), em sua excepcional tese *Moendas Caladas*, apresenta como conclusão uma série de fatores que contribuíram para o fechamento da usina, entre os quais destaca:

- a) a usina, na sua atuação, não conseguiu conciliar fim social com empresa lucrativa auto-sustentável;
- b) a usina liquidou a atividade artesanal (o que os canavieiros sabiam fazer) diante da imposição da lógica industrial;
- c) a usina, ao motivar a produção de cana em quantidade industrial, não garantiu o recolhimento da matéria-prima nos canaviais e o seu transporte, resultando desânimo e frustração;
- d) a usina, ao impedir a participação popular na sua direção, ainda que sendo estatal, acabou por marginalizar o canavieiro, que, não constituindo laços de pertença com a empresa, a ela não se aliou;
- e) a usina serviu para defender o Estado militar, e não a sociedade civil organizada;
- f) a usina, ao animar a implantação da rede elétrica em áreas dos morros da cana, levou os canavieiros – diante do trabalho penoso que enfrentavam, vislumbrando pela televisão o outro lado da realidade, nas cidades – a motivarem-se a migrar, abandonando os canaviais;
- g) a usina, através da orientação agrônômica que prestou, acabou por articular discursos contraditórios, que, visibilizados, favoreceram, mais ainda, a expulsão dos 633 canavieiros de suas terras; ditava ao minifúndio algumas regras que ela, em suas terras próprias, acabou por infringir (por ex.: a proibição de queimar a cana seca no minifúndio, como foi feito na Fazenda Maciel);
- h) a usina pagava o fornecedor de cana uma vez ao ano, enquanto o operário, na cidade, recebia todo final de mês (realidade crescentemente constatada e divulgada nos morros da cana);
- i) a usina tinha seus fornecedores de cana trabalhando com enxada e arado nos morros de pedra, em minifúndios, enquanto os fornecedores do Nordeste e de São Paulo tinham suas lavouras mecanizadas (a TV não escondia essa diferença);
- j) a usina gaúcha produzia açúcar com custo financeiro alto, em descompasso com as condições e os preços determinados pelo IAA para as lavouras do Nordeste, onde a produção era mecanizada, ao contrário da praticada no Rio Grande do Sul;
- k) a usina viveu um conflito empresarial como produtora de açúcar, com escassa matéria-prima, tendo que dividi-la com a destilaria implantada para produzir álcool;
- l) a usina trouxe trabalhadores “de fora” da região para atuarem na lavoura própria da empresa, em vez de articular estratégias de manutenção dos canavieiros, que, não ativados, acabaram por migrar, esvaziando os morros da cana e provocando um êxodo com números expressivos e significativos no conjunto das estatísticas do período para o estado;
- m) a usina produziu projetos e implantou ações em direção inversa aos canavieiros, com alto custo e sem conexão com os interesses e as necessidades dos trabalhadores da cana;
- n) a usina, já falida, comprou açúcar do Nordeste para prorrogar o fim da usina, quando os fornecedores já eram em número tão reduzido que não havia condição de sua sustentação;
- o) a usina, enfim, de um lado estava nas mãos dos fornecedores de cana, que demonstravam sua força e poder ao oferecerem, ou não, a matéria-prima para que ela produzisse; e de outro lado situavam-se o mestre do açúcar e seus colaboradores, que detinham o controle da produção. Independente dos comandos das secretarias da Agricultura e da Indústria e Comércio, bem como do da direção da empresa, a AGASA funcionaria se eles (fornecedores de cana, mestre do açúcar e ajudantes) assim o definissem. Ao final dos seus dias, a AGASA, através da “direção” dos que efetivamente a comandaram, teve o seu fim selado. Aqueles que foram preteridos no

processo da sua edificação acabaram por calar as moendas. (Barroso, 2006, p. 632-633).

O fechamento da usina é relatado pelas famílias como um marco decisivo, que representou uma profunda mudança na trajetória de suas vidas. A interrupção das atividades da AGASA significou não apenas a perda de um mercado para a cana-de-açúcar, mas também o rompimento de uma lógica produtiva que havia estruturado o habitus das famílias durante décadas. Diante desse cenário, os proprietários precisaram desenvolver novas estratégias de adaptação. Por um lado, muitos jovens buscaram alternativas de geração de renda por meio do trabalho assalariado em cidades próximas, inserindo-se no setor urbano-industrial. Por outro, alguns permaneceram nas propriedades e optaram por atividades que demandavam menor investimento e ofereciam retorno mais imediato, como o cultivo de samambaia ou a introdução do eucalipto.

4.1.7 “Chegou uma hora, acabou a AGASA”

O encerramento das atividades da AGASA no final da década de 1990 intensificou o processo de êxodo rural nas propriedades que produziam cana para a usina. A falta de mão de obra para o trabalho na cana, principalmente de jovens, foi identificada como um dos fatores que contribuíram para o encerramento das atividades da usina. Os jovens buscaram atividades na região metropolitana, no corte de mato (reflorestamento de pinus), nas indústrias de calçado e cidades da orla litorânea que apresentaram crescimento econômico e populacional na época.

Famílias canavieiras, ano a ano, crescentemente, passaram a migrar. Encontram-se hoje nas cidades que abraçam a capital metropolitana, e nela, especialmente nos bairros da zona norte. Muitos foram para Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão, Canoas. Em Novo Hamburgo, também em grande número, e em outros municípios da indústria calçadista, patrulhenses se instalaram.

Os filhos partiram; ficaram poucos pais. Daqueles, alguns, raros voltaram. Reavivaram suas lembranças das práticas canavieiras da sabedoria familiar e retornaram ao engenho ou ao velho alambique, para a produção de cachaça ou de rapaduras e açúcar mascavo. Era o que sabiam fazer, a herança que receberam dos antepassados, da tradição. Era a saída depois do desencanto com a cidade e suas mazelas. Ainda que vivas, essas memórias estavam veladas desde o tempo em que ouviam os apelos da usina erguida ao pé da serra, lá embaixo, à beira da lagoa (Barroso, 2006, p. 630).

Esse movimento de “migração” para as cidades, principalmente dos jovens, foi semelhante ao movimento dos europeus que vieram para a Colônia Borússia no início do século XX. As famílias se mudaram buscando escapar da pobreza, mas no final do século XX

a busca não foi por terra para produzir renda, mas principalmente para vender o trabalho como mão de obra, empregando-se em empresas.

Os depoimentos de pessoas que saíram e voltaram para as propriedades revelam as dificuldades com a saída da propriedade e como a trajetória individual (escolaridade, conhecimento da família, idade....) conformada no habitus, determinou as escolhas realizadas no momento de mudança de atividade. O conhecimento adquirido principalmente com o trabalho na agricultura, especialmente na produção de cana, e a baixa escolaridade influenciaram nas opções de trabalho. As principais alternativas relatadas foram as empresas de reflorestamento da região e as empresas relacionadas à construção civil, principalmente nas cidades do litoral.

As famílias que permaneceram na propriedade depois do fechamento da AGASA recorreram aos conhecimentos adquiridos em suas trajetórias para buscar alternativas. Os depoimentos das famílias destacaram a importância de atividades extrativistas como as utilizadas pelas famílias na chegada na propriedade, o principal exemplo é a coleta de samambaia-preta³³. As famílias deixaram de garantir sua renda com a entrega de cana para usina e passaram a coletar samambaia e entregar para comprador garantindo a permanência na propriedade.

Eu comecei com a samambaia.

Onde tivesse a samambaia a gente arrendava ou comprava de outros. Ai comprava de outros que tirava e repassava. Vai até hoje. Então até hoje ainda tiro a samambaia. Eu ganho rápido e faço. E com madeira também. Trabalho com lenha. (Entrevistado 07, set. 2024).

Ai depois fechou a AGASA, o pessoal ficaram meio sem eira nem beira. Começou a criar um gadinho aqui, outro gadinho lá. Plantava pra comer.

Ai veio a samambaia. Quando apareceu essa tal samambaia, se der pra dizer o quê, uns trinta anos já. Trinta anos. Até já morreu o primeiro que tiraram a samambaia. Ai começou a aparecer a venda da samambaia. Ai meio que o bando quis dar uma trancada, fizeram uma reunião, explicar o que causa, o motivo, a razão. O pessoal estava desorientado. A AGASA era a principal naquele tempo. Alguma coisa. Ai liberaram, até hoje. Então ainda tem gente que vende da samambaia, e outro planta pra comer. Tá assim. (Entrevistado 4, ago. 2024).

[...] a samambaia é produção daqui. Na época até se complicava muito com o meio ambiente, a samambaia destruiu a natureza, mas era o contrário, a samambaia preserva a natureza, porque ela só dá no meio da floresta. Dá, melhor. E como a samambaia é um produto renovável, que não tira a raiz da samambaia, só se tira a

³³ A espécie *Rumohra adiantiformis*, conhecida como ‘leatherleaf’, ‘seven-weeks-fern’ e no Brasil samambaia, samambaia-preta, verde ou silvestre é um recurso florestal não madeirável que se tornou de grande expressividade nos mercados de flores americanos, europeus e japoneses, a partir da década de 1960. O produto consumido é a fronde verde utilizada na confecção de arranjos florais (In: Gabriela Coelho de Souza; Fátima Miranda Pereira; Rumi Regina Kubo. O Extrativismo da Samambaia-Preta no Rio Grande Do Sul, UFRGS, 2008).

folha. Então daí foi pra um ponto que na época era o Ibama, eles acharam que era viável tirar samambaia que até hoje eles tiram. (Entrevistado 2, ago. 2024)

O Plano de Manejo da APA Morro de Osório (2006) relata a importância da extração da Samambaia:

[...] a extração da samambaia talvez passou a ser hoje a principal estratégia assumida por muitos agricultores do litoral norte visando permanecer na terra e continuar a manter um tipo de relação social vinculado às relações familiares de produção. Conforme o mesmo estudo, o desenvolvimento da samambaia na região do litoral norte foi beneficiado pela diminuição das queimadas e pelo abandono de boa parte das áreas de roça na Mata Atlântida. No caso específico, da região da APA Morro de Osório, podemos levantar como hipótese que o desenvolvimento da samambaia tenha ocorrido pelo abandono da cultura extensiva da cana de açúcar.

[...]. A lógica da produção que sobressai estes agricultores que exploram a samambaia é ter esta atividade econômica como um ganho extra. Mas na maioria dos casos, a renda mensal oriunda da exploração da samambaia ultrapassa os ganhos médios mensais com o cultivo de outros produtos. (Plano de Manejo da APA Morro de Osório, 2006 p. 84). (grifo do autor).

A retirada da madeira, atividade presente na trajetória da maioria das famílias, foi retomada como alternativa de renda no momento da paralisação da AGASA. Nesse contexto, o plantio de espécies destinadas à produção madeireira, em especial o eucalipto e a acácia-negra (*Acacia mearnsii*), ganhou destaque como estratégia de ocupação das propriedades. Essa mudança de atividade não ocorreu de forma isolada, mas foi estimulada por políticas públicas municipais, que incluíam a entrega de mudas e a oferta de orientações técnicas sobre o manejo dessas culturas. Além disso, é possível afirmar que o habitus das famílias, já familiarizadas com a exploração da madeira desde a chegada à região, exerceu forte influência nessa escolha, conformando um padrão de continuidade histórica em novas circunstâncias socioeconômicas. O Plano de Manejo da APA Morro de Osório (2006), inclusive, reconhece a relevância dessa atividade no território, destacando sua presença no uso do solo local.

O cultivo do eucalipto e da acácia na região obedece a seguinte lógica: de um lado o agricultor vê no eucalipto e na acácia uma poupança, pois é só esperar alguns anos e o produto chegará com um preço superior ao dos produtos agrícolas cultivados, por outro lado, é uma forma de segurar o desenvolvimento da capoeira, pois na concepção do agricultor o crescimento da capoeira significa, irreversivelmente, perda de área de cultivo. (Plano de Manejo da APA Morro de Osório, 2006 p. 84-85).

Levantamento da ocupação da área chama a atenção para importância como geração de renda e os riscos decorrentes do plantio de pinus, espécie exótica invasora proibida a partir da Portaria SEMA n.º 79/2013.³⁴

Em toda a parte superior da APA ocorrem plantios de espécies exóticas, principalmente eucalipto e acácia negra, todos em pequena quantidade. Próximo ao limite nordeste da área da APA está a maior área de plantio de pinus presente na APA, com aproximadamente 8 ha plantados. O cultivo de espécies exóticas deve ser encarado como potencial fonte de renda ao produtor, todavia a execução dos plantios deve ser realizada com critérios técnicos, dentro de uma Unidade de Conservação. Nas áreas de entorno dos plantios de pinus pode se perceber que com o passar do tempo, devido a fácil dispersão das sementes através do vento, ocorre uma propagação da espécie em meio às áreas de entorno ao plantio, que compete com as espécies nativas, onde se observam brotações de pinus em meio às áreas de capoeira e mata nativa. (Plano de Manejo da APA Morro de Osório, 2006, p. 47).

O levantamento da ocupação da área chama a atenção não apenas para a importância do plantio de espécies florestais como fonte de geração de renda, mas também para os riscos associados ao cultivo de espécies exóticas. Nesse sentido, destaca-se o caso do pinus, classificado como espécie exótica invasora e cuja utilização foi proibida pela Portaria SEMA n.º 79/2013. Assim, se por um lado o cultivo florestal representou alternativa econômica relevante para as famílias após o fechamento da AGASA, por outro lado trouxe consigo desafios ambientais e legais, que evidenciam a necessidade de conciliar estratégias de sobrevivência econômica com a preservação ambiental.

Outras alternativas de geração de renda foram surgindo, como é o caso das famílias que passaram a trabalhar com jardinagem. Esta atividade é exemplo de como a trajetória das famílias, suas experiências na agricultura, conformou o seu habitus e quando foi necessário trocar de atividade, com o final da AGASA influenciou suas escolhas. Essa mudança somente foi possível com a aquisição de conhecimento de outras famílias que trabalhavam com isso no litoral, isso demonstra como o habitus vai se conformando com a mudança da realidade, a cada momento. A escolha da atividade permitiu a permanência das famílias nas propriedades,

³⁴ “Considerando ainda que: as espécies exóticas invasoras produzem mudanças e alterações em propriedades ecológicas do solo, na ciclagem de nutrientes, em cadeias tróficas, na estrutura, dominância, distribuição e nas funções de ecossistemas, na distribuição da biomassa, em processos evolutivos e em relações entre polinizadores e dispersores; as espécies exóticas invasoras podem produzir híbridos ao cruzar com espécies nativas e eliminar genótipos originais, ocupar o espaço de espécies nativas levando-as a diminuir em abundância e extensão geográfica, além de aumentarem os riscos de extinção de populações locais. Resolve :Art. 1º Ficam reconhecidas como espécies exóticas invasoras no estado do Rio Grande do Sul as espécies de flora, fauna e de outros Reinos relacionadas” (Portaria SEMA n.º 79/2013, disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=261368>, acessado em 28 de janeiro 2025)

inicialmente produzindo grama e realizando plantio, e depois, adquirindo a grama de outros locais, vendendo o serviço de plantio e jardinagem.

4.2 INDÚSTRIA

Desde o final das atividades da AGASA foi realizada busca por alternativas econômicas para as propriedades no morro da Borússia. Várias políticas públicas foram implementadas para incentivar atividades como a produção de leite, de frutas, implantação de agroindústrias e desenvolvimentos de ações para o auxílio na comercialização da produção das propriedades.

A maioria das estratégias desenvolvidas foram frustradas por vários motivos (falta de matéria prima, falta de mão de obra, dificuldades na legalização e na comercialização) conforme informam os depoimentos das famílias/entrevistados 8 e 5.

Aí foi onde que eu peguei, vendi a minha casinha que eu tinha que ir e fui pra lá investir. Investi lá em vaca. E comecei a tirar leite, rapaz. E comecei a tirar leite. Isso era da CORLAC na época. Aí o Carlinho pegava e eu vinha, eu tinha um cavalo na carroça, eu trazia um leite de carroça. E aí me ofereceu uma oportunidade de começar a vender leite particular. Sabe assim? Picadinho assim. Daí eu investi, porque eu investi em resfriador, investi em ordenha. O pessoal daqui eu não me lembro de ti, mas me lembro mais do Pedro. Ah, eles apoiavam muito o cara, sabe? Quando o cara precisava eles vinham, conversavam contigo. Aí foi onde que eu peguei e comecei. Daí eu cheguei em uma época de estar com 3 mil e eu entregava assim, um dia sim, um dia não. Eu entregava a média de 3.500 litros de leite por mês. Por mês, na rua aqui. Foi aonde que daí eu conseguia, que aí eu comprei o carrinho, trazia de carro, não era de carroça mais. Entregava aí o leite, mas eu só trabalhei com leite assim uns 8 anos, eu acho. Mas aí é onde começou, bater a fiscalização. E aí pegando o pé que não podia, aquilo ali, que eu no leite, o que que acontecia? Eu já trazia um feijão, eu trazia um aipim e eu vendia tudo isso aí. Vendia tudo aqui embaixo. E aí a fiscalização começou a bater, e bater, e bater, e eu tive que parar. Tive que parar com tudo, né? E eu tinha até na época assim, rapaz, eu tinha dívida no banco, porque isso aí eu não comprei. Tipo, o investimento que eu fiz na época de resfriador, ordenha, e por mais que eu tinha investido um pouco de vácuo, eu tinha comprado, porque eu fui lá pra cima, e a primeira coisa que eu fui pra cima, eu não comprei as vacas. Eu fui pra lá, preparei as terras, plantei cana, preparei potreiro. E aí começaram a bater, bater, bater, que não podia, não podia, e então eu tive que abandonar, abandonar isso aí, e lá vai eu de novo. Peguei e vendi, né, na época, vendi minhas vacas, que eu tive um prejuízo na época, também, né, tipo, de perder umas vacas, por tuberculose. Na verdade, morreu uma, e aí eu tive que levar uma veterinária pra lá, fazer e levar pra lá. Sacrificar. Sacrificar, né. Foi um monte que o tombo maior que eu tive foi aí, né. Na época de comprar a vaca fora aí, pelo pouco de conhecimento que eu tinha, e levar daí pra lá, e aí foi um baque graúdo, porque só ali eu perdi, assim, de descarte, na época, oito vacas. Olha só que prejuízo. Oito vacas, assim, indo pro matador e descartado. Mas, é que eu disse, eu nunca fui desistir, né. (Entrevistado 8, set. de 2024).

Nós começamos a trabalhar nessa terra, e produzir, e inclusive a gente conseguiu fazer uma agroindústria, depois de algum tempo a gente estava aqui. De suíno, abate, fazia produto artesanal, e vendia na feira.

Trabalhamos 16 anos aí na feira. Acho que 2008 nós começamos. Eu já ia pra feira, mas não com o produto nosso. Eu ia pra feira com o produto da cooperativa da nossa comunidade vizinha.

Nós fazíamos... Da Baixada . Eu já fazia feira antes, mas o nosso mesmo, o meu produto, foi depois, uns anos depois. Eu acredito que lá por 2008, 2009, que aí nós fomos com o suíno.

[...] Porque quando nós começamos a agroindústria, a gente fazia todo o processo na propriedade. Nós criávamos os animais, nós tínhamos o berçário, os leitões. Daí veio a primeira... Saiu a primeira parte, que essa lei ambiental, ela foi sendo aprovada em etapas.

A primeira etapa proibiu a criação em escala, em toda essa área. Daí foi o ano que a gente não conseguiu mais criar dentro da propriedade. E o outro matador vizinho, Os Dalpiaz criavam ali, tiveram que parar a criação também.

E aí o que a gente fez? A gente conseguiu uma parceria com um amigo nosso e ele tinha uma fazenda lá embaixo. Quem vai pra Tramandai é o Osório ali ainda. E aí ele passou a criar os animais lá pra nós abater aqui.

Senão nós tínhamos que fechar a agroindústria, porque não tinha mais como... Isso foi mais ou menos em 2010, 2011 por aí. Eu acho, mais ou menos. Aí a gente foi pra lá e aí a lei começou a estreitar o espaço da gente. A gente tinha uma quantidade estabelecida de quilos por abate. Abatia um dia por semana. Porque não podia gerar poluição. Até que não teve mais como manter a agroindústria. E aí nós vivíamos disso ali, da agroindústria mesmo. Da propriedade. (Entrevistado 5, ago. de 2024).

Estes depoimentos relatam trajetórias de famílias de agricultores familiares que viveram a experiência do processamento da produção em agroindústria na propriedade com a produção de carne suína e com a produção de leite. A falta de conhecimento e orientação aliadas às dificuldades com a legalização influenciaram muito no fracasso destas agroindústrias. O habitus está em constante mudança e o fracasso destas famílias, além de outras experiências, contribuiu para conformação no habitus das famílias da afirmação que “não dá certo” agroindústria da agricultura familiar na região.

Ocorreram outros casos como os abatedouros de suínos ou frigoríficos implantados nesta época (Frigorífico Borrússia e Frigorífico Dalpiaz). Os depoimentos relatam a história destes empreendimentos demonstrando a importância da trajetória dos envolvidos, os habitus conformados por estes agentes, os diversos capitais disponibilizados e as estratégias adotadas.

O depoimento do representante do Frigorífico Dalpiaz apresenta a trajetória da família com a produção de suínos e a construção do frigorífico. O relato ajuda esclarecer uma dúvida “[...] eu sempre olhei essas indústrias como um jabuti o em cima de um poste eu não sei como elas pararam lá eu não consigo explicar” (Entrevistado 14, set 2024). A experiência do Sr. André Dalpiaz com produção de suínos utilizando alimentação (farelos e concentrados) de

outros locais transportados com caminhões da sua empresa de beneficiamento e comercialização de arroz permitiram montar uma grande criação de suínos.

E aí esse meu tio, um tio meu desses, da nossa família aqui, da arrozeira e do supermercado e tudo e tal, partiu para o lado do suíno, começou uma criação de suíno lá em cima na Borrússia. Isso aí por volta de 78, por aí, eu acho que ele começou isso aí. [...] ele fez uma área grande ali, fez uma área grande ali para ele, e chegou a ser um dos maiores produtores também independentes do estado. Olha só. Ele tinha muito porco, para a época era abismo assim, a criação dele.

E aí esse meu tio me convidou para nós fazermos o frigorífico. E aí eu, ele e mais quatro funcionários dele que trabalhavam com ele lá. O que tinha de muito diferente, que é hoje, é que naquele tempo, há 40 anos atrás, digamos assim, não tinha nenhuma árvore aqui. Não tinha nada. Quando nós começamos o frigorífico, faz 30 anos, a gente subia o morro, subia não, descia. Desde a primeira curva lá, tu enxergava tudo, até a Tramandai, o morro todo. Hoje tu não enxerga mais nada.

[...] Não, aí nós tínhamos lá, éramos seis sócios. E aí fomos trabalhar tudo, construímos primeiro o frigorífico. Ah, os prédios ali. Os prédios, as coisas, tudo lá. Quando estava tudo pronto, assim, não de uma hora para a outra, mas daí eles se desligaram do meu time, que eles eram funcionários do meu time. Aí eles se desligaram e foram trabalhar no frigorífico.

Nós todos, cada um deu o seu que tinha. Ah, era uma sociedade, cada um entrou com uma parte para fazer. Entrou com uma parte e fizemos tudo. E depois quando comecei pequenininho maquinário assim de fundo de quintal. Sim, e aí no começo era o melhor que conseguia. Isso aí, a máquina de embutir era de manivela, porque a gente tocava manivela. A amassadeira era de 30 quilos. Então era tudo umas coisas assim. Aí quando a gente começou, que deu resultado, começamos já, graças ao bom Deus, dando resultado e tudo, e era só trabalhar. Aí arrumamos um financiamento.

E aí... Primeiro começava, depois entrava a definição. Isso. E aí já abrimos a fábrica, já compramos um maquinário novo, e maquinário tudo mais moderno. Tudo... como é que eu vou te dizer? Tudo... não é eletrônico, mas... Tudo automático. Tudo automático, é. Tudo automático. Não precisava ficar a vida inteira. Era tudo, embutidora a ar, e as amassadeiras elétricas, tudo, tudo assim. Então fomos fazendo isso aí já.

[...] Eu acho que os dois frigoríficos fizeram a Borrússia. Os dois frigoríficos deram vida para a Borrússia. E até então não tinha. Não tinha nada ali, não tinha nada. Não tinha restaurante, não tinha estrada, não tinha nada, nada, nada. E os frigoríficos ali é o que puxou tudo. Puxou estrada, puxou inúmeros empreendimentos que tem ali hoje. Puxou aquele restaurante do Dodô. (Entrevistado 16, set. de 2024).

O relato do extensionista da Emater sobre a abertura do Frigodal e do Frigorífico Borrússia apresenta informações sobre o início das empresas. O Frigodal iniciou tendo alguns funcionários da criação de porcos como sócios, mantendo o controle da empresa com o Sr. André Dalpiaz. Esta estratégia capitalizou a empresa possibilitando a mudança de atividade de produção de suínos para o abate e processamento de carne suína. O Frigorífico Borrússia somente foi possível, porque a trajetória da família permitiu acesso ao mercado.

[...] aí ele diz perai você vai ser o primeiro que vai saber disso de fora daqui eu vou montar um abatedouro ... aí eu disse, mas e a seguridade aí você vai demitir os coitados disse não mas você é tudo meu sócio mas ele tinha já uma criação grande

de porco naquele dia naquele dia ele me puxou coisa da gaveta hoje nós estamos com 4973 animais e eu não estou ganhando dinheiro eu só produzo pros outros ganhar dinheiro eu perguntei mas por que o senhor vai abater? porque eu passei a vida toda não sei quanto tempo mais de 10 anos produzindo porco pro abatedouro lá de Taquara mandava pra Taquara e depois nasceu o Borussia e ele já estava fornecendo uns 3, 4 anos pro João e o João já tinha aumentado duas vezes o abatedouro dele e o Santo André lá de Taquara ele disse rapaz já conheci o Santo André era uma coisinha assim hoje os caras estão com mega frigorífico eles compram porco meu porco, eles ganham dinheiro e eu só trabalho pra eles eu vou ganhar um pouco de dinheiro também e esses guri, esses coitados aí, trabalham feito os doidos, ganham muito pouco também não conseguem pagar muito eles vão arrumar a vida de todos eles mas como é que o senhor vai fazer isso? eles não têm dinheiro pra como é que eles vão arrumar dinheiro pra ser sócios desses troços? eu já fiz levantamento cada um tem uma poupancinha e aí cada um tem um carrinho também eu vou ajeitar, eu vou ficar com 51% eles vão ficar com 49% e aí nós vamos fazer uma empresa, mas com sociedade eu lembro se fosse hoje o senhor André, o que o senhor está fazendo aí é uma coisa de uma importância bárbara, o senhor está fazendo uma empresa cooperativa eu quero fazer isso eu quero deixar essa gurizada e também quero ganhar um pouco de dinheiro porque até hoje eu só trabalhei mas o senhor André, mas o senhor hoje está ganhando dinheiro hoje o porco está bom tinha aumentado ele mostrou um gráfico lá eu disse não, não, eu só estou tirando o que eu perdi aqui estava assim e aí eu disse eu empatei.

[...]

*o Dodô já começou direto de um açougue no matadouro o João é outra história eles foram pra trabalhar aí botaram o mercado em Tramandaí, quebraram e voltaramaí chegaram ali não tinha muito o que fazer aí eles fizeram as roças roça de feijão e batata e começaram a abater porco aí no final de semana eles ainda abatiam dois porco faziam linguíça, botavam um corcelzinho, daqueles quadradinhos desse tipo e iam pra trabalhar aí lá eles tinham bastante conhecido e lá eles abasteciam foi assim que eles começaram eles não criaram o porco, eles faziam porquinho de chiqueiro, no final e eles começaram junto porque a Sandra me disse que o Edson e eles lá quando eles foram pra feira era mais ou menos, o Dodô tava começando eles tinham junto até naquela época que daí eles foram pra feira e depois o Edson foi de outra forma, eu conheci o Dodô lá o João e o Didi abatendo na garagem do João que era atrás daquele campo ali era uma garagem e eles botavam dois bancos, aqueles bancos compridos e começaram com dois porcos por semana ,aí depois que eu passei lá eles já estavam abatendo quatro porcos e daqui a pouco foi oito e aí aquela garagem não cabia mais, só que daí, tipo assim ,foi nisso porque **eles já tinham mercado, eles já tinham pra quem entregar esse mercado que eles tinham era o mercado que eles conheciam** lá em Tramandaí levar pra um mercado pra um armazém, pediu particular também, não era aqui em Osório , era em Tramandaí e o Edson quando começou pra Osório o Edson o pai dele era dono do mini mercado lá em São Leopoldo e aí o Edson ele começou a abater eles vieram pra cá ele começou a abater e levava pulando lá pra terra dele pro mercado dele ele levava no fim de semana ele levava os dois porco que levava pra lá e aí depois eles começaram a fazer a fila e aí ele começava a fazer a feira e domingo ele abatia e levava de novo no meio da semana todo sábado ele fazia pra cá depois ele abandonou lá e começou só a feira aí ele abatia acho que era chegou a bater 6...8 por semana. (Entrevistado 18, set. de 2024, grifo do autor).*

Figura 15: Frigorífico Dalpiaz. – FRIGODAL



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Frigodal_-_F%C3%A1brica_de_Produtos_Su%C3%ADnos_Dalpiaz_-_Cia._Ltda...JPG, acessado em 10 de fev. de 2025.

O levantamento da ocupação da área chama a atenção não apenas para a importância do plantio de espécies florestais como fonte de geração de renda, mas também para os riscos associados ao cultivo de espécies exóticas. Nesse sentido, destaca-se o caso do pinus, classificado como espécie exótica invasora e cuja utilização foi proibida pela Portaria SEMA n.º 79/2013. Assim, se por um lado o cultivo florestal representou alternativa econômica relevante para as famílias após o fechamento da AGASA, por outro lado trouxe consigo desafios ambientais e legais, que evidenciam a necessidade de conciliar estratégias de sobrevivência econômica com a preservação ambiental.

Pra ter uma renda a mais. Porque assim, o inverno é grande E a mulher gosta da sua independência, né A mulher gosta de evoluir Gosta de ter O seu próprio dinheiro, né A gente muda, né aí eu trabalhei com ele 21 anos na agricultura Só que também com problema de coluna é muito complicado, né aí preferi eu trabalhar no frigorífico Trabalhava de pé não machucava as costas. Tinha o meu dinheiro. Tem uma coisa mais garantida, né.

[...]tem bastante gente daqui tem bastante gente daqui, do morro mesmo, que trabalha ali... Foi trabalhar pra ter uma renda Sim, pra ter uma renda a mais porque assim, a roça tu planta Tu não sabe se tu vai colher Dá uma chuva, dá uma coisa, tu não sabe se tu vai colher É uma coisa incerta, né Incerta Então alguém tem que ter uma renda Certa pra não Pra poder ter uma entrada.

Aquela empresa ali Resolveu Ela resolveu muito a vida De muita gente aqui no morro Ela deu uma estrutura familiar muito boa Pro morro, sabe O frigorífico em si, assim Meus filhos tem casa Tudo trabalhando ali Construíram ali O meu pequeno agora foi trabalhar, tá com 19 anos Foi trabalhar lá de jovem aprendiz Dai já tá trabalhando Já foi trabalhar, comprar o carrinho dele Então assim Vai evoluindo, né E ajuda muito, o frigorífico aqui em cima do morro Ajuda muito o pessoal Ajuda muito o pessoal, porque Tu não tem terra pra trabalhar Se tu for trabalhar, todo mundo tem terra Pra trabalhar, pra viver da agricultura As pessoas moram aqui, mas a maioria não tem muita terra Ai vão viver como, de agricultura Só da agricultura (Entrevistado 6, set 2024).

Aí vem o frigorífico dar um emprego Às vezes o gurí se anima para ir para o outro lado , conhecer Não tem emprego para tudo Não tem emprego para tudo Ajudou bastante Talvez se não tivesse O frigorífico, tinha menos gente Porque daí Como é que essa gurizada ia ficar (Entrevistado 4, ago. 2024).

Nesse mesmo contexto de busca por alternativas de renda, o depoimento de uma agricultora familiar, que também atua como funcionária de frigorífico, ilustra a importância do emprego para a manutenção das famílias no campo, sobretudo para os jovens. A possibilidade de gerar renda fora da propriedade, sem abrir mão da permanência nela, revela-se fundamental para a continuidade do vínculo com a terra. A estratégia de vender a força de trabalho como forma complementar de subsistência aparece em diferentes momentos das trajetórias familiares: os avós cortavam arroz nas granjas, os pais cortavam madeira nas empresas de reflorestamento e, atualmente, os filhos encontram oportunidades de emprego nas cidades ou nos frigoríficos.

4.3 TURISMO

A saída das famílias em decorrência do encerramento das atividades da AGASA, em 1990, resultou no aumento da comercialização das propriedades. Nesse contexto, melhorias nas condições de acesso, comunicação e divulgação da paisagem do Morro da Borússia, associadas à criação da APA Morro de Osório e à chegada de novas famílias, configuraram fatores decisivos para transformar a forma de uso das terras. Como consequência, intensificou-se a valorização da paisagem local e o interesse em explorar economicamente o espaço rural a partir de novas práticas.

Assim, ganhou destaque o uso turístico das propriedades, com a recepção de visitantes e a oferta de serviços de hospedagem, alimentação e recreação, tendência que vem crescendo de maneira expressiva na área da APA Morro de Osório. Esse movimento evidencia a transição de um uso predominantemente agrícola da terra para usos diversificados, associados ao lazer e ao turismo. Nesse sentido, a emergência dessa atividade dialoga com o conceito de

nova ruralidade. Ao discutir essa perspectiva, Santos (2008) ressalta que “o novo rural trata de bens e serviços, que anteriormente eram autoconsumidos e que, com o passar dos anos, passaram a ser vendidos como mercadorias” (Santos, 2008 *apud* Gamba, 2022, p. 20).

Figura 16: Restaurante no Morro da Borússia.



Fonte:

https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTzmhel9lbfCLwtgU3d-3NIoqcfFMSXrJqKbUcMIO8_W04AAkcmVlt_LwL3oA&s, acessado em 13 de fev. 2024.

A maioria das famílias que atualmente desenvolvem atividades ligadas ao turismo relata, em sua trajetória, a existência de fontes de renda externas à propriedade, as quais possibilitaram os investimentos necessários para essa mudança de atividade. Desse modo, evidencia-se que o turismo rural não surgiu de forma espontânea, mas como resultado de estratégias acumuladas ao longo do tempo. Os relatos mostram que algumas famílias possuíam experiência prévia no comércio e, em outros casos, um conhecimento ou “vivência” adquirida como usuárias de serviços turísticos. Consequentemente, essa experiência prática foi incorporada ao habitus das famílias, conformando a percepção da propriedade não apenas como espaço agrícola, mas também como potencial para a prestação de serviços relacionados ao turismo rural.

Nesse sentido, o depoimento da proprietária da área onde está localizada a Cascata da Borússia chama atenção para a importância da mudança na “realidade” de cada família como elemento central na conformação do habitus. A vivência individual e coletiva, ao redefinir a

percepção sobre a terra e suas possibilidades de uso, contribuiu para legitimar o turismo como alternativa de renda e de permanência no território.

Figura 17: Cascata da Borússia.



Fonte <https://jornalmomento.com.br/brasil-tem-2-175-municipios-turisticos-diz-publicacao/>, acesso em 10 de fev. de 2025.

Em algumas situações as transformações no ambiente exigem a mudança de atividade da propriedade, como o depoimento a seguir:

*[...] já pelos anos de 1990, eu acho. **O pessoal foram descobrindo a cascata,** começou bem assim mesmo. E começou a invasão. E como meus filhos eram pequenos, meu marido trabalhava em outra área, eu trabalhava também, a gente não tinha condições de... de pelo menos observar o que acontecia, né. Começou a invasão. E aqui a gente tinha... Essa área aqui era lavoura, um pedaço era um campinho onde a gente criava as vacas. E foi ficando insuportável. Pelo lixo, pela invasão, quando a gente percebia que tinha gente acampado. Foi ficando muito complicado. Teve uma época muito complicada. (Entrevistada 12, set. 2024, grifo do autor).*

O reconhecimento da melhor qualidade de vida nas propriedades foi importante para muitas famílias fazerem a opção de mudança para o Morro da Borússia. “[...] a maioria dos proprietários que pousavam aqui no morro, principalmente os primeiros, vieram comprar um

sítio para se aposentar e descansar. Aí viram uma oportunidade de fazer uma cabana, fazer outra, e fazer uma pousada, assim, nasceu.” (Entrevistado 11, set 2024).

A instalação de pousadas apresentou-se para algumas famílias como alternativa de uso das propriedades. Os depoimentos relatam a intenção de melhor qualidade de vida e a importância da participação da família e das instituições (Prefeitura, Emater, Sindicatos, Senar) para a viabilidade do turismo nas propriedades.

Em 1990, meus pais compraram essa propriedade pra passar fim de semana. Uma área de lazer, assim. Tinha mercado em Tramandaí e queria ter uma área, assim, rural pra vir desopilar um pouco.

[...] E vieram morar aqui pra se aposentar, mas tendo uma veia, assim, meio empreendedora, eles não conseguiam descansar, ficar parados, e novos ainda, assim. Aí eles começaram a fazer umas estufas pra plantar. Participavam da feira do produtor em Osório. E a minha mãe fazia muitos quitutes, fazia os pães, cucas, rapaduras, diversos tipos de rosquete, bolachas, decoradas. E vendiam lá e o pai vendia as hortaliças deles e verduras. E daí, com a feira, o pessoal queria vir aqui visitar a propriedade pra ver como que era feito. Porque tinha forno de barro, queriam ver as estufas. E aí, com isso, uma pessoa da Secretaria de Turismo de Osório começou a fomentar. E falaram, ah, podia fazer uns roteiros, uns cafés lá em cima. Tipo, o pessoal ia visitar e tomar esses cafés.

*Aí eles começaram a fazer isso na casa deles ali. E esse pessoal, quando vinha, adquiria os produtos, caminhava na propriedade, conhecia, achava muito bom, muito silencioso. E falava, que bom se desse pra ficar aqui hospedado e **aí, os s velhos já ascenderam numa outra start.** Os filhos nem mais nenhum em casa, a casa era grande, eles começaram a ajeitar os quartos pra receber o pessoal. E começou assim.*

[...] Quando eles vieram pra cá em 98, eu não vim pra cá. Eu tinha 16 anos, tinha ido embora pra São Gabriel, terminar os estudos e me alistar pro exército. Então eu vinha visitar, acompanhava o que eles estavam fazendo, porque o meu contrato era de sete anos no exército. Então, quando eu saí de lá, eu já sabia que eu viria pra cá. Eu fui fazendo uma casinha aqui pra mim, vim morar e tal e depois de sair de lá, poder ajudá-los aqui. Aí foi quando eu vim em março de 2007 (Entrevistado 13, set 2024, grifo do autor).

Neste contexto, o surgimento da oferta de casas para recepção de pessoas nas propriedades, em um serviço de “economia compartilhada” utilizando plataformas como Airbnb é uma realidade nas propriedades localizadas na APA.³⁵

³⁵ A economia compartilhada vem crescendo e se espalhando rapidamente pelo mundo. É caracterizada pela não propriedade, acesso temporário e redistribuição de bens ou serviços materiais (Belk, 2014), sendo coordenada por meios digitais. Com a popularização desta nova tendência, novos mercados surgiram devido às mudanças nos padrões de consumo, criando novas oportunidades de negócios. Essas novas oportunidades de negócio impulsionaram o empreendedorismo, que pode ser descrito como a criação e operação de negócios e organizações, iniciado através de uma mudança ocorrida por uma inovação (Zhao, Ritchie, & Echtner, 2011). Algumas das organizações que fazem parte da economia compartilhada são: Airbnb, Uber, Netflix e Spotify. Fonte :Carolina Pinto do Nascimento. O papel do Airbnb no Turismo Empreendedor: fatores motivacionais e o impacto da pandemia. Dissertação disponível em [Carolina Pinto do Nascimento](#), acessado em 13 de março de 2025.

Figura 18: Pousadas no Morro da Borússia.



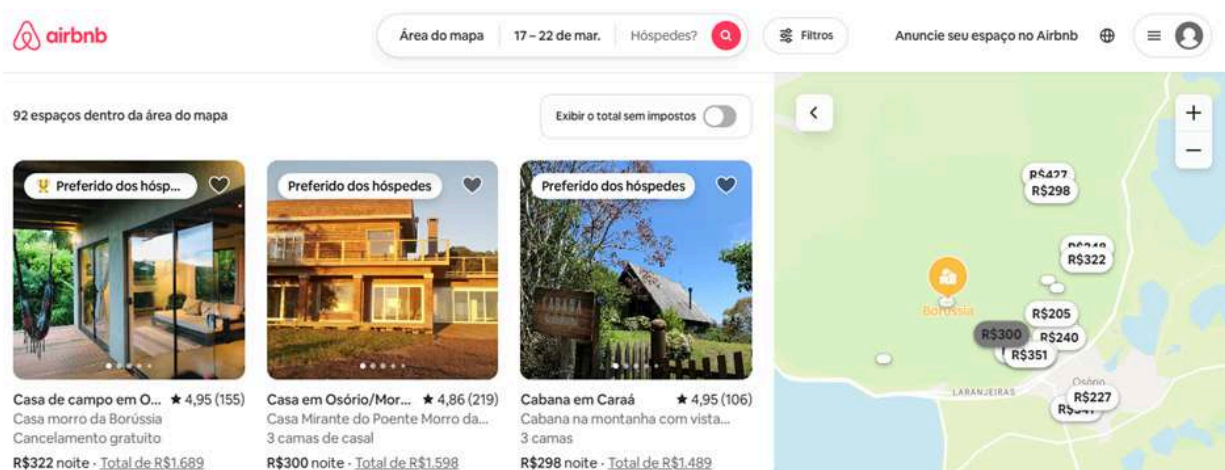
Fonte <https://pousada-esperanca-95520-000.hoteis-em-suldo brasil.com/pt/#sc-cluster-gallery-22>, acessado em 10 de fev. de 2025.



Fonte:
https://a0.muscache.com/im/pictures/ce67c201-5673-46bb-8a73-7a058e6347a2.jpg?im_w=1200&im_format=avif, acessado em 11 de fev. 2025.

Este serviço facilitou a divulgação das propriedades, aumentando o número de opções para hospedagem, o que é demonstrado na figura abaixo com pesquisa de disponibilidade de casas na Borússia. Os relatos das famílias informam o aumento de construção de cabanas para prestação de serviço de hospedagem utilizando estas plataformas, conforme Figura 18.

Figura 19: Pesquisa realizada sobre disponibilidade de casas no site do Airbnb.



Fonte: Autor, 13 de março de 2025.

Isto posto, a preocupação com os impactos do turismo para o ambiente considerando que as propriedades se localizam em uma APA resulta no debate entre diferentes tipos, modelos ou formas de turismo. A ideia de turismo como investimento buscando a rentabilidade máxima com o uso intensivo da propriedade (maior número possível de visitantes) é denominado de “modelo fordista” ou turismo de “massa”. Nesse caso a atividade é “percebida” pelo proprietário como negócio buscando equilibrar a rentabilidade com a capacidade da propriedade. O relato do Entrevistado 11 demonstra este conceito quando afirma que “o turismo é o meio mais rápido, a indústria é mais barata e mais precoce de dar retorno é o turismo. É mais limpa, é mais rápida e mais barata” (Entrevistado 11, set. 2024).

O uso da propriedade preocupado com o impacto dos visitantes nos recursos naturais (água, solo, vegetação e fauna), buscando priorizar a preservação do ambiente e a participação da comunidade na recepção de pessoas está presente no relato de algumas famílias. Este trabalho denominado Turismo Rural de Base Comunitária ou Turismo Rural Comunitário (TRC).

O TRC responde a um segmento do mercado especializado (nicho) ao dirigir-se a pequenos grupos de viajantes em busca de experiências pessoais originais e enriquecedoras, combinando vivências culturais autênticas, desfrutando de cenários naturais e de uma remuneração adequada do trabalho comunitário. Esta modalidade contrasta com o padrão convencional do turismo de massa, cujos pacotes rígidos e impessoais obedecem a uma lógica econômica de um retorno imediato e máximo dos investimentos (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, p. 26).

O relato de agricultora envolvida com o TRC demonstra a preocupação com o meio ambiente na sua trajetória “[...] sempre teve um projeto claro aqui, que era trabalhar a agroecologia, permacultura, de servir como exemplo para a comunidade dentro da APA. Embora naquela época a APA não se falava” (Entrevistada 9, set. 2024). Esta trajetória conformou no seu habitus a necessidade de envolvimento com a comunidade, buscando a estratégia de se organizar em grupos (Osório Rural, Associação, Cooperativa e Sindicato) para participação nos espaços institucionais de discussão sobre a APA como os Conselhos Municipais.

Bourdieu (1996) destaca a importância deste “tempo” para o entendimento da trajetória conformando o habitus, afirmando que:

só se pode entender uma trajetória (ou seja, o envelhecimento social que, embora inevitavelmente o acompanhe, seja independente do envelhecimento biológico) com a condição de ter construído previamente os estados sucessivos do campo em que se desenrolou, portanto, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em um certo número de estados relevantes - ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço de possibilidades. Essa construção prévia também é condição para qualquer avaliação rigorosa do que pode ser chamado de superfície social, como uma descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, ou seja, o conjunto de posições simultaneamente ocupadas em um determinado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída, atuando como suporte de um conjunto de atributos próprios que lhe permite intervir como um agente eficiente em diferentes campos. (Bourdieu, 1996).

Neste momento surge a dúvida de como esta “comunidade” do Morro da Borússia se organizou com estas mudanças, especialmente com a troca de moradores. Como estas pessoas que moram por exemplo na Baixada, Goiabeira, Marmeleiro, Figueira Grande, Arroio Grande, Borússia, Santa Rita se entendem como Morro da Borússia ou ainda como APA do Morro de Osório. O depoimento do ex-presidente da AMASB chama atenção para esta questão:

[...] as comunidades não se gostam, quer uma prova do problema cultural aí da APA nem a religião a religião não é capaz de juntar todo mundo se tu falar com o padre tu vai ver que eu vi isso a missa que ele reza pra São Sebastião é diferente da missa que ele reza pra Santa Rita se nem a religião se propõe a juntar; a criar uma

comunidade imagina se lá em cima autonomamente vai criar ainda mais com isso que nós diagnosticamos que aí por volta dos anos 90 deu esse descolamento dos velhos com os novos os novos começaram a sair sem ser um êxodo propriamente dito mas uma virada cultural que os velhos enquanto os velhos ficaram no rádio sem luz os novos ficaram com a moto em litoral luz, confusão de noite tu vê o choque que deve dar nos invernos quando tava todo mundo embaixo do mesmo telhado comendo a mesma comida sofrendo as mesmas consequências o jovem dizendo ah, eu queria sair e o velho e a conexão.

[...] não tem uma identidade não existe uma identidade Borússia ou borruceiro sim é uma identidade mas é uma identidade de chacota de diminuição e tal lá em cima nunca foi trabalhado as pessoas não tem essa referência de morar lá de tal de constituir uma tu tem as festividades religiosas, mas eu acho que elas são muito alienantes lá em cima não tem um processo de dizer olha nós somos uma comunidade unificar as comunidades a briga da Santa Rita com a São Sebastião é são duas festas do Colono, dois frigoríficos, duas estruturas duas igrejas, dois salões dois não sei o que a gente tentou fazer essa conversa e eles se recusam em ambos os casos a turma da Santa Rita que basicamente é as duas famílias ricas ali os Dodô e o Nelson a pecuária é isso que mexe ali esses aí , tu tem todo mundo nessa constelação da Santa Rita, 99% ou é empregado de frigorífico ou é gente que trabalha aqui em baixo e soldado lá em cima e tal e aí o pessoal da São Sebastião que eu sempre vi que era o mais agricultor, da Baixada mais ainda, então são muito distintos. (Entrevistado, 14 set. 2024).

Os conflitos existentes entre estes diferentes grupos se tornam mais aparentes quando existe o debate sobre a atividade do turismo. Esta atividade envolve um projeto de uso dos bens “comuns” (ar, água, paisagem, etc) que é construído em comunidade buscando o bem-estar comum.

Estabelecer a natureza de “a comunidade” implica definir os princípios, valores, normas e instituições que regem a forma de organização e convivência de um determinado grupo humano, que por sua vez os diferencia de outros atores da sociedade. O seu objetivo final é assegurar o bem-estar comum e garantir a sobrevivência de seus membros, preservando sua própria identidade cultural. Na esfera institucional, a comunidade rege-se por normas sociais, econômicas e políticas que regulam os processos de tomada de decisão, alocação de recursos, aplicação de justiça e repressão de delitos. (Bartholo; Sansolo; Bursztyn; p. 28).

A consciência do crescimento do turismo na APA do Morro de Osório intensifica a importância da comunidade para o debate entre os diferentes modelos de uso dos bens comuns. É grande o potencial desta atividade na geração de emprego e renda e na garantia da permanência dos jovens nas propriedades, mas também são grandes os riscos de que uma mudança no ambiente acabe afastando o turismo “*se a gente não se organizar enquanto até APA mesmo, se a gente não se organizar a tendência é que afunde, se transforme num gramado da vida um turismo de plástico um turismo falsificado*” (Entrevistada 9, set. 2024).

4.4 DAQUI PARA FRENTE VAI SER DIFERENTE?

Foi uma longa caminhada, com grandes mudanças no uso do solo desde as propriedades vendidas como lotes na Colônia Borussia até a APA Morro de Osório. Consideramos o início com o povo Xokleng que aproveitou a dificuldade de acesso, em função do relevo e da presença de mata, para utilizar a área como refúgio e extração de alimentos, até serem praticamente extintos no final do século XVIII.

Durante o século XX a área foi comercializada em lotes para naturais e imigrantes que aproveitaram a oportunidade de aquisição de lotes com baixo valor em função das dificuldades de acesso. Nos lotes foi extraída a madeira e ocorreu a produção de alimentos para subsistência. Neste período, ao menos um membro da família realizava atividades fora da propriedade como forma de garantia de renda. Esta estratégia ocorreu até a implantação da usina da AGASA, no meio do século XX, apresentada como solução para a pobreza da região. Com o funcionamento da usina as propriedades foram ocupadas com o plantio de cana de açúcar e ocorreram mudanças importantes como a paralisação de atividades fora da propriedade e a melhoria das condições de vida com a ampliação da rede de estradas e a chegada da energia elétrica nas propriedades.

Durante a década de 1990, com o final da AGASA, as famílias criaram diferentes alternativas para sobrevivência. Algumas trabalham com a agricultura de subsistência, em conjunto com atividades como a extração de samambaia, plantio de eucalipto e acácia e outras trabalharam com diversos serviços como a produção de grama e jardinagem. Muitas deixaram as propriedades buscando trabalho nas cidades (região metropolitana de Porto Alegre e cidades da orla litorânea) que passaram por intenso crescimento populacional no final do século XX.

Mudanças como a criação dos Frigoríficos, o asfaltamento das estradas e a criação da APA Morro de Osório surgem na última década do século XX. Durante este período ocorre a valorização das propriedades com o crescimento da comercialização de lotes (para sítios de lazer, e para construção de residências de funcionários dos frigoríficos). e a volta de algumas famílias. A presença de belezas naturais, a facilidade de acesso e a maior circulação de pessoas estimularam o crescimento das atividades relacionadas ao turismo nas propriedades.

Bourdieu (2002) chama atenção para a relação dos projetos futuros e a experiência passada e a tendência destes projetos repetirem as estruturas em que foram gerados.

Até no momento em que aparecem como determinadas pelo futuro, quer dizer, pelos fins explícitos e explicitamente postos de um projeto ou de um plano, as práticas que

o habitus produz enquanto princípio gerador de estratégias que permitem enfrentar situações imprevistas e incessantemente renovadas são determinadas pela antecipação implícita das suas consequências, isto é, pelas condições passadas da produção do seu princípio produtivo, de tal maneira que tendem sempre a reproduzir as estruturas objetivas cujo produto em última análise são. (Bourdieu, 2002, p. 164).

As mudanças ocorridas, principalmente no final do século XX, trouxeram alternativas para problemas importantes das famílias como a penosidade do trabalho nas propriedades (aquisição de máquinas e equipamentos), a dificuldade no acesso aos serviços e a comunicação (asfalto, energia elétrica, telefone, televisão e internet). Esta nova realidade traz o debate sobre as diferentes estratégias que serão necessárias para o uso das propriedades.

4.4.1 Agropecuária

As famílias que trabalham com agropecuária, estão preocupadas com o envelhecimento e as dificuldades na sucessão familiar e demonstram dúvidas sobre a permanência dos filhos na atividade “[...] tudo abandonado, vai estar abandonado, se eles conseguirem vender eles vão vender pros vizinhos.” (Entrevistado 8, set. 2024).

Este aumento da qualidade de vida não garantiu oportunidades de trabalho nas propriedades, especialmente para as que trabalham com a produção agropecuária. Os equipamentos diminuíram a necessidade de mão de obra e com o surgimento da possibilidade de trabalho nos frigoríficos e nas cidades, principalmente os jovens, recorrem ao trabalho fora da propriedade.

Esta estratégia, presente em vários depoimentos, está conformada no habitus já que na trajetória das famílias, seus pais e avós procuraram alternativas de renda fora da propriedade, ao menos em algum momento.

[...] cada dia que passa a gente vai se tá vendo que tá diminuindo as pessoas que trabalham o que ajuda a diminuir é o que eu falei um pouco né as pessoas já não gostam muito de trabalhar na roça porque elas gostam de trabalhar num serviço que eles já vão receber o dinheiro deles vai receber o dinheiro deles e a roça tem que esperar o futuro tem que plantar e esperar e hoje em dia a maioria não tem paciência e nem tem mais a maioria não tem condições porque daí que eles vão plantar e começar a produzir pra começar a fazer o dinheiro demora muito e pra começar hoje é muito difícil as pessoas começarem e as pessoas que estavam começando estão parando e agora pra começar olha não vejo jeito vejo a nossa agricultura aqui parada eu acho que vai parar mesmo a gente tem alguns custos mas não é pra, é difícil também tem que ter paciência e tem que esperar. Minha família pode até morar aqui, mas pra plantar e viver daqui não. Pra casa de moradia algum lazer alguma coisa né tem um lugar pra eles morar, mas pra agricultura eu acho a hora que eu parei é que eu parar e isso aqui para no meu jeito de pensar. (Entrevistado 3, ago. 2024, grifo do autor).

*Eu vou te falar uma coisa Eu sou um filho dos homens que mais trabalhou aqui Que mais trabalha E a minha ideia Tomara que eu tenha enganado Mas Isso aqui Eu acho que daqui uns 10 anos Vai virar e mato Eu acho que vai virar Porque se o meu filho Que eu sou homem trabalhador Vive disso aí Sempre viveu disso aí O meu filho não quer saber de roça Não quer saber de nada Imagina outros aí Ninguém mais quer saber de pegar uma enxada na mão Ninguém mais quer saber de pegar uma força Um machado Ninguém mais Crianças de hoje em dia Eu prefiro que eles Igual não querem morrer de fome Tomara que eu tenha enganado É porque eu vejo **Eu acho que vão trabalhar pra fora . Vão estudar, trabalhar pra fora. Ninguém mais quer saber de roça Ninguém mais quer saber. Que nem um trator eles não querem mais saber de pegar Nem o trator não adianta Vai ter que ser tipo robô.** (Entrevistado 6, set 2024, grifo do autor).*

As famílias que trabalham com plantio de madeira, em especial o eucalipto, se diferenciaram por acreditar no crescimento da atividade e na permanência dos jovens na atividade. É importante destacar que a atividade necessita maior área para garantir rentabilidade e possibilita o trabalho concomitante assim, por exemplo, é possível trabalhar no frigorífico e plantar eucalipto³⁶.

Aumentou que trabalham com essa coisa da madeira aumentou. Pessoal que corta, mesmo direto e indireto aí dá bastante emprego, bastante ganho, né? O que acontece quando a AGASA fechou o povo foi lá para a HABITASUL e cortou a madeira. Esse pessoal daqui foram cortar madeira lá no túnel verde. Hoje estão aqui, voltaram para cá. E hoje facilitou muito porque nós trabalhamos com boi, com trançador; e hoje eles trabalham com motosserra e trator.

Foi uma coisa importante aqui na região. A região aqui se não é mato, a floresta e os frigoríficos tinham vendido tudo.

Os que estão trabalhando hoje. Vai ser os filhos. Mas quase sempre é os filhos que vão tocar. Mas vão continuar porque é uma fonte de renda porque a madeira. A madeira sempre foi aquilo que eu falei. O mundo precisa de madeira. E é uma fonte de renda. Olha só, quem não estuda e mesmo quem estuda, não tem emprego pra tudo, ganho bom e as pessoas aqui tiram salário bom. O diarista aqui tira um bom salário. Então é uma coisa que ajuda bastante. É as pessoas acham que bar não ganha pouco. Mas não! O diarista aqui tira 3, 4 mil por mês e pra trabalhar lá fora, você sabe que tem que ser um bom profissional pra ganhar 4 mil. (Entrevistado 2, ago 2024).

Uma das preocupações das famílias é que a paralisação da agricultura na propriedade, e o abandono das áreas, resulte na volta da vegetação até o estágio de capoeira, o que resulta na impossibilidade do desmatamento e a diminuição do valor da propriedade.

³⁶ As plantações de eucalipto para produção de lenha, carvão vegetal, moirões e madeira para a indústria de celulose são normalmente cortadas entre os 6 e 8 anos de idade. (Fonte: Plantio de Eucalipto na Pequena Propriedade Rural, Embrapa Florestas – 2000, disponível em <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/312925/1/doc54.pdf>, acessado em 04 de fevereiro de 2025).

[...] a gurizada não quer nem saber. Morre pai e mãe e eu acho que a tendência é virar mais mata nativa .

*Eu vou tirar dinheiro, vou viver de outra coisa. Mas e com a terra Eu sei que eu vou largar lá e vou deixar lá pro mato. **Tem terra pra vender que são de herdeiros, mas o mato tá vindo vai virar nativo e depois já é proibido derrubar aí, amanhã ou depois, ninguém mais compra porque não pode mais beneficiar [...]** eu conheço centenas e centenas de áreas que eram cana, é tudo capoeirão então a tendência é virar mato nativo e não cultivar a terra, vai virar capoeirão vai virar capoeirão **E não demora** (Entrevistado 4, ago. 2024, grifo do autor).*

A preocupação da continuidade da propriedade na família é demonstrada em depoimentos sobre a importância de garantir a existência de possibilidades de uso econômico para as propriedades. A garantia deste uso é fundamental para a permanência destas famílias nas propriedades *“[...] se os filhos não verem oportunidade de viver na colônia aí o que vai acabar vendendo... aí se vender é para gente de fora que não quer saber de tipo assim de fazer uma roça aí termina com o agricultor”* (Entrevistado 8, set. 2024, grifo do autor) ou *“[...] termina essa geração aí o filho dele com certeza que não, aquela dificuldade de trazer o filho dele pra trabalhar, hoje em dia não fica, agora e isso é assim não adianta eu acho que o futuro aqui vai parar a agricultura vai parar”* (Entrevistado 3, ago. 2024, grifo do autor).

As famílias relatam a necessidade de garantir a permanência da propriedade como forma de proporcionar qualidade de vida para a família *“[...] não, a minha família daqui eles não saem. Vão ficar por aqui. Mesmo não trabalhando na terra, mas vão ficar por aqui”* (Entrevistado 7, set. 2024, grifo do autor).

Os nossos filhos sim Eu desconfio que os meus até meus netos Eu agradeço meu avô até hoje Pra ele ter comprado essa terra aqui E ter deixado pra minha mãe Minha mãe deixou pra mim E se Deus quiser vai ficar pro meu filho E vai ficar pro meu neto E a minha neta e o meu neto tem um neto de 7 anos E uma neta de 9 anos Vovô, tu vai deixar um lugarzinho Pra mim fazer uma casinha aqui? Quer morar aqui, quer continuar morando aqui não quer sair daqui eles nasceram e se criaram aqui também. (Entrevistado 6, set. 2024, grifo do autor).

***Eu acho que eles vão morar aqui. Porque fizeram tudo morada aqui. Os meus filhos vão morar aqui.** Só que hoje eles já estão trabalhando fora. Eles montaram uma empresa lá fora. E outra coisa, hoje eu dei estudo. Eu tenho a minha filha ela mora aqui, mas ela é professora. Então na terra, o meu jovem, ele trabalha em obra, ele é pedreiro, carpinteiro, e ele trabalha comigo e eu parei com a obra, mas ele continuou e o povo, os filhos, das pessoas vão morar aqui. (Entrevistado 2, ago 2024, grifo do autor).*

*Não, produzindo não. Vai continuar com aquela terra. **A família vai usar para ter um recanto para descansar, um sítio de lazer, eu acredito, produção não.** Aqui na área da APA vai diminuir. Quem quiser produzir, plantar e produzir mãos, vai procurar outra área, porque aqui é uma área de morro, uma área difícil de usar a propriedade. Na propriedade alguma coisa você vai poder usar, muita coisa você não pode e não deve mexer [...] **Acredito que daqui uns quinze anos vai ser uma área só de sítio de lazer. Inclusive porque não pode ser loteado. Se pudesse lotear, talvez fosse condomínio ia virar uma cidade, porque hoje tem asfalto, é perto da***

cidade, tem todos os confortos a tecnologia de internet, as pessoas se interessam mais. (Entrevistado 5, ago. 2024, grifo do autor).

Conforme o relato do ex-presidente da AMASB é grande o potencial da agricultura nas propriedades localizadas na APA Morro de Osório. São necessárias condições que incentivem a atividade garantindo uma conexão entre os fornecedores de insumos, os produtores e os compradores de produtos agrícolas e a necessidade do empreendedorismo.

Empreendedorismo lá em cima é uma coisa praticamente inexistente, eu não tô falando empreendedorismo senais, eu digo a pessoa que quer pegar capital, recursos quer fazer alguma coisa tu vê me acha um que comprou terra lá em cima que é pra investir em alguma coisa pra fazer alguma atividade agrícola não tem não tem, nós não estamos porque não tem uma visão aqui da própria prefeitura como é que tem milhares de coisas que dá pra fazer por exemplo aí em cima esse sistema antigo de produção de cana de dois anos, embora gerasse açúcar, gerava uma cachaça cachaça que não tem no Brasil ... mas o empreendedor vai saber olhar isso e vai pensar o que tu tinha que estar começando a captar gente que tá olhando pra sistema de produção estufa, coisas intensivas essas integrações pequenos animais com fruticultura madeira com pequenos animais (Entrevistado 14, set. 2024).

O gestor da APA Morro de Osório destaca a relevância da agricultura, em especial a de base familiar, para a sobrevivência das famílias locais, ao mesmo tempo em que reconhece a redução progressiva desse uso nas propriedades. Diante desse cenário, aponta a necessidade de alternativas que viabilizem economicamente as unidades produtivas que ainda trabalham com agropecuária. Segundo ele, a continuidade da agricultura depende não apenas da permanência dos filhos no campo, mas também da existência de incentivos e de orientação técnica adequada. Nesse sentido, defende a realização de pesquisas voltadas à experimentação de novas culturas ou criações que possam despertar o interesse dos jovens e oferecer perspectivas concretas de renda, conforme exemplificado em seu relato:

do jeito que está eu acho que em 20 anos termina a agricultura de maneira geral, vai ter agricultores,[...] tudo vai depender de como é que ele vai criar o vínculo dos filhos [...] porque a gurizada não quer mais o serviço braçal então acaba que eles acabam, e não tem incentivo, não tem o que eu sinto falta aqui é de uma orientação para eles[...] então aqui teria que ter um trabalho nesse sentido o estudo, que é uma das coisas que a gente quer fazer com a APA lá em cima com aquela sede lá são 5 hectares e pouco, quase 6 que tem no município, a gente quer fazer isso quer fazer um centro de plantar nogueira pra ver como é que ela se desenvolve ou plantar, estou inventando aqui não sei exatamente, um plantio de oliveira, um plantio de não sei do que e ver se dá certo se der errado, pro agricultor chegar lá e se identificar com alguma coisa e plantar... (Entrevistado 17, out. 2024).

O depoimento evidencia, portanto, a percepção de que a sobrevivência da agricultura familiar depende da capacidade de inovação e de experimentação, mas também do suporte institucional e técnico para orientar os agricultores. Assim, a fala sintetiza o dilema vivido no território: a tradição agrícola que conformou o habitus das famílias encontra-se em tensão com a necessidade de construir novas estratégias que garantam a permanência no campo em um cenário de profundas transformações sociais, econômicas e ambientais.

4.4.2 Turismo

Tem se destacado, nos últimos anos, o crescimento do uso das propriedades para atividades de turismo na APA Morro de Osório. De fato, pousadas, casas de aluguel por aplicativos como o Airbnb, sítios de lazer, bares e restaurantes constituem exemplos de empreendimentos que se consolidaram recentemente no território. Segundo os relatos das famílias entrevistadas, a pandemia de Coronavírus desempenhou um papel decisivo nesse processo, estimulando a aquisição de propriedades para exploração turística. Entretanto, ao mesmo tempo em que reconhecem a ampliação desse tipo de uso, os moradores demonstram preocupação quanto à necessidade de cuidados que assegurem tanto a capacidade de receber um fluxo crescente de visitantes quanto a preservação ambiental. Essa percepção é sintetizada no depoimento de um entrevistado: “[...] é que aumentou, mas entre aspas. Pouca qualificação. Eu acho que a questão da pandemia, a questão da informação, de poder viver, trabalhar online. Eu acho que isso aí criou essa disponibilidade, disponibilizou, catalisou” (Entrevistado 10, set. 2024).

Portanto, observa-se que a pandemia funcionou como um catalisador de novas dinâmicas de uso do espaço rural, vinculadas ao turismo e à hospitalidade, mas que ainda carecem de qualificação e planejamento. Assim, o desafio colocado para o território é equilibrar o aproveitamento econômico da paisagem com a necessidade de garantir sustentabilidade ambiental e social a longo prazo.

***Quais as perspectivas para o turismo na APA? Principais desafios e alternativas?
(entrevistador)***

Na verdade, eu só vejo hoje, eu vou te dizer, com a realidade nossa hoje é a única saída pro morro vai ser o futuro do morro, o turismo não vejo hoje, com a política de hoje que outra maneira vai ser o turismo vai ser turismo e o rural, a rural chácara não a rural agricultura. (Entrevistado 17, out. 2024).

As visões profundamente diferentes sobre o futuro do turismo na APA Morro de Osório estão diretamente relacionadas às trajetórias individuais e aos habitus conformados pelas famílias ao longo do tempo. De um lado, algumas famílias compreendem o turismo como uma atividade predominantemente econômica, o que as leva a adotar estratégias voltadas ao planejamento dos investimentos com vistas a garantir maior retorno financeiro. Nesse caso, o turismo é concebido como um empreendimento que exige racionalidade administrativa, cálculos de custos e benefícios e, sobretudo, a inserção em mercados mais amplos.

[...] eu estou aqui e sou um benefício do turismo. Eu gero mais de 50 empregos e o que a gente compra no colono, o que a gente compra nas indústrias. Quanta gente fez negócios, vendeu ou comprou, fez através do cliente que vem até aqui no final de semana. Quanta gente descobriu o litoral que nunca tinha vindo para cá, mas veio de repente até para conhecer não só o restaurante, mas o Morro da Borússia. Com uma vantagem, né? Mais gente conhece.[...] Não é eu que digo, nem vai ser você, os estudos dizem que o turismo é o meio mais rápido, a indústria é mais barata e mais precoce de dar retorno é o turismo. É mais barata, é mais limpa. É mais limpa, é mais rápida e mais barata. (Entrevistado 11, set. 2024).

Você(s) acha(m) que nos últimos anos o número de famílias na atividade do turismo, na APA, aumentou ou diminuiu? Quais fatores você(s) acha(m) que contribuíram para isso? (Entrevistador)

Muito mais gente.

E o que tá ajudando isso a acontecer? Eu acho que é, primeiro a própria região ter ficado muito conhecida por essas linguíças, né. O restaurante Dodô, a gente mesmo. As pessoas vinham comer também nossa comida caseira, café.

O cara, nossa página de seguidores, essas coisas é muito grande, assim, na situação pro morro, né. Então, boca a boca, vai indo, vai indo, vai indo. As pessoas querem conhecer, querem conhecer, querem conhecer.

Aí acaba que não tem vaga lá nunca. Tem um que se incomoda. O cara fica, lá não tem vaga, eu vou abrir outra. E o cara vem e abre. Eu tenho dinheiro, eu vou fazer uma cabana pra mim lá. E quando eu não tô lá eu deixo ela no Airbnb.

Eu arrumo com o vizinho, que é o anfitrião, ele vai lá e entrega a chave, deixa tudo organizado. Aí ele já deu emprego pro cara. O cara recorta a grama daquela cabana. A mulher do cara vai lá, já tira a roupa de cama e já lava pro cara, ganha o dela. Desenvolveu a região.

Isso é muito bom, o cara, assim. Porque só nasceu pra todo mundo, né. Não dá pra... Então tá aumentando (Entrevistado 13, set. 2024).

O setor industrial representado pelos frigoríficos (Borússia e Frigodal) é uma alternativa de emprego muito importante para as famílias. Os jovens conseguem renda sem terem que sair da propriedade. As famílias relatam a necessidade e as dificuldades para que os filhos construam casas e possam continuar morando na propriedade trabalhando nos frigoríficos.

A conveniência da permanência dos frigoríficos na APA do Morro de Osório é tema de debate permanente entre os moradores e também com a gestão da APA. O representante do Frigodal destaca a importância social dos frigoríficos para a comunidade, como alternativa de

renda para as famílias, e o interesse em permanecer na comunidade, apesar das restrições ambientais decorrentes de estar dentro de uma área de preservação. O empresário relata as incertezas da atividade e entende que não será permitido a instalação de novas indústrias na APA do Morro de Osório.

O turismo mudou alguma coisa na paisagem, nos meios de produção, no ambiente da comunidade, da APA ou do município? Se sim? Como mudou? E o que mudou? (Entrevistador)

Eu acho que ele influencia o turismo de base comunitária. Que é o turismo próprio pra fazer proteção. Porque o turismo de consumo, que é aquele de rápido, ele só cria demandas que a APA não pode suportar. Ele tá num divisor de águas, eu creio. Porque é o seguinte, depende das administrações, elas sabem que o potencial turístico da Borrússia é alto. Pela marca que ela tem.

E nós temos, por exemplo, o turismo gastronômico, que ele é um ensaio de turismo de massa. Ele é um ensaio porque ele chama as pessoas à comida e depois pra uma atividade a mais. E depende dessa atividade a mais, tu pode criar um turismo de base comunitária ou um turismo de massa. Depende da percepção política e de proteção ambiental. Eu acho que nós estamos assim como é que se diz no limite. As duas coisas estão acontecendo. Tem um de base comunitária e tem de massa. Os dois acontecem ao mesmo tempo. A base comunitária tá mostrando porque eu acho que a sobrevivência do lugar não virá urbano. Enquanto que o outro turismo de massa, ele fomenta a urbanidade, a gentrificação. Porque ele chama qualquer um pra dentro. E aí as pessoas vendo aquilo, elas querem trazer a cidade e querem trazer a cidade porque elas só vivem na cidade.

Elas não tem outra percepção. E o rural pra elas é coisa de passado. De pobreza. De falta de qualidade de vida. De qualquer coisa que não lembre o passado de dificuldades. Então por isso que é importante ter esse outro núcleo pra mostrar os valores realmente de que vocês tão vindo pra cá primeiro porque na cidade vocês não tem isso. Só que se vocês trouxerem isso dentro da bolsa de vocês que vocês não querem ou que vocês querem todo dia pra dentro do lugar que vocês vêm ocasionalmente e traz isso, não vai mais precisar mais vir pra cá porque isso aqui vai ficar igual onde vocês moram. Que é essa a percepção que o turismo de massa contamina as pessoas. Ele vai contaminando e vai entrando o que é as áreas de expansão urbana dentro da área rural que nós lutamos muito Marcelo pra que elas pudessem entender isso. Quando a gente perde a ruralidade nós perdemos o atrativo top do processo. (Entrevistado 10, set. 2024).

Assim, ainda que as famílias apresentem visões distintas sobre o turismo – ora como atividade predominantemente econômica, ora como prática comunitária –, em ambas as perspectivas há um ponto de convergência: a preocupação com as mudanças recentes na região da APA Morro de Osório. De modo geral, os entrevistados reconhecem que o turismo não pode ser analisado isoladamente, pois está profundamente condicionado pela urbanização, envolvendo questões como acesso à água, manejo do lixo, tratamento de esgoto, estradas, segurança e iluminação pública. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de orçamento específico e de políticas públicas voltadas ao turismo, capazes de orientar o desenvolvimento da atividade de maneira equilibrada e sustentável, garantindo tanto a preservação ambiental quanto a qualidade de vida das famílias locais.

4.4.3 Indústria

O setor industrial, representado pelos frigoríficos Borússia e Frigodal, constitui uma alternativa de emprego fundamental para as famílias da região. Nesse contexto, os jovens conseguem obter renda sem a necessidade de abandonar suas propriedades, o que contribui para a permanência no espaço rural. Entretanto, as famílias relatam as dificuldades enfrentadas para que os filhos possam construir casas e continuar morando nas propriedades enquanto trabalham nos frigoríficos.

Por outro lado, a conveniência da permanência dos frigoríficos na área da APA Morro de Osório constitui tema de debate constante entre os moradores e a gestão da unidade. De acordo com o representante do Frigodal, os frigoríficos exercem um papel social relevante para a comunidade, funcionando como alternativa de geração de renda para as famílias. Além disso, o empresário manifesta interesse em manter a atividade no local, ainda que reconheça as restrições ambientais impostas pela localização em área de preservação. Contudo, ele também admite a existência de incertezas em relação ao futuro da atividade, avaliando que dificilmente será autorizada a instalação de novas indústrias na APA Morro de Osório.

Olha, a situação está de um jeito, assim, aí não vamos falar bem dessa questão ainda, vamos falar da situação do país. Do país, tá. Está muito complicado. E hoje, assim, pra dizer sinceramente, em poucas palavras, a gente não sabe mais o que fazer.

Não se tem mais previsão, não se tem mais... Não se tem previsão de consumo, não se tem previsão de nada. Uma hora o negócio parece que vai deslanchar, tranca mais ainda. Então é uma coisa, assim, que é uma situação do país, não é? Não tem a ver com o lugar; não tem a ver com o lugar lá, mas sobra, né? Acabei influenciando vocês lá.

Claro, juro que acabei. Então é uma coisa assim, eu tenho umas quantas coisas pra ser feita no frigorífico pra aprimorar os meus produtos, que tem que gastar, tem que investir, tem que isso, tem que aquilo, não tenho mais coragem pra fazer. Entendi.

No atual momento, não. Pensando hoje, está difícil. Os bancos vêm aqui e gastam, não bom Deus, Paulo, rapaz, nós estamos aqui pra isso, vê o que tu precisa e tal.

Não tenho coragem, não tenho. Não tenho coragem. Deixa parado, vamos ver como é que fica.

Mudar de lugar; eu, acho que não.. Porque é muita estrutura que é fixada lá numa coisa só eu tenho câmara fria lá, tem isso, tem aqui, tem aquilo outro, que tem que ser lá, não tem como trazer pra cá. E mesmo as exigências hoje de tudo que é coisa, só pra lhe dar um exemplo assim, tem gente que compra o frigorífico só pra aproveitar a licença, mete a patrona e tudo, e faz de novo. Quem compra? Dada a dificuldade. E pra começar; tá cada vez mais difícil, né? Tá cada vez mais difícil.

Só por causa dos licenciamentos. Muito trabalho pra chegar nesse ponto. Daí sai muito caro, né? É. Ah, interessante. É caro e mais a indisponibilidade de se fazer tudo de novo.

[...] Se eu acho que, por exemplo, essa questão da indústria ali em cima vai aumentar, vai ter mais indústria ali em cima, nessa região ali? Não, eu acho que não. Eu acho que nem eles deixam botar coisa. É, eu acho que vai ser mais difícil. Não, claro. A conversa que tem, por aqui, assim, é que tira o frigorífico de lá. Sim, mas não, então aumentar não deve acontecer isso. Não, aumentar o frigorífico é só tudo bem. Mas o número de mais indústrias... Não, outras coisas eu acho que não. Acho que nem eles deixam. E, como digo, assim, até estou falando contra mim, porque uma indústria, para a natureza, é inimiga. É, isso é uma questão de opinião, cada um tem uma história. É, é inimigo. Mas, eu sou uma indústria que não prejudica a natureza, não faço nada para a natureza. Claro. Eu posso crescer e tudo lá. Mas, tem gente que tem negócio que prejudica. Sim. Então tá, então, mas daí, então vamos botar mais isso ou não? Vamos botar mais ali? Não, então não bota nada. Mas nós já temos ali, como é que vai tirar nós daqui? Claro. Não tem como tirar nós daqui. (Entrevistado 16, set. 2024).

O gestor da APA Morro de Osório reconhece a relevância social dos frigoríficos e, ao mesmo tempo, os conflitos decorrentes de sua permanência, uma vez que já estavam instalados quando foi elaborado o primeiro Plano de Manejo (2006). Como alternativa, a gestão da APA destaca que existem estudos do Frigorífico Borússia para transferir o abate para outro local. Nesse sentido, o gestor ressalta: “A indústria é proibida no morro, já o novo Plano de Manejo proíbe a indústria, especialmente as de médio porte. Os dois frigoríficos estão ali por uma questão de já estarem ali e tal... hoje, o social se sobrepõe ao ambiental, senão já teria que sair dali também, mas o impacto social ia ser muito negativo” (Entrevistado 17, out. 2024).

Dessa forma, a análise da trajetória do habitus e das estratégias das famílias demonstra que ocorreram profundas transformações no uso das propriedades desde 1994, ano da criação da APA. Portanto, os desafios enfrentados atualmente pelos proprietários de terra, técnicos e gestores são significativos, especialmente diante da necessidade de compatibilizar interesses econômicos e sociais com os objetivos de preservação. Afinal, como estabelece a Lei Municipal n.º 2.665, de 27 de setembro de 1994, a criação da APA visa “garantir a adequada proteção ambiental e ordenar as atividades humanas de forma a preservar e melhorar características biológicas, ecológicas e paisagísticas no contexto dos sistemas hídrico e de Mata Atlântica da área”.

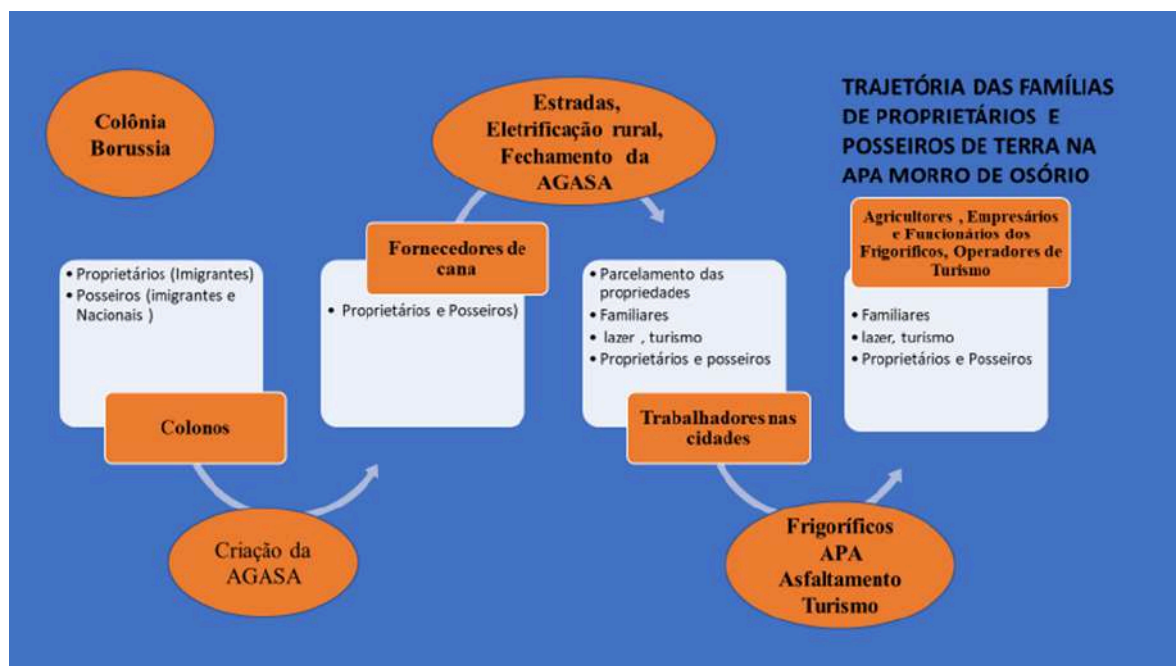
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou refletir sobre a trajetória e o *habitus* das famílias que desenvolvem atividades relacionadas à agricultura, indústria e turismo em terras localizadas no Morro da Borússia, inserido na Unidade de Conservação – APA do Morro de Osório. Foram entrevistados proprietários que atuam na agropecuária, empresários da indústria, operadores de turismo, além de técnicos e o gestor da APA.

Os relatos dos entrevistados, aliados à pesquisa documental, contribuíram de forma significativa para compreender a trajetória dessas famílias e, sobretudo, auxiliaram na análise das escolhas realizadas ao longo do tempo no que se refere ao uso das propriedades. Assim, a investigação demonstrou que tais escolhas não podem ser entendidas de maneira isolada, mas como parte de um processo histórico, social e cultural que conforma modos de agir e de perceber o mundo.

Desse modo, a análise das diferentes trajetórias – agricultores, empresários da indústria e operadores de atividades ligadas ao turismo – permite confirmar a hipótese central desta pesquisa: as trajetórias familiares conformaram o *habitus* de cada grupo, influenciando diretamente as possibilidades de escolha e as estratégias empregadas na condução das propriedades. Em síntese, o *habitus* se apresenta como chave interpretativa para compreender as transformações nos usos do solo, os conflitos e as alternativas de permanência das famílias na APA Morro de Osório.

Figura 20: Esquema da trajetória das famílias que detêm a propriedade ou posse de terra na APA Morro de Osório.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A figura acima busca representar a trajetória das famílias que chegaram à área da Colônia Borússia, no início do século XX, até o período entre o final do século XX e o início do século XXI. As mudanças nessa trajetória foram marcadas por eventos centrais, como a instalação da AGASA em 1964 e o encerramento de suas atividades no final da década de 1980; a instalação dos frigoríficos, no início da década de 1990; a criação da APA Morro de Osório em 1994; e o asfaltamento da estrada de acesso, que intensificou o processo de urbanização, a especulação imobiliária e a expansão do turismo.

Esses momentos de inflexão podem ser entendidos como “balizas” que evidenciam “particularidades de histórias coletivas diferentes” (Bourdieu, 1996, p. 15), ou seja, transformações que impactaram profundamente a vida de todos. Nesse sentido, o projeto de modernização da cultura da cana-de-açúcar, materializado pela instalação da AGASA, constitui um marco determinante, pois transformou colonos dedicados à subsistência em fornecedores de cana para a usina. Essa transição exigiu mudanças significativas no *habitus* das famílias, que passaram a ter acesso a estradas, energia elétrica, crédito e insumos, mas também se tornaram dependentes de um único comprador, a usina.

Contudo, o encerramento das atividades da AGASA no final dos anos 1980 configurou outro momento de ruptura, obrigando as famílias a desenvolverem novas estratégias de sobrevivência. Enquanto alguns jovens migraram para as cidades, outros permaneceram, diversificando as fontes de renda por meio do extrativismo de samambaia, do plantio de eucalipto e acácia, do trabalho em frigoríficos ou de serviços urbanos, como jardinagem. Assim, a trajetória das famílias revela capacidade de adaptação, mas também de resistência diante das mudanças estruturais no uso do solo e no mercado agrícola.

Adicionalmente, o asfaltamento da rodovia no final da década de 1990 e a criação da APA de Osório impulsionaram novas dinâmicas: a intensificação da especulação imobiliária, a valorização da paisagem como recurso econômico e o crescimento do turismo rural. Nesse processo, famílias provenientes de outros locais passaram a adquirir propriedades, trazendo consigo um *habitus* distinto, marcado pela valorização do registro formal da terra. O encontro entre trajetórias distintas produziu ajustes: enquanto os recém-chegados “aprenderam” a negociar a posse da terra, os antigos proprietários começaram a regularizar seus imóveis para valorizar o patrimônio.

A instalação dos frigoríficos, por sua vez, trouxe um paradoxo: de um lado, significou emprego e renda, sobretudo para os jovens; de outro, gerou conflitos ambientais, uma vez que a atividade industrial é restrita em áreas de preservação. Os técnicos e o gestor da APA destacam, nesse ponto, os impactos no consumo de água, na circulação de caminhões e na compatibilização entre função social e preservação ambiental.

Por fim, os relatos indicam que a agricultura tende a diminuir em importância relativa, seja pela saída dos jovens, seja pela atratividade de outros setores, como indústria e turismo. Para muitas famílias, a propriedade é cada vez mais valorizada como espaço de qualidade de vida e não apenas como base produtiva. Assim, confirma-se que as transformações históricas, políticas e econômicas reconfiguraram o *habitus* dos proprietários, que hoje oscilam entre a venda de suas terras, a diversificação de usos e a abertura ao turismo e lazer como alternativas de permanência.

Em conclusão, a pesquisa demonstra que a trajetória das famílias da APA Morro de Osório evidencia como o *habitus* é constantemente estruturado e reestruturado pelas condições históricas e sociais. Ao mesmo tempo em que revela a complexidade da permanência em áreas de conservação, também oferece subsídios para refletir sobre políticas públicas capazes de conciliar proteção ambiental, desenvolvimento socioeconômico e valorização da história coletiva da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano M. F. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. **Ecologia política: natureza, otéisa y otéis**. Buenos Aires: CLACSO/FAPERJ, 2002.
- BARROSO, Vera Lucia Maciel. **MOENDAS CALADAS: Açúcar Gaúcho S. A. – AGASA: um projeto popular silenciado: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990)**, Tese pós graduação em História. PUC/RS, Porto Alegre, 2006.
- BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social/COPPE/UFRJ; 508 p. Ministério do Turismo, 2009.
- BASTOS, Manoel Estevão Fernandes. Pequeno Dicionário Histórico e Geográfico do Município de Osório. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Ano XVII. III Trim. 1937. p. 85-144, disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/108198/58717>, acessado em 03/12/2024.
- BASTOS, Manoel Fernandes. Notas e apontamentos sobre a cultura da cana de açúcar em Conceição do Arroio (atualmente Osório). Pinguela. Usina Santa Marta. **Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande Sul**, III Trimestre, p. 142-149, Porto Alegre, 1938. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/108079/58677>, acessado em 23 de dezembro de 2024.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Marco Zero, 1983.
- _____. A Ilusão Biográfica. In: AMADO J. FERREIRA, M de M. (Orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV. 1996.
- _____. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas – SP: Papyrus, 1996.
- _____. **Esboço de Uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2002.
- _____. **As coisas ditas**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 2004.

_____. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRANDÃO, Adelino. **Cana de açúcar, álcool e açúcar na História e no Desenvolvimento Social do Brasil: séculos 16-20**. Brasília: Editora Horizonte, 1985.

CORREA, Silvio Marcos de Souza; BUBLITZ, Julina; **Terra de Promissão: Uma introdução a eco-história da colonização do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006.

CUNHA, Lauro Pereira da. **Índios Xokleng e Colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (Séc. XIX)**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2012.

_____. **A solidão de Conceição do Arroio – Isolamento, pobreza e uso do espaço norte litorâneo gaúcho até 1939**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2019.

_____. **Escravos no Litoral Norte (RS) – algumas notícias apenas**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2022.

_____. **A liberdade para os escravos do Litoral Norte (RS)**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2024.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, SP, Hucitec, 2004.

FRANÇA, Eduina Bezerra. Ordenamento territorial e gestão em unidades de conservação de ambientes costeiros. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXX, n. 1, p. 200-219, jan./jun. 2019.

GAMBA, Maurea Conceição dos Santos. **A Implementação do Roteiro Turístico Osório Rural: um estudo sobre a articulação de atores públicos e privados**. UFRGS, Tramandaí, Dissertação de Mestrado, 2022.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. **Fronteira iluminada: história do pensamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1929)**, Porto Alegre, Edigal, 2018.

GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: Conceitos Fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes 2018.

GROSSELI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer: camponeses Trentinos (Vênetsos e Lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; REYDON, Bastiaan Philip. **Direitos de Propriedade da Terra Rural no Brasil: uma proposta institucionalista para ampliar a governança fundiária**. In: Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba-SP, vol. 50, n° 3, p. 525-544, Jul/Set – Impressa em Setembro de 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/BSf43Xz9qZYgydFZVr4BCmg/abstract/?lang=pt>, acessado em 19/11/2024.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Poder: A palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)**, Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

JERÔNIMO, Elisangela Marques e outros. **Produção artesanal de derivados de cana-de-açúcar: Açúcar Mascavo – Melado – Rapadura**. Campinas, CDRS, 2020. 57p. 21,5 cm (Instrução Prática, 277).

KLEIN, Ines Ana; SCHOOL, Marly; BARROSO, Vera Lucia Maciel. **Raízes de Osório**; EST, Porto Alegre, 2004.

MERCADANTE, Maurício. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC. In: BENJAMIN, Antônio Herman (org.). **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 190-231, 2001.

MONTAGNER, M. Ângelo; MONTAGNER, M. I. **A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura**. Tempus – Actas de Saúde Coletiva, v. 5, n. 2, p. Pág. 255-273, 29 jun. 201.

MONTI, Verônica A. MARTINI. **O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MURI, Guido. **Rememorações de Conceição do Arroio**, v. V – As vivências de uma comunidade, Osório/ RS, 1997.

NEWMANN, Marcia Rosane; TEDESCO, Carlos João. **Colonos, colônias e colonizadoras - aspectos da territorialização agrária no Rio Grande do Sul**, v. VI. Passo Fundo: UPF, 2023.

OLIVEIRA, Daniela; BARIVIERA, Cássio Alexandre. **O Rural nos instrumentos de planejamento territorial: o caso dos municípios do COREDE Norte do RS, Redes; St. Cruz Sul, Online**, v. 29, 2024. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/issue/view/777>, acessado em 23/11/2024.

OSÓRIO (Município). **Resumo executivo do Plano de Manejo da APA Morro de Osório**. Osório, maio 2022. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/o/osorio/decreto/2022/20/200/decreto-n-200-2022>, acessado em: 13 maio 2023.

PALÚ FILHO, Antônio Sérgio; MOLETTA, Suzete. **Italianos no Novo Mundo: história imigração, genealogia e heráldica**. Curitiba, PR: Edição do autor, 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, RJ. Elsevier, 2012.

PRESTES, Laura Dias. **Áreas de Proteção Ambiental (APA): Conservação e sustentabilidade – o caso da APA da Baleia Franca (SC/Brasil)**. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul:ensaio de monografia natural**; 4ª ed revisada, São Leopoldo, Editora Unisinos, 2015.

REYDON, Bastiaan P.; ADAMARA S. G. FELÍCIO. Fundamentos da governança fundiária. In: _____. **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira**, Brasília, FAO/SEAD. 378 pp, 2017.

SANCHES, Almir Teubl. **A QUESTÃO DE TERRAS NO INÍCIO DA REPÚBLICA: O registro Torrens e sua (in)aplicação**. Dissertação da Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-03072009-161245/>, acessado em 21/11/2024.

SANTOS, Bruna; **LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX E O MASSACRE DA COMUNIDADE XOKLENG – POR QUE ACONTECEU?** - Revista Antígona, v. 01, n. 02, p. 152/176, Ano 2021.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Reescrevendo a história: imigrantes italianos, colonos alemães, portugueses e a população brasileira no sul do Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 230-246. jan./abr. 2017.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, número 20, maio/jun./Jul/Ago 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>, acessado em 13/03/2024.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: Efeitos da Lei de 1850**. 2. ed. Campinas /SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **FRONTEIRA E IDENTIDADE NACIONAL** - Instituto de Economia, UNICAMP, 2003. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nvennsn5>, acessado em 28/02/2025.

SILVA, Marcio Antônio Both da; **A CONSTRUÇÃO DO INTRUSO: O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA TERRA NA REGIÃO SERRANA DO RIO GRANDE DO SUL (1889-1925)**. Revista Unioeste. Disponível em <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/2216/1712>, acessado em 17 de jan. 2025.

SILVA, Marina Raymundo da. **NAVEGAÇÃO LACUSTRE OSÓRIO-TORRES**. 3. ed. Editora Evangraf: Porto Alegre, 2014.

STENZEL FILHO, Antônio. **A Vila da Serra (Conceição do Arroio); Sua descrição física e histórica, usos e costumes até 1872.** Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980.

TOMAZI, Nelson Dacio. “**Norte do Paraná**” **História e Fantasmagorias.** Tese do Departamento de História da UFPR, 1997. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31883>, acessado em 21/11/2024.

TRESPACH, Rodrigo. **Quatro dias em Abril** - Ensaio sobre a Guerra Civil ou Revolução Federalista de 1893 (O Litoral Norte Gaúcho no Tempo do Baiano Candinho), Porto Alegre, Martins Livreiro Editora, 2016.

VARELA, Laura Beck. **Das Sesmarias à Propriedade Moderna: Um Estudo de História do Direito Brasileiro.** Rio de Janeiro, Renovar, 2005.

VARGAS, Glória Maria. Conflitos sociais e sócio-ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 19 (2): 191-203, dez. 2007.

VIVACQUA, Melissa; VIEIRA, Paulo Freire. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 7, p. 139-162, 2005.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX.** Ijuí: UNIJUI, 2002.

APÊNDICE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS CAMPUS
LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DINÂMICAS REGIONAIS E DESENVOLVIMENTO – PGDREDES**

Roteiro de entrevista com propriedades selecionadas que utilizadas para a produção agropecuária.

Projeto – Título provisório: O USO DE TERRAS POR MORADORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO NA ZONA RURAL DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (APA) DO MORRO DE OSÓRIO.

Mestrando: Marcelo Xavier Tozzi

Orientadores: Prof^ª. Dr^ª. Silvia Lima de Aquino e Prof. Dr. Alex Alexandre Mengel

Explicar do que se trata a pesquisa.

[**Saudação**], primeiramente gostaria de solicitar sua autorização para gravar a entrevista. Gostaria de registrar essa autorização de modo gravado. Sr^o/Sr^a [nome] autoriza(m) a gravação da entrevista? (gravar a autorização). Gostaria de lembrar que a qualquer momento pode ser solicitado o fim da entrevista e da gravação.

Bloco I - Apresentação:

1) Gostaria que se apresentasse(m) informando seu nome, idade e profissão.

Bloco II - Trajetória da família:

2) Gostaria que contasse(m) um pouco da história de você(s) na propriedade. Quanto tempo estão na propriedade? Quantas pessoas vieram para a propriedade no início? Se a propriedade foi herdada ou comprada? Qual era a área da propriedade na época e qual a documentação utilizada para a compra? (inventário, contrato, escritura, matrícula).

3) Como era a propriedade e a região quando sua família ou você chegou na propriedade? (área, construções, instalações, culturas, criações). (A família chegou antes ou depois da criação da APA?).

4) Qual era a origem da renda da família na época da chegada na propriedade?

5) Qual a origem da água, o destino para o esgoto e o lixo e o acesso à energia elétrica e a comunicação (rádio, telefone, televisão, internet...) na época da chegada na propriedade?

6) Como era o acesso à propriedade na época?

- 7) Qual é a área da propriedade e quantas pessoas residem na propriedade atualmente?
- 8) Qual a origem da renda da família atualmente?
- 9) Alguém da família exerce alguma atividade fora da propriedade? Quem? Quais? Por quê?

Bloco III - Trajetória da atividade de produção agropecuária:

- 10) Conte como iniciou a atividade de produção agropecuária e há quanto tempo estão desenvolvendo?
- 11) Quais os motivos que levaram a desenvolver a atividade de produção agropecuária na propriedade?
- 12) Teve alguma dificuldade na implantação? Se sim, qual? (conhecimento, crédito, assistência)
- 13) Quais as características de infraestrutura da propriedade atualmente? (Pomar, horta, açude, estufa, lavouras, casa, etc.)
- 14) Quais atividades agropecuárias são desenvolvidas atualmente?
- 15) O que é feito com o que é produzido na propriedade atualmente? É comercializado in natura (onde?), beneficiado (onde?)., consumo próprio?
- 16) Quais as pessoas da família participam da atividade agropecuária? Por quê?
- 17) Na realização das atividades agropecuárias é preciso o uso da mão de obra externas à propriedade? Se sim, quem você(s) contrata(m)? Em que momentos?
- 18) A produção agropecuária trouxe benefícios e vantagens para a família? Quais?
- 19) Atualmente existem dificuldades para permanecer na atividade agropecuária? Quais?
- 20) Qual a origem da água, o destino para o esgoto e o lixo e o acesso à energia elétrica e a comunicação (rádio, telefone, televisão, internet...) atualmente?
- 21) Há alguma dificuldade em relação a acesso à luz, água, coleta de lixo na comunidade? Se sim, quais?
- 22) Como é o acesso à propriedade atualmente?
- 23) Como funciona a comercialização de terras atualmente na APA? (É fácil comprar e vender terras? Tem vendedores e compradores? Que documentos o pessoal usa nessa transação, contrato, escritura, matrícula?)
- 24) Há alguma dificuldade na comercialização de terras na APA? Se sim, quais?
- 25) Como você acha que deveria ser o processo de compra e venda de terras na APA?

26) Há muitas propriedades à venda na APA hoje?

Bloco IV - Interação com a comunidade e com entidades externas à propriedade:

27) Participam de grupos na comunidade (igreja, escola, rede de água, clube)?

28) Participa(m) de algum grupo, conselho, entidade, sindicato de âmbito local e municipal? Quais? Chega(m) a ser membro(s), conselheiro(s) ou atua(m) em alguma diretoria de algum deles? Por quê?

29) Participam de algum grupo de produtores, associação, cooperativa? Quais? Por quê?

Bloco V – Influência da APA na atividade de produção agropecuária:

30) Você (s) sabe (m) o que é uma APA?

31) Você (s) sabe (m) como funciona a administração da APA?

32) Você(s) conhece(m) as regras para o uso da propriedade na APA? (Plano de Manejo da APA)

33) Quais as principais vantagens e desvantagens de viver e produzir numa APA? (Perguntar sobre os pontos positivos e negativos de viver no Morro).

34) Como as regras da APA influenciam o trabalho na propriedade e a vida da família?

35) A produção agropecuária mudou alguma coisa na paisagem, nos meios de produção, no ambiente da comunidade, da APA ou do município? Se sim? Como mudou? E o que mudou?

36) Você ou sua família, ou conhece alguém que pediu para a prefeitura/APA autorização para fazer algo na propriedade? Se sim, como funcionou? (Para quem pediu? O que precisou apresentar para pedir?

37) Você ou sua família, ou conhece alguém que recebeu alguma notificação ou multa por algo feito na propriedade? Se sim, como funcionou? (Quem notificou? O que precisou apresentar para resolver?

38) A produção agropecuária trouxe algum benefício para a comunidade, para a APA ou para o município? Quais?

39) A produção agropecuária trouxe algum impacto negativo para a comunidade, para a APA ou para o município? Quais?

40) Você(s) acha(m) que nos últimos anos o número de famílias de produtores rurais, na APA, aumentou ou diminuiu? Quais fatores você(s) acha(m) que contribuíram para isso?

Bloco VI – Perspectivas para o futuro da família, propriedade, atividade e APA

- 41) A família pretende continuar na propriedade nos próximos anos?
- 42) Como enxerga(m) o uso da sua propriedade nos próximos anos? Quem vai utilizar?
- 43) Como enxerga(m) o uso de propriedades para produção agropecuária na APA? Quem vai utilizar? Para que vai utilizar?
- 44) Como enxergam o futuro das propriedades na APA? Quem vai utilizar? Para que vai utilizar?
- 45) Como você acha que a APA deveria ser gerida? Em especial em relação a compra e venda de terras?
- 46) Tem alguma coisa que eu não perguntei que você gostaria de falar?

Terminar a entrevista agradecendo pelo tempo do entrevistado.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS CAMPUS
LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DINÂMICAS REGIONAIS E DESENVOLVIMENTO – PGDREDES**

Roteiro de entrevista com propriedades selecionadas que utilizadas para propriedades que trabalham com TURISMO

Projeto - Título provisório: O USO DE TERRAS POR MORADORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO NA ZONA RURAL DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (APA) DO MORRO DE OSÓRIO.

Estudante : Marcelo Xavier Tozzi

Orientadores: Prof^ª. Dr^ª. Silvia Lima de Aquino e Prof. Dr. Alex Alexandre Mengel

Explicar do que se trata a pesquisa.

[**Saudação**], primeiramente gostaria de solicitar sua autorização para gravar a entrevista. Gostaria de registrar essa autorização de modo gravado. Sr^o/Sr^a [nome] autoriza(m) a gravação da entrevista? (gravar a autorização). Gostaria de lembrar que a qualquer momento pode ser solicitado o fim da entrevista e da gravação.

Bloco I - Apresentação:

47) Gostaria que se apresentasse(m) informando seu nome, idade e profissão.

Bloco II - Trajetória da família:

48) Gostaria que contasse(m) um pouco da história de você(s) na propriedade. Quanto tempo estão na propriedade? Quantas pessoas vieram para a propriedade no início? Se a propriedade foi herdada ou comprada? Qual era a área da propriedade na época e qual a documentação utilizada para a compra? (inventário, contrato, escritura, matrícula).

49) Como era a propriedade e a região quando sua família ou você chegou na propriedade? (área, construções, instalações, culturas, criações). (A família chegou antes ou depois da criação da APA?).

50) Qual era a origem da renda da família na época da chegada na propriedade?

51) Qual a origem da água, o destino para o esgoto e o lixo e o acesso à energia elétrica e a comunicação (rádio, telefone, televisão, internet...) na época da chegada na propriedade?

52) Como era o acesso à propriedade na época?

53) Qual é a área da propriedade e quantas pessoas residem na propriedade atualmente?

54) Qual a origem da renda da família atualmente?

55) Alguém da família exerce alguma atividade fora da propriedade? Quem? Quais? Por quê?

Bloco III - Trajetória da atividade de Turismo :

56) Conte como iniciou a atividade de Turismo e há quanto tempo estão desenvolvendo?

57) Quais os motivos que levaram a desenvolver a atividade de Turismo agropecuária na propriedade?

58) Teve alguma dificuldade na implantação? Se sim, qual? (conhecimento, crédito, assistência)

59) Quais as características de infraestrutura da propriedade atualmente? (Pomar, horta, açude, estufa, lavouras, casa, etc.)

60) Quais atividades são desenvolvidas atualmente?

61) O que é feito com o que é produzido na propriedade atualmente? É comercializado in natura (onde?), beneficiado (onde?)., consumo próprio?

62) Quais as pessoas da família participam da atividade ? Por quê?

63) Na realização das atividades é preciso o uso da mão de obra externas à propriedade? Se sim, quem você(s) contrata(m)? Em que momentos?

64) A atividade trouxe benefícios e vantagens para a família? Quais?

65) Atualmente existem dificuldades para permanecer na atividade ? Quais?

66) Qual a origem da água, o destino para o esgoto e o lixo e o acesso à energia elétrica e a comunicação (rádio, telefone, televisão, internet...) atualmente?

67) Há alguma dificuldade em relação a acesso à luz, água, coleta de lixo na comunidade? Se sim, quais?

68) Como é o acesso à propriedade atualmente?

69) Como funciona a comercialização de terras atualmente na APA? (É fácil comprar e vender terras? Tem vendedores e compradores? Que documentos o pessoal usa nessa transação, contrato, escritura, matrícula?

70) Há alguma dificuldade na comercialização de terras na APA? Se sim, quais?

71) Como você acha que deveria ser o processo de compra e venda de terras na APA?

72) Há muitas propriedades à venda na APA hoje?

Bloco IV - Interação com a comunidade e com entidades externas à propriedade:

- 73) Participam de grupos na comunidade (igreja, escola, rede de água, clube)?
- 74) Participa(m) de algum grupo, conselho, entidade, sindicato de âmbito local e municipal? Quais? Chega(m) a ser membro(s), conselheiro(s) ou atua(m) em alguma diretoria de algum deles? Por quê?
- 75) Participam de algum grupo de produtores, associação, cooperativa? Quais? Por quê?

Bloco V – Influência da APA na atividade de produção agropecuária:

- 76) Você (s) sabe (m) o que é uma APA?
- 77) Você(s) sabe (m) como funciona a administração da APA?
- 78) Você(s) conhece(m) as regras para o uso da propriedade na APA? (Plano de Manejo da APA)
- 79) Quais as principais vantagens e desvantagens de viver e produzir numa APA? (Perguntar sobre os pontos positivos e negativos de viver no Morro).
- 80) Como as regras da APA influenciam o trabalho na propriedade e a vida da família?
- 81) O turismo mudou alguma coisa na paisagem, nos meios de produção, no ambiente da comunidade, da APA ou do município? Se sim? Como mudou? E o que mudou?
- 82) Você ou sua família, ou conhece alguém que pediu para a prefeitura/APA autorização para fazer algo na propriedade? Se sim, como funcionou? (Para quem pediu? O que precisou apresentar para pedir?)
- 83) Você ou sua família, ou conhece alguém que recebeu alguma notificação ou multa por algo feito na propriedade? Se sim, como funcionou? (Quem notificou? O que precisou apresentar para resolver?)
- 84) O turismo trouxe algum benefício para a comunidade, para a APA ou para o município? Quais?
- 85) O turismo trouxe algum impacto negativo para a comunidade para a APA ou para o município? Quais?
- 86) Você(s) acha(m) que nos últimos anos o número de famílias na atividade do turismo, na APA, aumentou ou diminuiu? Quais fatores você(s) acha(m) que contribuíram para isso?

Bloco VI – Perspectivas para o futuro da família, propriedade, atividade e APA

- 87) A família pretende continuar na propriedade nos próximos anos?
- 88) Como enxerga(m) o uso da sua propriedade nos próximos anos? Quem vai utilizar?

- 89) Como enxerga(m) o uso de propriedades para atividades turísticas na APA? Quem vai utilizar? Para que vai utilizar?
- 90) Como enxergam o futuro das propriedades na APA? Quem vai utilizar? Para que vai utilizar?
- 91) Como você acha que a APA deveria ser gerida? Em especial em relação a compra e venda de terras?
- 92) Tem alguma coisa que eu não perguntei que você gostaria de falar?

Terminar a entrevista agradecendo pelo tempo do entrevistado.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS CAMPUS
LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DINÂMICAS REGIONAIS E DESENVOLVIMENTO – PGDREDES**

Roteiro de entrevista com propriedades selecionadas que são utilizadas para a atividade de INDÚSTRIA

Projeto - Título provisório: O USO DE TERRAS POR MORADORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO NA ZONA RURAL DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (APA) DO MORRO DE OSÓRIO

Aluna: Marcelo Xavier Tozzi

Orientadores: Prof^a. Dr^a. Silvia Lima de Aquino e Prof. Dr. Alex Alexandre Mengel

[**Saudação**], primeiramente gostaria de informar que iniciei a gravação e iniciarei a entrevista, lembrando que a qualquer momento pode ser solicitada o fim da entrevista e da gravação conforme descrito no “**Termo de consentimento livre esclarecido**” assinado na data de hoje, [**data e hora**] por você(s). Sr^o/Sr^a [**nome**] autoriza(m) a gravação da entrevista?

Bloco I - Apresentação:

- 1) Gostaria que se apresentasse(m) informando seu nome, idade e profissão.
- 2) Gostaria que contasse(m) um pouco da história de você(s).
- 3) Como era a região quando você chegou? Quais as principais atividades eram desenvolvidas? (agricultura, comércio, indústria)

Bloco II - Trajetória da empresa:

- 4) Gostaria que contasse(m) um pouco da sua história na empresa. Quanto tempo está trabalhando nesta empresa? Qual a sua função na empresa?
- 5) Como era a região quando a empresa iniciou as atividades? Quais as principais atividades eram desenvolvidas? (agricultura, comércio, indústria)
- 6) Qual era a origem da renda da empresa quando você iniciou?
- 7) Qual é a área ocupada pela empresa e quantas pessoas trabalhavam no início e atualmente?
- 8) Qual a origem da renda da empresa atualmente? (principais produtos e mercados)

- 9) Quais os motivos que levaram os proprietários da empresa a desenvolver a atividade da empresa na região?
- 10) Teve alguma dificuldade na implantação? Se sim, qual?
- 11) Quais as características de infraestrutura da empresa atualmente? (principais atividades, número e origem dos funcionários)
- 12) A atividade da empresa trouxe benefícios e vantagens para as famílias envolvidas? Quais?
- 13) Atualmente existem dificuldades para permanecer na atividade da empresa? Quais?
- 14) Qual a origem da água, o destino para o esgoto e o lixo e o acesso à energia elétrica e a comunicação (rádio, telefone, televisão, internet...) atualmente?
- 15) Como é o acesso à empresa atualmente?

Bloco IV - Interação com a comunidade e com entidades externas à empresa:

- 16) Participam de grupos na comunidade (igreja, escola, rede de água, clube)?
- 17) Participa(m) de algum grupo, conselho, entidade, sindicato de âmbito local e municipal? Quais? Chega(m) a ser membro(s), conselheiro(s) ou atua(m) em alguma diretoria de algum deles? Por quê?
- 18) Participam de algum grupo de empresas, associação, cooperativa? Quais? Por quê?

Bloco V – Influência da APA na atividade de produção agropecuária:

- 19) A indústria mudou alguma coisa na paisagem, nos meios de produção, no ambiente da comunidade, da APA ou do município? Se sim? Como mudou? E o que mudou?
- 20) Como as regras da APA influenciam o trabalho na empresa?
- 21) Você ou sua família, ou conhece alguém que pediu para a prefeitura/APA autorização para fazer algo na propriedade ou empresa? Se sim, como funcionou? (Para quem pediu? O que precisou apresentar para pedir?)
- 22) Você ou sua família, ou conhece alguém que recebeu alguma notificação ou multa por algo feito na propriedade ou empresa? Se sim, como funcionou? (Quem notificou? O que precisou apresentar para resolver?)
- 23) A atividade da empresa (comércio ou indústria) trouxe algum benefício para a comunidade, para a APA ou para o município? Quais?
- 24) A atividade da empresa (comércio ou indústria) tem algum impacto negativo para a comunidade, para a APA ou para o município? Quais?

- 25) Você(s) acha(m) que nos últimos anos o número de famílias que trabalham com a atividade da empresa (comércio ou indústria) na APA, aumentou ou diminuiu? Quais fatores você(s) acha(m) que contribuíram para isso?
- 26) Você sabe como funciona a administração da APA?
- 27) Você(s) conhece(m) as regras para o uso da propriedade na APA? (Plano de Manejo da APA)

Bloco VI – Perspectivas para o futuro da empresa, propriedade, atividade e APA

- 28) Como enxerga(m) a atividade da empresa (comércio ou indústria) na APA nos próximos anos?
- 29) Como funciona a comercialização de terras atualmente na APA? (É fácil comprar e vender terras? Tem vendedores e compradores? Que documentos o pessoal usa, contrato, escritura, matrícula?)

Terminar a entrevista agradecendo pelo tempo do entrevistado

ANEXOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Solicitação de Anuência para Ligação de Energia Elétrica

Sou: () Proprietário () Locatário

Nome completo: ____

CPF: _**Endereço (imóvel da solicitação):** _

Bairro: _____**Ponto de Referência:** _____

Telefone: ____ **Motivo:** _____ **Coordenadas Geográficas:** _

Osório, ____**de** ____**de** ____.

Atenciosamente,

Assinatura do Requerente

OBS: SEM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA ANEXA A ESSE FORMULÁRIO, O SEU PEDIDO NÃO TERÁ VALIDADE.

1	*Requerimento preenchido conforme página inicial deste formulário.
2	*Cópia do documento de identificação.
3	*Mapeamento: Mapa, se existente, ou croqui.
	Proprietário:
	*Matrícula do imóvel (atualizada 90 dias). Locatário:
4	*Matrícula do imóvel (atualizada 90 dias).
	*Deverá anexar cópia do contrato de Locação.
5	*Relatório de Vistoria da entrada da Energia Elétrica. (Fornecido pela CEEE.)
6	Caso for para construção anexar a este, o formulário de construção civil simples, devidamente preenchido e com a documentação solicitada nele.
7	ANEXAR O CADASTRO AMBIENTAL RURAL DA PROPRIEDADE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO

Projeto de Lei nº 83194

Lei nº 2665 de 27 de SETEMBRO de 1994.

"Cria a Área de Proteção
Ambiental do Morro de Osório
e dá outras providências".



26.09.94

Sala das Sessões 27/09/1994

[Signature]
PRESIDENTE

Projeto de Lei nº ... 83/94

Lei nº ... 2665 ... de 27 de SETEMBRO de 1994.

A sanção

Sala das Sessões 27/09/1994

[Signature]
PRESIDENTE

Cria a Área de Proteção Ambiental do Morro de Osório e dá outras providências.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR, Prefeito Municipal de Osório.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada, nos termos da legislação em vigor, a Área de Proteção Ambiental do Morro de Osório com área total de 6.896,75 ha., assim Setorizados:

- a- Área diagnosticada, de 617,50 hectares, compreendendo o limite da rede de transmissão da CEEE, paralela a BR 101, desde a localidade de Laranjeiras até as imediações do denominado Morro Pelado, seguindo um pouco além da linha das vertentes da serra;
- b- Área de expansão, de 6.279,25 ha., compreendendo toda a área alta situada dentro dos limites com o Município de Santo Antônio da Patrulha, seguindo pelo rio Caraá até os limites dos drenos naturais, a leste.

Parágrafo Único - O Poder Executivo regulamentará os limites com base nos estudos estabelecidos pelo Convênio entre o Município e a FATEC/UFSM.

Art. 2º - O município de Osório estabelecerá o programa de manejo para os diferentes Setores da APA, visando garantir a adequada proteção ambiental e ordenar as atividades humanas de forma a preservar e melhorar as características biológicas, ecológicas e paisagísticas no contexto dos sistemas hídrico e de Mata Atlântica da área.

Art. 3º - O plano diretor que orientará as atividades de manejo deverá prever as ações humanas bem como determinar as estruturas permitidas nos limites de restauração e nas áreas de uso e ocupação.

.....



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO

.

Art. 4º - A Reserva Biológica criada pela Lei Orgânica Municipal fica contida no interior da APA, assegurando o Município as suas características de Área de Preservação Permanente.

Art. 5º - O município deverá disciplinar a manutenção e implantação das vias de acesso necessárias bem como de estruturas de abastecimento de água e energia, em toda a APA, excluindo-se apenas a Área de Conservação Permanente.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO, em de
de 1994.

Prefeito.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A área alta do Município de Osório abriga ainda alguns remanescentes pouco deteriorados da Mata Atlântica original com seus componentes de flora e fauna. Por outro lado, a área colonial do município tem sido vítima de uma devastação desenfreada, resultante na sua maior parte do período de expansão da cultura da cana-de-açúcar.

Esta área, utilizada na sua maior parte para atividades extrativistas, agricultura e até mineração, terá, a partir da sua transformação em Área de Proteção Ambiental, um Plano Diretor, o qual direcionará as atividades humanas possíveis, setorizando-as de modo a garantir a preservação e recuperação da cobertura vegetal, dos ecossistemas e do sistema hídrico que compreende parte da Bacia de formação do rio Caraá e uma rede de 58 quilômetros de vegetação ciliar.

Além disto, a APA disciplinará as estruturas turísticas a ser implantadas no morro, as vias de acesso como o teleférico e eventuais loteamentos de lazer, beneficiando a economia e desenvolvimento do município em consonância com o respeito ao meio ambiente.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 12 de setembro de 1994.

Romildo Bolzan Júnior,
Prefeito.